



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**“TERRA, VIDA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO”:
Mulheres Kaiowá e a luta pela Terra Indígena Taquara,
município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil**

**MARIA DE FÁTIMA N. URRUTH
*KUAWÁ APURINÃ***

**PELOTAS, RS
2018**

MARIA DE FÁTIMA N. URRUTH
KUAWÁ APURINÃ

**“TERRA, VIDA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO”:
Mulheres Kaiowá e a luta pela Terra Indígena Taquara,
município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia na Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

PELOTAS, RS
2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A111q Apurinã, Maria de Fátima Nascimento Urruth- Kuawá

"Terra, vida, justiça e demarcação" : mulheres kaiowá e a luta pela terra indígena Taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil / Maria de Fátima Nascimento Urruth- Kuawá Apurinã ; Jorge Eremites de Oliveira, orientador. — Pelotas, 2018.

132 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Etnologia guarani. 2. História indígena. 3. Mulheres kaiowá. 4. Povos indígenas de língua guarani. 5. Terras indígenas. I. Oliveira, Jorge Eremites de, orient. II. Título.

CDD : 305.8

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (Orientador – membro interno)
UFPel

Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias (membro interno)
UFRGS e UFPel

Prof. Dr. Levi Marques Pereira (membro externo)
UFGD

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (membro interno)
UFPel

AGRADECIMENTOS

Ao Povo Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul.

A Tsura (Deus Apurinã) pela vida.

A minha irmã /amiga Valdelice Veron.

A minha mãe Ozemira Nascimento pela vida.

Agradeço ao Povo Apurinã Pupykary pela vida e resistência ao colonialismo, os meus ancestrais, pais e avós e bisavós, e ensinamentos para caminhar longe das terras verdes do Purus.

A *Kamara Kymio* – Valdirene Nascimento, irmã e amiga, pelo apoio financeiro para a realização deste sonho e a paciência e preocupação nos dias de sofrimento e fugas em Mato Grosso do Sul.

Ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira pela orientação e técnicas de sobrevivência em Mato Grosso do Sul.

A família Veron que estiveram comigo nesta caminhada.

À mama Julia Cavalheiro, *Kunhã Tapendi Vera*, pelo amor e a nomeação Kaiowá.

Às meninas e mulheres de Takuara/Taquara que sobrevivem com suas rezas/cantos e o modo de ser.

Ao Cacique Francisco Umanary Pupykary da Aldeia Camicuã no município de Boca do Acre- AM, e toda a parentela das aldeias Camicuã e Boa União.

A minhas filhas Anna Karenina, Malu e Helena pelo carinho e os dias ausentes durante a pesquisa de campo e escritas solitárias.

Ao carinho do Prof. Dr. Levi Marques Pereira pelas palavras e contribuições acadêmicas.

Ao Professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira pelas nossas longas conversas e acolhimento quando tanto precisei.

A Bibi Reis amiga pelo carinho e dedicação nos dias mais difíceis e nas desgravações das entrevistas, que não conseguia ouvir novamente, pois sofria na depressão profunda.

A Flavio de Souza- Pai Flávio de Sangô por toda a sua ancestralidade de África e Moises com suas sabias palavras.

A Tati Muller que trouxe os sonhos com palavras de esperança e serenidade com seus filtros dos sonhos.

A designer/artista Jardel Atayde pelo apoio e amizade e seu trabalho com os povos indígenas.

A Patrícia Mendes Calixto, a geógrafa que me ensinou a serenidade.

Aos meus amigos e amigas, colegas que sempre estiveram juntos nos dias de sol e escuridão na cidade Pelotas: Ismael Negreiros, Lúcio Xavier, Lidiane Hirdes e Fabrício Barreto.

A professora Dra. Georgina Lima mulher de fibra de aço que luta nesta academia contra ao racismo.

A professora Lorena Gill com carinho e eterna gratidão ,

Ao grupo de amig@s do Centro de Artes pelo apoio: Simone, Renata, Guilherme, Ariadne, Humberto, Chanise, Andrea e Helena.

Ao advogado Dr. Antônio da Rosa pela defesa das causas indígenas e negras no Rio Grande do Sul.

A amiga Claudia Cardoso Goularte e esposo Jaran pelo apoio e incentivo.

A ideia de intriga ou rivalidades entre os sexos não existe na cultura Kaiowá. Somos parte integrante de um todo. Não sou feminista, sou indígena guerreira e nossa luta é para vivermos em paz em nosso modo de ser.

Valdelice Veron.

RESUMO

URRUTH, M. de F. N. *“Terra, Vida, Justiça e Demarcação”*: mulheres Kaiowá e a luta pela Terra Indígena Taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A presente dissertação de mestrado tem o propósito de analisar a luta pela regularização da Terra Indígena Takuara (*Takwara*), localizada no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. A ênfase maior do estudo está na compreensão do protagonismo de mulheres Kaiowá, especificamente de lideranças femininas que atuam no processo de manutenção do bom modo de vida, o bem viver ou *teko porã*, e sua participação nas retomadas de parte das terras tradicionalmente ocupadas. Esta luta ocorre no contexto de uma situação histórica de guerra genocida, marcada por várias formas de violência que enfrentam diariamente, cujas marcas também são observadas em seus próprios corpos. O estudo está orientado pela compreensão das tensões pela posse da referida terra indígena e seus desdobramentos, sob orientação do que pode ser compreendido como uma antropologia da violência, a qual se refere a uma antropologia do colonialismo. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa etnográfica e com base em fontes textuais, bibliográficas e visuais: relatórios da agência indigenista oficial, publicações acadêmicas, fotografias, cadernos de campo, entrevistas etc. Busca-se demonstrar ao longo da escrita a busca pelo bem viver e a luta pela terra sagrada a partir da ação de mulheres guerreiras, assim percebidas por elas mesmas.

Palavras-chave: Etnologia Kaiowá, História Indígena, Mulheres Kaiowá, Povos Indígenas de Língua Guaraní, Terras Indígenas.

RESUMEN

URRUTH, M. de F. N. *“Tierra, Vida, Justicia y Demarcación”: mujeres Kaiowá y la lucha por la Tierra Indígena Takuara, distrito de Juti, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil*. Disertación (Maestría en Antropología – Área de Concentración en Antropología Social y Cultural) – Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

La presente disertación de maestría tiene el propósito de analizar la lucha por la regularización de la Tierra Indígena Takuara (*Takwara*), ubicada en el distrito de Juti, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. El énfasis mayor del estudio está en la comprensión del protagonismo de mujeres Kaiowá, específicamente de liderazgos femeninos que actúan en el proceso de mantenimiento del buen modo de vida, el bien vivir o *teko porã*, y su participación en las retomadas de parte de las tierras tradicionalmente ocupadas. Esta lucha ocurre en el contexto de una situación histórica de guerra genocida, marcada por varias formas de violencia que enfrentan diariamente, cuyas marcas también se observan en sus propios cuerpos. El estudio está orientado por la comprensión de las tensiones por la posesión de la referida tierra indígena y sus desdoblamientos, bajo orientación de lo que puede ser comprendido como una antropología de la violencia, la cual se refiere a una antropología del colonialismo. El trabajo fue realizado por medio de investigación etnográfica y con base en fuentes textuales, bibliográficas y visuales: informes de la agencia indigenista oficial, publicaciones académicas, fotografías, cuadernos de campo, entrevistas, etc. Se busca demostrar a lo largo de la escritura la búsqueda por el bien vivir y la lucha por la tierra sagrada a partir de la acción de mujeres guerreras, así percibidas por ellas mismas.

Palabras clave: Etnología Kaiowá, Historia Indígena, Mujeres Kaiowá, Pueblos Indígenas de Lengua Guaraní, Tierras Indígenas.

ABSTRACT

URRUTH, M. de F. N. *“Land, Life, Justice and Demarcation”: Kaiowá women and the struggle for the Takuara Indigenous Land, Juti municipality, State of Mato Grosso do Sul, Brazil*. Dissertation (Master Degree in Anthropology - Area of Concentration in Social and Cultural Anthropology) – Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The present dissertation aims to analyze the struggle for the regularization of the Takuara Indigenous Land (*Takwara*), located in the municipality of Juti, State of Mato Grosso do Sul, Brazil. The main emphasis of the study is on the understanding of the protagonism of Kaiowá women, specifically of female leaderships that work in the process of maintaining the good way of life, the well live or *teko porã*, and their participation in the resumes of part of the traditionally occupied lands. This struggle occurs in the context of a historical situation of genocidal war, marked by various forms of violence that face daily, whose marks are also observed in their own bodies. The study is guided by the understanding of the tensions caused by the possession of the said indigenous land and its unfolding, under the guidance of what can be understood as an Anthropology of Violence, which refers to an Anthropology of Colonialism. The work was done through ethnographic research and based on textual, bibliographic and visual sources: reports from the official indigenist agency, academic publications, photographs, field notebooks, interviews, etc. It seeks to demonstrate throughout the writing the search for good living and the struggle for sacred land from the action of female warriors, thus perceived by themselves.

Keywords: Kaiowá Ethnology, Indigenous History, Kaiowá Women, Indigenous Peoples of the Guarani Language, Indigenous Lands.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01: Xirus que seguram a terra	50
Figura 02: Valdelice e as ñandecys	83
Figura 03: Um pedaço do céu – Arami	83
Figura 04: A reza	84
Figura 05: Ritual de homenagens ao Cacique Marcos Veron	84
Figura06: Kuawá e Valdelice	85
Figura 07: Afeto	85
Figura 08: Marcos Veron	86
Figura 09: Visita da embaixadora da ONU a Takuara	86
Figura 10: Mulheres de Takuara colhendo remédios	87
Figura 11: Mulheres em ritual	87
Figura 12: Gerações Kaiowá e Guarani	88
Figura 13: Mulheres Kaiowá e Guarani	88
Figura 14: Valdelice Veron	89
Mapa 01: Terra Indígena Taquara Juti, Mato Grosso do Sul	40

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CASAI – Casa Saúde Indígena

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CRFB – Constituição da República Federativa Brasileira

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPGAnt – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

MS – Mato Grosso do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

SESAI – Secretaria Especial da Saúde Indígena

SIASI – Sistema de Informação sobre atenção à Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFGD – Universidade Federal de Grande Dourados

SUMÁRIO

RESUMO	8
RESUMEN	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS E MAPAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO 1 – UMA NARRATIVA DO ENCONTRO COM OS KAIOWÁ.	
1.1. Brevíssima história dos Kaiowá em Mato Grosso do Sul	21
1.2. Taquara demarcada com sangue e ossos dos Kaiowá	32
1.3. As donas do fogo e corpos que resistem	41
 CAPÍTULO 2 – O SILÊNCIO E A PALAVRA	
2.1. Mbaraká que fala	46
2.2. Kunhã Koty	60
2.3. Mulheres Kaiowá	63
 CAPÍTULO 3 – TERRA, VIDA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO	
3.1. Terra parente ancestral	67
3.2. Violência e morte em Takuara/Taquara	75
3.3. Em busca do bem viver	81

	14
3.4. Mandu'a jehechavare- A memoria do que se ver	82
CONCLUSÃO	90
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos... Dizem que o Brasil foi descoberto; o Brasil não foi descoberto, não, Santo Padre. O Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história que realmente precisa ser contada (Marçal de Souza ou Tupã'i, líder Guarani em discurso feito ao Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1980).

Colocar palavras em papéis, ou *kuatia* como dizem os Kaiowá, é um grande esforço para quem também advém de uma sociedade indígena marcada pela oralidade. No entanto, a superação desta dificuldade se faz necessária, especialmente para pessoas que desejam dominar os códigos de leitura e interpretação da dinâmica da vida na sociedade nacional do Brasil. Isso aqui é feito de forma a registrar e revelar parte da história de um povo indígena de língua guarani, o Kaiowá. O desafio assumido é tratar do assunto a partir do protagonismo de mulheres Kaiowá na luta pela Terra Indígena Takuara, localizada no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil¹. São lideranças femininas que se percebem e são percebidas pelos seus como guerreiras, as quais sobrevivem e resistem numa diminuta parte de um grande território que ocupavam com exclusividade até o século XIX e parte do XX. São atrizes sociais que lutam pela manutenção do bom modo de vida, o bem viver, chamado na língua guarani de *teko porã*. Para elas, a terra é parente, uma espécie de irmã ou mãe. Faz parte, portanto, de sua família e de sua própria existência, haja vista que a palavra-alma ou *ñe'e* não pode ser proferida de

¹ Sobre a grafia de nomes indígenas apresentados neste trabalho, vale explicar que foi adotado o padrão estabelecido por convenção assinada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953, na cidade do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, os nomes de etnias indígenas não recebem flexão de número ou de gênero e são escritos com iniciais maiúsculas, como substantivos próprios. Nos casos em que os nomes são usados como adjetivos, mantém-se o padrão de não flexão, sendo grafados como substantivo comum. Exemplos: “Os Kaiowá e Guarani lutam por suas terras” (substantivo); “As casas kaiowá são muito bonitas” (adjetivo).

qualquer maneira². A palavra-alma produz compromisso e valoração de representação da verdade: *teko ñe'eete* ou vida de palavra³. Por este motivo, o estudo ora apresentado requereu a devida atenção e cuidado na apresentação de narrativas e ideias de mulheres indígenas sobre sua própria trajetória de lutas. Dito de outra maneira, foi escrito por uma mulher Apurinã sobre mulheres Kaiowá, quer dizer, uma escrita de parente sobre parentes.

A presente dissertação é, ainda, resultado de um esforço de corpo e espírito que vive, vibra e chora em intensa resiliência, elaborada com a finalidade de contar e analisar uma experiência etnográfica bastante particular. Trata-se de um trabalho para além das formalidades, subjetividades e normas dos cânones da escrita acadêmica. Assume uma forma particular de empoderamento adicionado à visibilidade de pesquisa sobre o protagonismo de mulheres Kaiowá na luta pela terra em uma unidade da Federação conhecida pela violação de direitos dos povos originários. Assemelha-se a uma espécie de cartografia que se conecta pelos pontos da resistência indígena em campo, onde o fazer etnográfico ocorre no contexto de uma situação histórica de guerra genocida, conforme apontado em alguns estudos mais recentes. Esta experiência une parentes em processos de nuance e vivências que circulam no lugar dos encontros com mulheres Kaiowá e suas histórias de vida. A este tipo de trabalho, chamo de Antropologia da violência, categoria baseada na ideia particular de uma Antropologia do colonialismo.

Neste sentido, observo que há uma fronteira tênue entre a vida e a morte, no qual mergulho ao trazer comigo a ancestralidade dos Apurinã, povo indígena que não desiste de caminhar, assim como o fazem os Kaiowá em seu *oguata*, a mobilidade espacial que os caracteriza. São escritas doloridas de realidades vivenciadas entre a Terra Indígena Takuara, em Mato Grosso do Sul, e cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde resido, e as lutas de mulheres Kaiowá pela terra e pela manutenção de seu modo de viver. Trata-se de uma nefelibata que parte do lugar onde sobrevivemos e buscamos aos

² Todas as palavras escritas em guarani ao longo deste trabalho são traduzidas para a língua portuguesa no Glossário, apresentado no final da dissertação. Estão grafadas da mesma forma como as mulheres Kaiowá assim o fazem em Takuara.

³ Grande parte da tradução de palavras em guarani foi feita pela Kaiowá antropóloga e professora Valdelice Veron, liderança da comunidade da Terra Indígena Takuara.

poucos outro modo de perceber e fazer a etnografia dos encontros e desencontros necessários. Isso tudo potencializa uma indignação com o que se percebe no olhar e nas escritas dos que falam o que não foi falado, mas que o percebem através de outra cosmologia, ou seja, da escrita dos não-índios em relação a nós mesmas, indígenas.

Seguindo esta linha de argumentação, como uma palavra que ecoa em todos os lugares, desde a academia às mais longínquas aldeias do Brasil, a escrita deste trabalho também tem o propósito de demarcar território. Não se trata de um território físico, mas da seara epistêmica, desfazendo a objetificação dos indígenas dentro da academia e os tensionamentos decorrentes do incômodo que nossa presença causa neste espaço de saberes ocidentais.

Uma descolonização de conhecimentos e o atilamento de saberes e olhares dentro das chamadas ciências humanas e sociais, chanceladas como ciências ocidentais, se faz necessário nos argumentos da seara das inexoráveis disputas para os povos indígenas: a defesa da demarcação de terras e todas as lutas que envolvem este processo político. A descolonização proposta à academia, torna-se instrumento necessária para que seja possível demonstrar aos que nos desconhecem ou promulgam sobre nós visões destorcidas, essecializadas e colonialistas, uma outra forma de pensar.

A ideia não é a de apresentar aqui uma releitura de fatos e acontecimentos, mas outra maneira de ler, sentir e compreender o mundo a partir de nós mesmas. O fazer dentro da ciência antropológica, mesmo com os pilares epistemológicos constituídos no Ocidente, de certo modo auxiliou em certos momentos para (re) pensar o que escrever. Não se trata de desprezar as diversas contribuições acadêmicas sobre a história Kaiowá, mas de apresentar outra contribuição sobre o protagonismo dos povos indígenas. Isso se faz necessário, como epistêmico indígena, para apontar equívocos e compreensões monofônicas, desvelando ideias colonialistas e tornando a oposição à insolência acadêmica uma práxis de resistência.

Resistir para existir no lugar que estamos a viver é ideia significativa, na qual inicio algumas considerações bibliográficas dos caminhos percorridos que compartilho na percepção de mundo e das tensões que predominam no modo

de viver e existir sobre a terra que é parente. Os Pupygary⁴, povo de onde venho, não desistem. Não fomos exterminados no processo de colonização, incluindo a violência dos seringalistas e fazendeiros que invadiram nosso território. Resistimos e fomos para o alto das florestas, para o entorno dos rios barrentos e profundos da imaginária Amazônia, no estado do Amazonas. De lá, alguns de nós conseguiram ter acesso à academia e, no meu caso, escolhi fazer mestrado em Antropologia e a trabalhar com mulheres Kaiowá para poder produzir conhecimento diferente e somar à luta delas pela terra em Mato Grosso do Sul.

Entre os Kaiowá, nas terras de Mato Grosso do Sul o Sul, e entre os Pupykary em Boca do Acre e outras regiões da Amazônia, existe um coração que pulsa devagar com as angustias e inquietações que permanecem no espírito que aos poucos coloca nos papéis várias ideias. Há uma relação ao caos e ao sofrimento, o que potencializa esperança e impulsiona a coragem para uma imersão maior no universo dos Kaiowá. Ao fazer isso, trouxe marcas ancestrais das águas doces do rio Purus: Camicuã e da Aldeia Boa União, realidades aparentemente opostas, onde o tempo não poderá determinar. Ali as retinas dilatam com luzes e cores. Aos poucos o corpo aconchegar-se ao calor do fogo doméstico de Takuara/Taquara, lugar das perscrutações antropológicas e descobertas infindas de sobreviver a um cenário de muita violência, dor e esperança. Aos poucos esta experiência se manifesta nas palavras escritas: “o papel tem de falar”, dizem as mulheres Kaiowá.

O fazer etnográfico não se limita à academia e ao *glamour* pela obtenção de um título. Neste caso, em particular, trata-se de uma aliança entre espíritos e uma relação entre povos, mulheres, gentes e palavras-espíritos. Esta união é capaz de produzir os atravessamentos necessários para dar ainda mais visibilidade ao protagonismo de mulheres indígenas nos espaços e territórios onde mantêm diversas relações sociais.

Ao olhar dentro dos olhos dos outros parentes, os que ao mesmo tempo são diferentes e semelhantes a mim, foi observada a imagem de nós. Portanto, escrever sobre os outros também é escrever sobre nós mesmas.

⁴ Pupykary é a autodenominação do povo Apurinã, assim apelidado no contexto do encontro colonial.

Trata-se de um exercício de alteridade e conhecimento de nós mesmas a partir dos outros parentes.

De certo modo, não existe uma pretensão de não ser afetada por suposta inércia política ou neutralidade científica. Permito-me à indignação e assim o faço em meio a tensões entre o diálogo, a dor que assola o corpo e o barulho da violência vivenciada. As experimentações não foram algo planejado, mas aconteceram durante o percurso para a elaboração desta dissertação de mestrado. O racismo sofrido dentro da academia, às vezes sutil e por vezes explícito, e a experiência do trabalho de campo serviram de estímulo para o preenchimento de algumas lacunas e conhecimentos verificados em relatos de homens e mulheres Kaiowá.

O registro de dados durante a pesquisa de campo foi norteado pela aplicação de certos procedimentos metodológicos: (1) método genealógico, que possibilitou o conhecimento das origens das interlocutoras protagonistas e suas relações de parentesco dentro de Aldeia Takuara; (2) história de vida, recorrida para a compreensão de trajetórias individuais e coletivas entre os Kaiowá; (3) elaboração, sob inspiração etnoarqueológica, de uma espécie de cartografia social com localização de evidências materiais da ocupação tradicional, incluindo cemitérios indígenas; (4) pesquisa etnográfica em si, com os apontamentos necessários das práticas (caderno de campo, entrevistas contextualizadas e observação direta) e a devida interação com as parentes; (5) pesquisa documental, acessada por meio da Internet e de consulta a arquivos particulares. Isso tudo foi feito para a valoração de histórias individuais e coletivas, compreensão dos tensionamentos observados ao longo das vivências e elaboração da escrita.

O texto ora apresentado está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresento sucintamente o contexto histórico geral, incluindo questões ligadas à chamada colonização não-índia da região e a localização espacial dos Kaiowá de Taquara. A intenção é integrar as narrativas registradas ao tema da pesquisa, acrescentando algum material documental para melhor compreensão da realidade dos conflitos existentes em Takuara/Taquara e adjacências, bem como as relações das mulheres guerreiras com o território. No segundo capítulo, contam informações sobre as principais interlocutoras da

pesquisa, suas percepções, conhecimentos e maneiras de organização. É a partir de suas falas que problematizo o contexto de violência e resistência. Ainda nesta parte da dissertação apresento Valdelice Veron, conhecida guerreira Kaiowá, e sua trajetória de vida no estado de Mato Grosso do Sul. No terceiro e último capítulo, adentro na densidade da observação direta, momento em que exploro a contextualização dos processos etnográficos como meios de desenvolvimento da pesquisa de campo. Busco refletir sobre as tensões decorrente da luta pela regularização da Terra Indígena Takuara, especialmente a legitimidade das retomadas e as percepções, sonhos e forma resistência Kaiowá. Esta parte é finalizada com memória fotografada, imagens sobre a comunidade de Takuara/Taquara, produzido durante a pesquisa de campo, tecido na construção dos capítulos anteriores, na intrínseca relação entre o texto etnográfico e as memórias narradas e imagens registradas. Isso é feito com a intenção de levar a leitora e o leitor para dentro do território de lutas.

Em suma, neste trabalho apresento palavras que foram escritas em papéis (*kuatia*), um estudo produzido a partir do registro de narrativas femininas e outros dados da pesquisa sobre a luta pela Terra Indígena Takuara. O trabalho foi inspirado na possibilidade de produzir uma dissertação de mestrado com breves palavras sábias (*ñe'e aranduĩ*), as quais versam sobre a luta pelo bem viver ou *teko porã* protagonizado por mulheres Kaiowá. Desejo que além do olhar e do pesar, este estudo seja um registro particular da indignação contra os males do colonialismo, os quais persistem em perpetuar relações assimétricas de poder, exploração e tentativas de dominação contra os povos indígenas, como acontece nos vários brasis dentro do Brasil. Os malefícios também se apresentam como problemas na conformação dos campos do conhecimento científico no Ocidente e, por esta razão, aos poucos disciplinas como a própria antropologia passam por um processo de descolonização.

CAPÍTULO I

UMA NARRATIVA DO ENCONTRO COM OS KAIOWÁ

1.1. Brevíssima história dos Kaiowá de Mato Grosso do Sul

O processo histórico de invasão e colonização europeia do espaço territorial denominado Brasil, produziu marcas de extermínio entre os povos originários e de escravidão entre eles e milhões de pessoas sequestradas da África e trazidas para as Américas na condição de escravizadas. Este longo processo ocasionou diversos tipos de violência que persistem e deixaram sequelas até os dias atuais. O processo de colonização para os povos indígenas não cessou porque ainda continua; apenas modifica suas facetas e modo de atuação. A situação não foi diferente aos Guarani, Kaiowá, Terena e outros povos estabelecidos na atual região Centro-Oeste, em especial no estado de Mato Grosso do Sul.

Eremites de Oliveira (2016), em recente publicação, explica este processo histórico dentro de um contexto mais amplo, o dos conflitos entre comunidades indígenas e fazendeiros no estado:

A questão fundiária, por sua vez, é um antigo problema que remonta aos séculos XVIII, XIX e XX, quando teve origem a propriedade privada da terra na região. Com o final da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), o antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, passou a ser mais rapidamente colonizado por migrantes oriundos de várias partes do Brasil, além de pessoas vindas de além-mar e países vizinhos, tidos como os “pioneiros”. A partir de então, o espaço regional passou a ser marcado pela violência armada, sobretudo quando comunidades indígenas tiveram seus territórios invadidos por fazendeiros e militares desmobilizados do exército imperial (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016, p.4).

As remoções forçadas ou esbulhos de terras indígenas, bem como toda a violência advinda do encontro colonial, não podem ser percebidas pelo viés de uma historiografia colonialista, linear, evolucionista e eurocêntrica. Por isso, os povos indígenas possuem uma etno-história própria, construída sob outras

percepções e partir de uma postura holística sobre o transcurso dos povos originários das Américas. Nesta perspectiva, há certa diferença entre nossa maneira de pensar a história e a forma como os não-índios a percebem. Sobre o assunto, o referido pesquisador assim explica em outra publicação de autoria:

Em primeiro lugar, é preciso ter clareza que a história indígena pode ser compreendida como a história que os cientistas sociais acerca do transcurso sociocultural e histórico das populações nativas do continente americano, quer dizer, das representações que construímos sobre o “outro”, nossa visão “ética”. Em segundo lugar, a história indígena também pode ser vista como a história narrada e interpretada pelos próprios indígenas, vis tradição oral, aqueles que recentemente foram reconhecidos por muitos historiadores brasileiros como agentes sociais plenos.

[...]

No entanto, o que pode parecer simples é, a bem da verdade, mais complexo do que geralmente tem sido apontado no Brasil até o presente momento. Acontece que a aparente dicotomia entre o ético (nossa representação sobre o “outro”) e o “êmico” (a representação dos indígenas sobre si), remete a uma longa e antiga discussão aparentemente longe de um entendimento consensual: história/eventos/diacronia versus estrutura/mitos/sincronia. Isto porque, sem recorrer neste momento a um alhures no campo da chamada antropologia histórica, a visão que os próprios nativos constroem sobre sua trajetória é, em muitos casos, impregnada por complexas representações simbólicas não facilmente decodificáveis e passíveis de serem ordenadas em termos temporais (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p.40).

As chaves para compreensão do assunto não estão, pois, na linearidade ou no binarismo a-histórico de certas abordagens teóricas recorrentes na antropologia, como o evolucionismo e o estruturalismo. Por razões desta natureza, a questão das terras indígenas perpassa pela história e pela cultura indígenas, sobremaneira pela nossa própria percepção sobre o assunto, e o tema está presente, inclusive, na legislação indigenista oficial. Nesta linha de raciocínio, vale registrar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Título Da Ordem Social VIII, Capítulo VII - Dos Índios, Art. 231 e parágrafos seguintes, regulamenta juridicamente as condições territorial, física e cultural dos povos indígenas. *Ex vie:*

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos

ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º (BRASIL, 2016) [grifos nossos].

Embora se tenha conhecimento dessa garantia constitucional, oriunda de lutas anteriores, quando ocorreram diversas mobilizações dos povos indígenas país, o fato é que existe uma distância entre a lei e sua efetiva aplicabilidade. Por isso, a demarcação das terras indígenas ainda é pauta e moeda de trocas dentro do cenário político nacional, pois desde 1500, ano da primeira invasão oficial, o que se percebe são os territórios invadidos e a constituição de diminutos espaços destinados ao confinamento das comunidades. Em tempos contemporâneos, muitas terras indígenas são expropriadas por ruralistas e aliados em Mato Grosso do Sul. Isso geralmente é feito em nome da manutenção do agronegócio ligado a grandes propriedades rurais. Consequentemente, territórios inteiros são desmatados e sofrem vários tipos de impactos negativos do ponto de vista ambiental.

Em relação aos estudos sobre o assunto, nos primeiros trabalhos mais significativos constam que a expropriação de terras Guarani e Kaiowá ocorreram desde o segundo quartel do século XIX até as últimas décadas do

século XX. Brand (1993 e 1997) e Eremites de Oliveira (2009), por exemplo, ao adentrarem com profundidade na análise dos processos históricos regionais, sustentam suas análises em sólidas pesquisas documentais e em narrativas históricas, baseadas a partir da interlocução mantida com lideranças dos povos Guarani e Kaiowá.

Os indígenas identificados como Kaiowá, falantes da língua guarani, a qual está filiada à família tupi-guarani e ao tronco tupi, habitam áreas situadas na faixa de terra de aproximadamente 150 km em cada lado da fronteira entre o estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e o Paraguai. São linguisticamente aparentados com os Guarani (também chamados de Ava Guarani e Ñandeva), Mbyá e Aché. No Paraguai seriam mais conhecidos como Paĩ-Tavyterã ou apenas Paĩ, conforme tem sido apontado na literatura etnológica. O etnônimo Kaiowá teria a seguinte origem:

O termo Kaiowá originalmente deriva de Ka'agua, denominação usada desde o século XVII para falar de indígenas que viviam "na mata" ou para indicar grupos indígenas que viviam a margem da sociedade colonial.[...] o termo Ka'agua foi usado para denominar os grupos falantes de guarani encontrados no norte da região oriental do Paraguai e no atual estado do Mato Grosso do Sul (CHAMORRO, 2015, p.73).

Na opinião da *ñandesy* ou sacerdotisa Kunhã Tapendi Vera:

Ka'aguygua ou *Ka'aygua* que na língua dos carai quer dizer: os das matas, é porque estamos sempre nas matas, as nossas casas e nossas vidas. Não fomos para a guerra matar os irmãos guarani no Paraguai, fomos para o mato nos esconder dos *carais* (informação verbal)⁵.

A relação dos Kaiowá com seu território e a natureza pressupõe o pertencimento que é intrínseco dos indígenas ao espaço constituído como lugar de ocupação tradicional. Segundo Brand & Colman (2008), os Kaiowá são povos agricultores e possuem uma relação de amorosidade com a terra, sua parente, como forma de orientar seu modo de vida pela lógica do bem viver ou *teko porã*:

Os Kaiowá e Guarani são agricultores e profundos conhecedores dos ciclos da terra, dos melhores solos e de variedades de mandioca, feijão, abóbora ou milho. Nesse sentido, merece especial destaque o

⁵ Entrevista de Julia Cavalheiro ou Kunhã Tapendi Vera para a autora em 17 de Janeiro de 2017. Juti, MS.

milho, que tem importância vital para os Guarani e os Kaiowá [...] uma das suas mais importantes festas é a festa do milho – *avatikyry/avati ñemongarai*, onde se abençoam o milho e os demais “primeiros frutos”, significando a abertura para o consumo da produção. Era nessa ocasião, também, que, tradicionalmente, realizava-se o ritual de iniciação dos meninos Kaiowá, perfurando o lábio inferior. O dono do milho, Jakaira, era um ente importante e de referência, o que confirma a íntima relação entre o mundo (BAND e COLMAN, 2008, p.45).

O profundo conhecimento dos Kaiowá sobre os territórios ou *tekoha*, incluindo a fauna e a flora, bem como a manipulação para cura de males, sequer foi considerado pelo estado brasileiro no processo de constituição de oito diminutas reservas indígenas no estado, delimitadas na primeira metade do século XX pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Neste período, grande parte de seus *tekoha* foram titulados a favor de terceiros ou transformados em áreas para o assentamento de famílias de agricultores, como ocorre na área da Terra Indígena Panambizinho, em Dourados, quando da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

No atual estado do Mato Grosso do Sul, criado em 1977 e implantado em 1979, em área que *grosso modo* corresponde ao antigo sul de Mato Grosso, o processo de esbulho das terras Guarani e Kaiowá teve início após o término da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1864-1870) e perdurou até os anos 1960, 1970 e 1980. Disso resultou em traumáticos processo de (des) territorialização e (re) territorialização, com influências em aspectos socioculturais, atividades produtivas etc., sem que a situação histórica tenha resultado assimilação ou aculturação. Os governos federal e estadual estimularam migrações de brasileiros de outras regiões para o antigo sul de Mato Grosso, onde está localizado o território historicamente ocupado pelos Guarani e Kaiowá. Muitas famílias foram exploradas de modo análogo à escravização após o conflito bélico platino, seja para a derrubada da mata para a formação de fazendas agropecuárias, seja por empreendimentos ervateiros, responsáveis pelo beneficiamento da erva-mate e sua comercialização. Destaca-se uma grande empresa que obteve grandes concessões por parte do Estado à exploração dos ervais tidos como nativos, historicamente conhecida com Companhia Matte Laranjeira (EREMITES DE OLIVEIRA e ESSELIN, 2015).

Para os recentes estudos sobre os Kaiowá, faço um recorte semelhante a um divisor de águas a partir dos trabalhos de Brand (1993, 1997). Segundo consta em seus estudos, a partir das décadas de 1880 e 1890, quando foi instalada, no território ocupado pelos Guarani e Kaiowá, a Companhia Matte Laranjeira, teve início nova situação histórica, marcada por tentativas de dominação e exploração da mão-de-obra indígena na região. Esteve ainda marcada por diversas e sucessivas ações de frentes econômicas de expansão da sociedade nacional sobre territórios indígenas. Os impactos dessas frentes sobre o Kaiowá e Guarani se deram de modo diversificado. O trabalho na colheita de erva-mate foi responsável pelo deslocamento de inúmeras comunidades em função da exploração comercial de novos ervais. No entanto, a Companhia Matte Laranjeira não estava interessada, naquele momento, na disputa pela propriedade da terra. Ocorre que bastava a sua posse, ainda que concomitantemente com a dos Guarani e Kaiowá, seus verdadeiros donos, para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

O SPI teve sua fundação em 1910 e logo em seguida inicia sua política de criação de reservas para alguns povos indígenas em Mato Grosso do Sul, especialmente àqueles como uma população mais numerosa, como é o caso dos Guarani e Kaiowá. Entre 1915 a 1929, o órgão indigenista demarcou oito reservas indígenas, conforme consta no quadro a seguir.

Quadro 1: Reservas Indígenas criadas pelo SPI para confinar comunidades Guarani e Kaiowá no sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (1915-1929).

Nome da Reserva Indígena	Etnias	Município	População (Censo de 2010)	Tamanho da área em hectares	Tamanho da área em posse dos indígenas (hectares)	Hectares por família (média de 5 pessoas)
Amambai	Kaiowá	Amambai	7.934	2.429	3.474	1,53
Dourados	Guarani, Kaiowá e Terena	Dourados Itaporã	11.880	3.474	3.474	1,46
Caarapó ou Tei'ykue	Guarani e Kaiowá	Caarapó	5.200	3.594	3,45	3,45
Porto Lindo ou Jakarey	Guarani	Japorã	4.242	1.649	1.649	1,94
Taquaperi	Kaiowá	Coronel Sapucaia	3.180	1.777	1.777	2,79
Sassoró ou Ramada	Kaiowá	Tacuru	2.300	1.923	1.923	4,18
Limão Verde	Kaiowá	Amambai	1.330	668	668	2,51
Pirajui	Guarani	Paranhos	2.184	2.118	2.118	484
TOTAIS			38.525	17.632	17.632	2,82
Dados fornecidos pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio); população estimada com base no Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do SIASI (Sistema de Informação sobre atenção à Saúde Indígena), ligado à SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena, órgão vinculado ao Ministério da Saúde). Os dados refletem a situação até o ano de 2013.						

Fonte: Cavalcante (2013, p.89).

Logo após a criação dessas reservas, veio a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, também conhecida pela sigla CAND, o que

aconteceu a partir de 1943. Este projeto de colonização loteou em definitivo a terra de várias aldeias dos Kaiowá, como é conhecido para o caso das comunidades de Panamzinho e Panambi, respectivamente localizadas nos atuais municípios de Dourados e Douradina (BRAND, 1997, p.5). Houve várias remoções forçadas de comunidades inteiras, ocorrido no âmbito de um projeto de dar continuidade ao processo de ocupação indevida de terras indígenas não regularizadas pelo Estado nacional. Nos territórios Guarani e Kaiowá foram assentados colonos (pequenos produtores) e fazendeiros, sendo que estes últimos atualmente estão mais ligados à pecuária e à monocultura de soja, milho, cana-de-açúcar etc. Expandiram-se como gafanhotos sobre as áreas de mata que existiam na região. Daí teve início uma situação de guerra genocida que, agravando-se ano após ano, perdura até os dias de hoje, conforme explicam Eremites de Oliveira e Esselin em artigo divulgado em jornal:

Com o final da chamada Guerra do Paraguai (1864-1870), o antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, passou a ser mais rapidamente colonizado por migrantes oriundos de outras partes do Brasil, além de imigrantes vindos de além-mar e países vizinhos. Desde então o espaço regional se configurou como palco de muitos conflitos pela posse da terra, especialmente quando comunidades indígenas tiveram seus territórios invadidos por fazendeiros e militares desmobilizados do exército imperial. A documentação oficial da época, como os relatórios da Diretoria dos Índios da Província de Mato Grosso, comprova a situação. Contudo, sem os povos originários esta parte da bacia platina não estaria incorporada ao território nacional (EREMITES DE OLIVEIRA e ESSELIN, 2015, p.1).

O confinamento de comunidades indígenas nas reservas criadas pelo governo federal, e o esparramo ou *sarambipa* de muitas delas pela região, especificamente aquelas que não seguiram para essas áreas, criou ao menos duas categorias de coletivos entre os Guarani e Kaiowá: a dos que teriam se sujeitado ao novo sistema e a daqueles que não se permitiam a este processo de opressão e apagamento. Em ambos os casos, são formas diferentes de resistência porque fazer-se de dominado não significa, necessariamente, estar dominado pelo colonialismo interno. Nas palavras de Elda Vasques Aquino:

Esse confinamento trouxe sérias consequências como: doenças, superpopulação, morte, fome, miséria, desestrutura familiar, perda de sua cultura e língua, além de muitas outras mortes, de acordos com os mais velhos. Os conhecimentos tradicionais ficaram mais difíceis de ser praticados, porque os espíritos que fortalecem os rituais sagrados ficaram no lugar onde a maioria praticava por muito tempo os seus rituais. Quando a FUNAI juntou todas as famílias em um

único lugar, tudo mudou! E as crianças são as que mais sofreram nesse cercamento. Foram privadas e reduzidas de seus espaços de aprendizado, pois eles nunca tiveram limites nem fronteiras para passear eram livres como pássaros (AQUINO, 2012, p.28).

Brand (2004) e Pereira (2007) também explicam que a criação das reservas tinha a precípua finalidade de: 1) permitir que milhares de hectares de terras ocupadas por coletivos indígenas fossem destinados à colonização agropastoril; 2) submeter os povos indígenas ao controle do Estado sob a ótica assimilacionista da política indigenista da época. Assim, a expulsão de muitas comunidades Guarani e Kaiowá de seus territórios foi feita para que esses espaços dessem lugar a fazendas e colônias agrícolas. O resultado disso foi a produção do fenômeno de desagregação social e desorganização política de muitas parentelas e famílias extensas. Por conseguinte, causou um enfraquecimento político organizacional de muitos coletivos por meio do chamado confinamento, termo do indigenismo não oficial com que Brand (1993, 1997) opera em seus estudos. Somente a partir dos anos 1970 e 1980, lideranças e famílias Guarani e Kaiowá conseguiram se reagrupar para iniciar a retomada de parte dos territórios usurpados.

Vale observar que a história da repercussão da expulsão dos Kaiowá, também analisada por Pimentel (2015), foi noticiada como genocida para fora da região a partir da década de 1970. Exemplo disso é o que aconteceu em 1977 na área chamada de Rancho Jacaré, em terras na posse da empresa Matte Laranjeira, no município de Laguna *Carapã*. Para evitar que fosse feita a regularização da área como terra indígena, os invasores, que se opuseram ao processo administrativo de identificação, delimitação e demarcação, levaram 130 indígenas para o país vizinho, o Paraguai. Depois foram resgatados pela FUNAI e assentados de forma precária e desumana na Terra Indígena Kadiwéu, na Serra Bodoquena, municípios de Bodoquena e Porto Murtinho. Crianças pereceram com fome e enfermidades, como acontece até os dias atuais, mas os parentes decidiram volta a pé, por cerca de 250 km, a suas terras ancestrais. Esta foi uma das primeiras retomadas. A partir daí o poder público foi pressionado a atuar no sentido de assegurar os direitos territoriais da comunidade, embora grande parte da mídia local, a serviço de ruralistas e outras pessoas e grupos ligados à elite regional, tenha se manifestado de

maneira contrária aos interesses dos Guarani e Kaiowá. Um dos aliados dos Guarani e Kaiowá passou a ser o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), recentemente criado e em atuação em Mato Grosso Sul. Mesmo assim, deve-se ter a clareza que os próprios indígenas eram e são os maiores protagonistas de sua própria história. Não há, portanto, apoiadores não-índios, pessoas ou instituições, que tomam decisões por nós, como se fossemos tutelados e incapazes de agir em defesa de nossos direitos.

A categoria *retomada*, assim escrita e pronunciada em português, está ligada ao processo de resistência e sobrevivência dos Guarani, Kaiowá e demais povos indígenas no Brasil. Sobre o assunto, assim explica Valdelice Veron:

Retomada é voltar para a terra que nos pertence, que viveram os nossos antepassados, não somos invasores de terras alheias ou vândalos. Ninguém quer tirar terra de ninguém, mas não queremos que tirem as nossas terras, por isso voltamos para o lugar de onde viemos; daí o termo retomar, pegar de volta o que nos foi tirado pelos invasores, retomar pacificamente com a nossa cultura e modo de viver (informação verbal)⁶.

As remoções forçadas ou esbulhos impostos às comunidades exigiram a criação de outras formas de resistência, organização política e luta pelo bem viver, quer dizer, novas estratégias de resiliência, como explicam Lima e Eremites de Oliveira para o contexto nacional.

[...] o das remoções forçadas – dá ensejo a diversas reações, todas incisivas na crítica ao esbulho sofrido. Seja manejando sua própria “cultura”, seja manejando canetas e câmeras de vídeo, a resposta é inconteste e inconformada: os indígenas persistem e buscam insistentemente por suas terras, sem aderirem passivamente ao lugar de vítima. Vitimados foram, não se tem dúvida dos efeitos perversos que as remoções forçadas produziram, mas o reconhecimento enquanto vítimas não os confina ao lamento nem os imobiliza como sujeitos passivos. Para dizer de outra maneira, o primeiro termo – o lamento – não necessariamente implica o segundo – a passividade (LIMA e EREMITES DE OLIVEIRA, 2017, p.21).

O uso do termo *retomada* se contrapõe às tentativas de impor aos Guarani e Kaiowá uma situação histórica marcada por (des)aldeamento, escravidão, abandono e confinamento (BRAND, 2005; MURA, 2006; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009). Esta categoria possibilita a

⁶ Entrevista dada a autora por Valdelice Veron, dia 13 de Janeiro, 2017, Juti, MS.

pensar sobre os movimentos étnicos que levaram a palavra ser usada como sinônimo de resistência às tentativas de genocídio ou etnocídio (físico, sociocultural, psicológico, acadêmico, epistemológico etc.). Ocorre que este é um modo de sobreviver e ocupar terras indígenas no tempo presente em Mato Grosso do Sul, onde os Guarani e Kaiowá enfrentam seus opositores ruralistas e outros com seus próprios corpos e a religiosidade ancestral. Relativo a esta questão, assim diz Elda Vasques Aquino:

Fomos marcados por uma contínua confusão de identidades pessoal, social, cultural e econômico e às vezes não sabemos quem somos, estamos atropelados pela massiva informação da sociedade envolvente. Onde a sociedade quis nos confundir para arrancar por completo as nossas raízes que nos sustentam e pudesse se perder no tempo, mas mesmo assim sempre estaremos firme na cultura herdada pelos nossos antepassados. Conseguimos cruzar os vários caminhos com muita consciência sabendo que nunca ninguém vai acabar com a cultura do povo Guarani/Kaiowá. Mesmo com todas essas mudanças e novas negociações da modernidade, o povo indígena não deixou de lado o “ñandereko” (jeito de viver); as comunidades indígenas estão ressignificando o conceito da vivência a cada dia por estarem convivendo com as duas culturas, não deixaram a modernidade acabar com suas tradições o jeito de viver (AQUINO, 2012, p.19).

Assim caminham os Kaiowá em suas retomadas e na luta por permanecerem em uma parte de seus territórios tradicionais. Seguem aos sons de maracás ou *mbarakás* e as rezas, proferidas pela palavra-alma ou *ñeé*, adentram “o caminho da Ema, que um dia fará a colheita dos maus sobre a terra e alumia os animais das matas”

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao censo de 2010 (IBGE, 2010), a população indígena de Mato Grosso do Sul seria de 61.737 pessoas. Desse total, cerca de 43.000 pessoas pertencem às etnias ou povos Guarani e Kaiowá, das quais umas 35.000 estão em terras indígenas regularizadas pelo Estado nacional e pouco mais de 8.000 sobrevivem fora delas. À medida que a população aumenta em termos demográficos, a violência contra indígenas cresce num ritmo bem maior nesta unidade da Federação. Isso é explicado pela estratégia colonialista do próprio Estado nacional ser ineficiente na resolução dos problemas fundiários que assolam a população indígena. Soma-se a isso a ausência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de atividades sustentáveis nas comunidades,

geração de emprego e renda etc. Há, de fato, uma má vontade em não regularizar as terras indígenas e muitas disputadas seguem anos a fio, sem solução à vista, na esfera judicial. Em termos políticos e econômicos, nota-se que o Estado valoriza o capital e a continuidade do agronegócio instalado em terras usurpadas dos Guarani, Kaiowá e outros povos. Chega-se ao ponto de as pastagens que servem de alimento ao gado terem mais valor do que a vida de milhares indígenas nesta parte do Centro-Oeste, onde muitas vezes sequer somos percebidos como seres humanos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2017).

Sobre a percepção depreciativa da grande maioria dos não-índios sobre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul, bem como o modo pejorativo com que são representados em grande parte da grande regional e nacional, vale citar parte de um documento divulgado pela Aty Guasu Guarani e Kaiowá, a grande assembleia desses povos no estado, em 2015:

Através desta nota explicitamos a todos que nós povos Guarani e Kaiowá não somos “invasores” do país Brasil, mas sim defendemos o país Brasil. [...] Na concepção dos fazendeiros e políticos anti-indígenas os povos indígenas Guarani Kaiowá são considerados como seres extraterrestres (OVNI) de outro planeta, não pertencentes ao planeta Terra. Mais de três décadas divulgam na sua mídia “esses índios invadem a terra”, “esses índios não são daqui dessa terra”, “os índios são invasores da terra”, “à noite os índios invadem a terra”. O verbo “invadir”, “invasores” e “invasão” são muito utilizados pelo astrônomo para explicar a invasão dos seres extraterrestres. De modo igual ao astrônomo, os jornalistas e os fazendeiros no Mato Grosso do Sul consideram os povos indígenas Guarani e Kaiowá como seres extraterrestres classificando os Guarani e Kaiowá não pertencentes à terra. Hoje os fazendeiros e políticos anti-indígenas pedem à força armada do exército para expulsar os povos Guarani e Kaiowá da terra. Enquanto os povos Guarani e Kaiowá não classificam os fazendeiros como “invasores” de suas terras. O verbo “invadir” dos fazendeiros justifica o genocídio, dizimação e massacre dos povos indígenas, cometendo maior desrespeito, violência e crime contra os Guarani e Kaiowá humanidade. “Índios são invasores da terra” não tem fundamentos, não procede, por essa razão repudiamos reiteradamente essa palavra “índios invasores” divulgados pelos fazendeiros e políticos anti-indígenas. Explicamos a todos, de modo repetitivo que nós povos Guarani e Kaiowá não somos seres extraterrestres ou OVNI de outro planeta, mas sim pertencemos a nossa terra grande, por isso hoje estamos retornamos ao pedacinho de nossa terra. [...] Nós já retornamos a reocupar a nossa terra, e “não saímos de nossa terra nem vivo e nem morto” essa é nossa decisão definitiva, do povo Guarani e Kaiowá. Os fazendeiros e políticos anti-indígenas sempre classificam e taxam nós de “paraguaios”, “índios do Paraguai”. Explicamos a todos, nós povos Guarani e Kaiowá, não somos “paraguaios”, porém somos povos indígenas Guarani e Kaiowá, já

vivíamos nesta terra antes da criação do país Brasil e Paraguai. [...]. Os povos Guarani e Kaiowá lutam pela defesa da terra do Brasil e resistem na terra indígena/Brasil Tekoha. Nanderu Marangatu, 28 de agosto de 2015. Aty Guasu Guarani e Kaiowá (ATY GUASU, 2015) [grifos nossos].

Percebe-se de maneira cristalina que os verdadeiros donos da terra, os povos nativos ou originários, são tratados como estrangeiros na própria região por eles ocupadas desde antes dos primeiros europeus chegarem à América do Sul. Esta situação absurda é alimentada por setores da imprensa que vivem às custas do erário público e pertencem e estão a serviço das elites locais.

1.2. Taquara demarcada com sangue e ossos Kaiowá

Os canaviais estão em volta e as estradas na terra vermelha, no caminho para chegar a Takuara, alertam sobre uma grande usina de álcool e açúcar na região. A imagem é triste e há um som barulhento marcado por máquinas, fumaças e fuligem na cor cinza. No entorno da usina há plantadeiras verdes a espera para a próxima safra. O agronegócio prospera naquele lugar enquanto os indígenas seguem na luta pela terra⁷. O silêncio do lugar é quebrado por um gigante de ferro, cimento e sangue daqueles que morreram ou foram expulsos para existir aquela indústria estranha nas terras dos Kaiowá.

A Terra Indígena Takuara está localizada no município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul. Possui uma superfície com as seguintes dimensões: 9.700 hectares de áreas; 50 km de perímetro; população atual de aproximadamente 520 pessoas. Trata-se de uma terra indígena localizada dentro do grande território Kaiowá, de onde famílias extensas e parentelas inteiras foram expulsas na década de 1950, conforme consta no estudo do antropólogo Levi Marques Pereira (2005).

A literatura costuma designar estes três subgrupos [povos] como Guarani. Tradicionalmente são agricultores de floresta tropical, praticando a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta como atividades subsidiárias. Embora sempre procurem dispor de áreas com fertilidade suficiente para assegurar o cultivo de milho, encontradas preferencialmente nas áreas de mata, também detêm

⁷ O agronegócio é compreendido por um conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários, geralmente direcionamento à exportação (LEITE & MEDEIROS, 2012).

grande conhecimento sobre os recursos presentes nos ambientes de mata ciliar, cerrado alto, cerrado baixo e campo cerrado, dispondo deles com grande eficiência. A região sul de MS, onde se situa o território tradicional Kaiowá, apresenta formações florestais em forma de mosaico. Muitas comunidades fixam tradicionalmente suas aldeias nessas áreas de transição, permitindo a exploração dos recursos presentes nas diversas formações florestais (PEREIRA, 2005, p.20).

O conhecimento dos Kaiowá sobre o território está ligado a sua própria perspectiva do pertencimento, como uma simbologia que não está apenas associada à identidade étnica, mas a sua própria existência enquanto povo de língua guarani. O próprio conhecimento sobre seu habitat legitima a posse e a propriedade coletiva que reivindicam sobre a Terra Indígena Takuara e outras no estado. Esta perspectiva possibilita uma compreensão sobre nós mesmos e os modos tradicionais de organização social e ocupação das terras ancestrais, como previsto na Carta Magna de 1988, a Constituição Cidadã, também escrita com sangue indígena nos papéis dos não indígenas.

Não existe paz em Taquara, embora às vezes o lugar seja silencioso. Os Kaiowá sabem que aquela terra lhes pertence e reclamam o sangue que derramado naquele lugar. Ali há a possibilidade real de se enxergar um lobinho no caminho por onde andam. A aparição desse animal na cultura Kaiowá significa que quem o viu irá morrer. Não há um silêncio total na região porque a estrada é dividida entre os empregados de uma fazenda chamada Brasília e os habitantes de Takuara/Taquara. Todos os indígenas que foram expulsos dali ou nasceram lá ou descendem de pessoas que ali nasceram. Contam histórias sobre os parentes antigos e de como a fatura imperava naquelas bandas antes da chegada dos fazendeiros, os *karai* ou não-índios que com papéis de propriedade, apoio do governo, fogo e homens armados, percebidos como *pistoleiros* pelos Kaiowá, tomaram-lhes a terra.

Na década de 50 do século XX, a comunidade Kaiowá de Takuara/Taquara foi removida forçosamente da região e muitas famílias foram levadas à reserva de Caarapó (PEREIRA, 2005; VERON, 2018). São inúmeros os relatos de violência e morte, e fogo produzido por fazendeiros para lhes fazer mal. Denúncias informam sobre dois corpos, o de uma sacerdotisa ou *nandesy* e o de uma *criança*, que foram carbonizados. Há ainda informações

sobre o afogamento de uma criança em fuga de homens armados que foi presa nas ramagens na beira do rio, quando inocentemente fugia, e faleceu.

Os próprios protagonistas iniciais da retomada de Takuara/Taquara foram expulsos do lugar naqueles tempos. Chegaram a viver em reservas criadas pelo SPI, mas sabiam que aqueles espaços que confinamento não eram o lugar de origem. Muitos foram deixados nas beiras de rodovias e por ali permaneceram algum tempo sob sol, poeira, ameaças de morte e outras formas de violência. Na década de 2000, foi instalado um processo judicial para tratar da disputa pela terra entre ruralistas e comunidade indígena, no qual os Kaiowá são tidos como invasores de propriedades privadas. Pedidos de reintegração de posse foram enviados à Justiça Federal, mas os indígenas seguiram na resistência, sem arredar o pé ou desistir daquele *tekoha*. Os verdadeiros invasores e seus descendentes apresentam-se como legítimos proprietários das terras e produtores rurais. Neste contexto, a Aty Guasu passou a ser uma forma de organização política voltada à luta por direitos entre os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, cujas origem são bastante remotas, desde os tempos da escravidão na época das empresas de erva-mate. Melià (2004, 2010) explica que originalmente seria uma assembleia de trabalhadores indígenas nos ervais de *Mbaracayú*, realizada em 1630, quando foi escrita uma carta em guarani com apelo e denúncia às autoridades sobre as péssimas condições de trabalho que enfrentavam na exploração da erva-mate.

Segundo Spency (2015), a resistência Guarani e Kaiowá não estão apenas no que concerne às estratégias de luta, mas no compartilhamento de modos relacionais ligados ao caráter do bem viver:

As festas kaiowá e guarani, segundo a memória dos mais velhos, estavam relacionadas a um tempo de fartura, antes do desmatamento massivo na região e do confinamento, quando as colheitas eram abundantes, e as famílias podiam convidar periodicamente os vizinhos para cantar, dançar e pedir aos deuses por sua saúde e a alegria. Esses rituais, como a nominação das crianças (*nimongarai*) ou a passagem dos meninos à idade adulta (*mitã pepy*), sinalizada antigamente por um furo na parte inferior da boca, o tembekua, onde se instalava um "o de resina de certa árvore, o tembeta – estão entre as mais fortes lembranças de Atanásio, e compõem o cenário da terra almejada, onde os parentes um dia poderão voltar a viver do seu próprio jeito, o *ñande reko*: (PIMENTEL, 2012, p.144).

As reivindicações dos Kaiowá seguem a lógica de sua existência. Não cobram outros bens públicos em primeiro plano, mas a justa demarcação das terras indígenas, prioridade para que se possa garantir os demais direitos. Daí compreender a importância da Aty Guasu, que teve como um de seus protagonistas o líder Marçal de Souza, o Tupã'i⁸. Ele foi brutalmente assassinato em 1983 na Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu, localizada no município de Antônio João, por um pistoleiro que teria sido contratado por pessoas contrárias à causa indígena (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009).

O movimento político dos Guarani e Kaiowá possibilitou que, embora estivessem espalhados e a viver em situação precária, fosse mantida a memória e o desejo de voltar às terras tradicionalmente ocupadas. Isso foi feito na articulação de um movimento étnico capaz de impulsionar o enfrentamento de forças poderosas e contrárias a seus interesses, ainda que ano após ano, ininterruptamente, registrasse o assassinato de lideranças. Para adentrar novamente às terras sagradas, o risco de morte se tornou iminente. Este foi o caso que aconteceu com outro de seus maiores líderes, Marco Veron, morto em 2003, após a terceira retomada de Takuara/Taquara⁹. Foi brutalmente

⁸ "Liderança importante na formação do movimento Aty Guasu, originário de comunidade indígena da região entre Aral Moreira e Coronel Sapucaia (MS), passou parte da vida em Campo Grande, depois de, ainda na infância, ter sido entregue por sua família a um fazendeiro, para adoção; foi residir no *Pirakuá* no período de mobilização pelo grupo, chegando a ser nomeado capitão ali; depois, transferiu-se para o Nhanderu Marangatu/Campestre, onde residiu até perto de sua morte, pouco antes de sua mudança para o *Pirakuá*. O documento final da Aty Guasu realizada no Panambi, entre 29/11 e 01/12/12, considerou essa morte como "não esclarecida". Encontro uma possibilidade de referência dessa fala de Amilton no seguinte trecho de mensagem atribuída a Marçal: "Mas levantarão outros que terão o mesmo idealismo, que continuarão o trabalho que hoje nós começamos. Isso eu deixo para vocês" (publicado no Jornal do País em 15/11/1984 *apud* TETILA, 1994, p.50).

⁹ [...] o trauma dessa comunidade em relação à morte de Marco Veron, seu principal líder político no período recente. Conheci esse líder em 1984/1985 quando atuei como técnico agrícola na reserva de Dourados, naquela época Marco Veron residia na reserva de Dourados juntamente com sua família extensa. Mas será apenas a partir da década de 1990, que ele começará a interagir mais efetivamente com os parentes de sua mulher, oriundos de Taquara e colocará sua experiência de funcionário de carreira do Serviço de Proteção ao Índio a serviço da demanda fundiária dessa comunidade. Foi Marcos quem articulou com outros líderes de famílias oriundas de Taquara no sentido de mobilizar a comunidade para o retorno às terras da Taquara, acabando por assumir a liderança nas tentativas de reocupação dessa terra a partir de abril de 1999. Considerando o importante papel político por ele desempenhado, não causa maior surpresa a profunda marca deixada por sua morte na história recente da comunidade, de maneira que sempre que as conversas faziam referência a sua morte criava-se um clima de mau estar, embaraço e emoção nas pessoas que com ele conviveram". (PEREIRA, Levi M. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara**. Portaria Nº 140/PRES/FUNAI – BRASÍLIA-DF, 2005).

assassinado e um pouco antes, em 2001, foram arrancados daquela terra indígenas dois corpos de seus filhos: Zé Veron e Sérgio Veron, e de outras duas crianças gêmeas. As percepções sobre a violência que se manifestam nas narrativas Kaiowá e em estudos acadêmicos ainda são vistos, ao menos em parte, como vitimíssimo por parte da sociedade nacional envolvente. Soma-se a isso a tentativa de deslegitimar a reivindicação indígena e desumanizar os Guarani e Kaiowá.

A terra tornar-se um ente de força e vida, algo que nos remete a uma complexa relação de parentesco, que não é somente o território de pertencimento dos corpos, e sim a espiritualidade que envolve a busca pelo bem viver naquele lugar. Ramires (2016) fala sobre a territorialidade parental, que na cultura Kaiowá se manifesta nas retomadas e lutas pela demarcação e regularização das terras:

A territorialidade para nós Kaiowá e Guarani tem o significado espiritual e material; no *Tekoha* começa a nossa origem, onde nasceu o nosso ser Kaiowá e Guarani, o *Teko* é a vida e o *ha* um espaço, nesse sentido, *tekoha* é uma “aldeia”, onde vivem as pessoas, reúnem-se as famílias; o rezador – *ñanderu* é a autoridade máxima responsável pela organização social, o que ele fala é respeitado e onde todos acatam as decisões, os pais e as mães toda tarde vão para casa de reza, participam de festas tradicionais como cerimônia de milho *jerosy* e *guachire*. Assim, os jovens adquirem boa educação, não andam pelo mal caminho, por que o *ñanderu* ajuda as mães a educar seus filhos e a viver em harmonia (RAMIRES, 2016, p.42).

O caráter espiritual do *Tekoha* se fortalece à medida que se restabelece os laços primários com o território dentro de uma organização social particular, baseada em famílias nucleares, famílias extensas e parentelas que se articulam no tempo e espaço. Rituais e festas são reavivados e as palavras-alma registram a relação com o *tekoha*.

Águas doces de rios e córregos cercam Takuara/Taquara, às vezes poluídos por agrotóxicos lançados por fazendeiros, reafirmam a importância física e espiritual do lugar para a sobrevivência e perpetuação do modo de ser Kaiowá. A própria ciência e história dos indígenas registram que antes das expulsões ou remoções forçadas, acontecia na aldeia Takuara/Taquara encontros de rezadores e rezadoras ou *ñanderu* e *ñandesy*. Rituais eram realizados próximos a rios, cujas margens eram ricas de flora e fauna. A pensar

sobre o conceito geográfico comum no Ocidente, faz-se necessário salientar que os povos indígenas desconheciam fronteiras entre Estados nacionais, pois sequer eles existiam antigamente nesta parte da América do Sul. Divisas entre o Brasil e o Paraguai, por exemplo, foram estabelecidas de forma a dividir territórios indígenas e a separar parentes.

O caminhar do povo Kaiowá, chamado de *oguata*, está diretamente ligado à liberdade de ser o que são em seus *tekoha*.

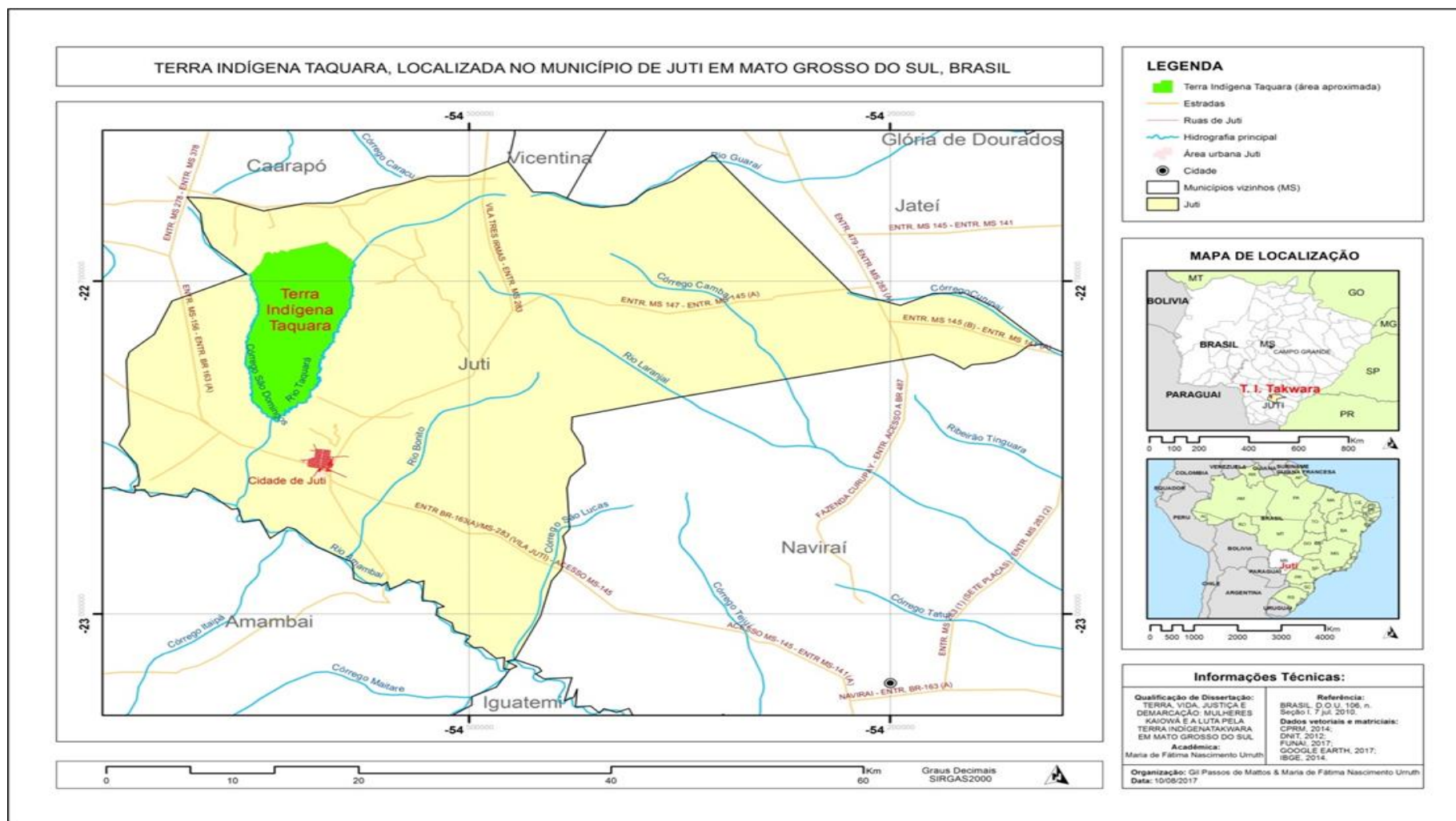
A terra de Taquara é apontada como um local onde residiram vários líderes religiosos de expressão e reconhecimento nas diversas comunidades que juntas compunha o *tekoha guasu/pavêm*. [...] Isto de alguma maneira se prolongou até o período imediatamente próximo à expulsão da comunidade durante a década de 1950. Na região denominada *Oka Guasu ou Oka pyte*, situada na parte central do divisor de águas entre os rios Taquara e São Domingos, costumavam manter uma grande casa – *oga pysy*, construída com a finalidade de realização de determinados rituais que exigiam certo distanciamento do burburinho da vida cotidiana da aldeia. [...] e era ocupado sazonalmente por ocasião da realização dos grandes rituais dos quais participavam convidados das aldeias de *Pa'i Kue*, *Lechucha*, *Matula*, *Jarará*, *Guyra Roká*, *Sayju*, *Yvytu*, *Kurupa'y Voka* e *Urukuty*, entre outras. Uma liderança religiosa definiu o *Oka Guasu* como um plenário, onde os líderes religiosos se reuniam para exporem suas preocupações e externar as revelações recebidas das divindades (PEREIRA, 2005, p.121).

A história dos Kaiowá em geral e na Terra Indígena Takuara se contrapõe, pois, à histórica colonizante que ainda impera em grande parte da academia e em estudos memorialistas, pois a trajetória dos povos indígenas da região platina não tem início quando da chegada dos invasores europeus às Américas (MELIÀ, 1997). Esta história é transmitida de diferentes maneiras através da oralidade e pode ser chamada de uma história ancestral.

Após a morte do cacique Marcos Veron, em 2003, a Terra Indígena Takuara/Taquara seguiu a ser retomada e até o presente momento, setembro de 2018, aguarda a homologação. Enquanto toda a área não for regularizada e a paz for reconstruída na região, os conflitos seguem numa dinâmica constante: envenenamento das águas de rios e córregos, pulverização da área com agrotóxicos, atropelamentos em estradas vicinais e rodovias etc. A paz e a morte em Takuara/Taquara seguem numa linha tênue, entre um minuto e outro.

Todos os anos, no mês de janeiro, as famílias Veron, juntamente com outras que vivem no local e indígena de regiões vizinhas, se reúnem em gesto

de respeito e dor. Fazem homenagem ao cacique Marcos Veron durante rituais de reza e reuniões. Por isso costumam afirmar o seguinte: “Demarcamos nossas terras com ossos e sangue”. Em janeiro de 2017, na data em que se completava 14 anos da morte do referido líder Kaiowá, observei a memória tornar-se força. Este fortalecimento político, orientado por latente espiritualidade, é fundamental para continuarem a luta pela terra sagrada. Todos os indígenas ali presentes reafirmam a esperança na regularização da área e na manutenção do modo de ser kaiowá. As mulheres, donas do fogo, permaneciam à frente das pessoas com suas rezas, umas empunhavam o *mbaraká*, outras usavam o *takuapi*, espécie de bastão grosso de taquara com que tocavam o chão com uma das extremidades e produziam som característico; demonstravam a resistência dos corpos na luta por Takuara/Taquara.



Mapa 01: Terra Indígena Takuara, Juti, Mato Grosso do Sul.

1.3. As donas do fogo

A partir da retomada de Takuara/Taquara, processo este que se tece o contexto de luta pela terra sagrada e a resistência das famílias naquele lugar, nota-se a existência de um modo de completude e significados que se costuram com modo de ser ou *teko porã* dos Kaiowá. Exemplo disso é o fogo em cada casa que se acende como símbolo de tudo que há sagrado entre o céu, a terra e o pensar a luta pela terra. O fogo aquece os corpos, humaniza o lugar, amálgama relações sociais e traz à tona a memória social que permanece viva e avivada na comunidade. Esta memória remete aos bons tempos, quando os mais antigos viviam em paz, mas também passa pela situação traumática de acampamentos à beira de estradas, sendo vítimas das mais cruéis formas de violência, como beber água envenenada por agrotóxicos e serem atacados por pistoleiros a serviço de fazendeiros da região. A retomada é sonho da terra que se enfeita, como quando as sementes e os brotos dão vida e cor ao mundo, reconstituindo-se silenciosamente, como em um corpo. Chamorro (2008) adentrou sobre o tema e enfatizou sobre as relações que envolvem os enfeites do universo:

As divindades são os seres enfeitados por excelência. Enfeite, adorno ou paramento (*jegua*) não é um acessório, algo supérfluo ou complementar, como à primeira vista pode parecer; mas algo essencial, o coração dos seres. Por isso o enfeitar-se é indispensável no processo de aperfeiçoamento e de identificação com as divindades. Nesse sentido cabe lembrar que, entre os epítetos que os *Pãi Tavyterã* e os *Kaiowá* costumam aplicar a si mesmos, figura o de “enfeites do universo” (*ará jeguaka*). Ao escutarem sua história, sua origem, sua palavra original, os seres se defrontam com seu verdadeiro modo de ser; no caso do milho, a madurez das espigas; no caso das pessoas, boas palavras e grandezas no coração. Quase todos os enfeites convergem a um enfeite que parece ser primário para os grupos estudados: a flor (*poty, ivoty*). Ela faz parte do enfeite da cabeça (*jeguaka poty, akângua*), do enfeite da cintura (*ku’akuaha poty*), do enfeite das mãos (*mbaraka poty*) e do enfeite da boca, da palavra (*ne’e poty*) (CHAMORRO, 2008, p.164-165).

A vida da mulher Kaiowá e a terra são únicas, formas de vivências cotidianas, da não separação dos corpos; aparecem nos atos, rituais, festividades, rezas e práticas em que este modo de ser e viver são simbióticos em relação a perceber o cosmos. Os povos indígenas em geral são como partes complementares à natureza, numa interação intrínseca visceral; não se

veem à parte, mas se percebem com a terra, algo que transcende como ser humano.

Dessa forma, as guardiãs do fogo estão nas casas; cada fogo significa uma família e as mulheres são as que possibilitam tudo que surge antes e depois do fogo, como descreve Pereira:

O fogo constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política. O pertencimento ao fogo é pré-condição para a existência humana entre os *Kaiowá*. O fogo prepara os alimentos, protege contra o frio e em torno dele as pessoas se reúnem para tomar mate ao amanhecer e ao anoitecer (PEREIRA, 2005, p.51).

Os filhos tornam-se guerreiros e as filhas, guardiãs do fogo. No entanto, não há restrições sobre a escolha dos papéis a serem ocupados dentro da comunidade pelas mulheres Kaiowá. Elas têm acesso e escolha a atividades consideradas masculinas, mas o homem não pode ser guardião do fogo, fato este demonstrado na fala de Valdelice Veron:

[...] *carai* [não-índio] pensa que a nossa organização é patriarcal, mas não é. Aqui ainda vivemos a cultura da palavra, e a palavra é a Mama Júlia e isso é uma outra definição social. Mulher tem e faz fogo, ela é a dona do fogo. E fogo para Kaiowá é poder. Fazer fogo é parte dos rituais de poder e relações sociais. Os homens são caçadores, coletores e guerreiros. Mulher Kaiowá também faz casa, caça, reza e dança no *Yuyra'i* do *Tekohá*. A/os filha/os são tão importantes, necessários e numerosos. Há poligamia masculina, mas se isso acontecer terá de sustentar a todas as mulheres, geralmente as mulheres são parentes, irmãs e primas (Informação pessoal).

Os Kaiowá de Takuara/Taquara vivem a cultura da palavra e sendo a palavra sagrada, a palavra-alma, com grau de importância social e religiosa dentro da comunidade, a relação patriarcal tornar-se um conceito ocidental que não expressa o seu modo de vida tradicional. A relevância desta perspectiva se faz necessária num estudo sobre as mulheres indígenas para que se possa entender, portanto, a importância dessas guerreiras na vida em comunidade. Isso é importante para trazer à tona o protagonismo feminino e, ainda, as nuances existentes na cartela de cores que é a cultura indígena.

Para adentrarmos ao mundo das mulheres Kaiowá de Takuara/Taquara e a luta pela terra se fazem necessário demarcar certas palavras a respeito da escrita e a questão sobre gênero no cosmos indígena. No caso deste trabalho,

isso é feito a partir do lugar de falar. Não nego o feminismo ou a busca de direito alheio, especialmente no que diz respeito a reconhecer a Outra como uma forma de alteridade solidária. Sobre o assunto, trago à reflexão inicial as palavras da antropóloga e professora Linda Terena (Lindomar Lili Sebastião), que juntamente com outras mulheres indígenas de varias etnias, participarmos do 13º Congresso Mundos de Mulheres, um encontro internacional e interdisciplinar de e sobre mulheres, e do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11º, eventos que ocorrem entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017 em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Em suas palavras:

Enquanto mulher indígena, desconheço a existência de um *feminismo indígena*. Esse é um termo de origem europeia do século XIX que foi ampliando suas reivindicações de acordo com as necessidades. Trazer esse modelo para o interior indígena não faz sentido tanto quanto o faz para as mulheres do mundo ocidental. A pegada de movimento das mulheres indígenas é outra, e sempre tenho frisado isso. Não nos reconhecemos nas pautas e nos moldes do feminismo ocidental (SEBASTIÃO, 2017).

O termo feminismo não pertence originalmente à cultura dos povos indígenas. O machismo e patriarcado, tal como tem sido criticado na academia, foram trazidos pelos europeus a partir do encontro colonial. Em termos epistemológicos, fazem parte de mais uma das tantas violências às quais estivemos e estamos expostas ao longo de mais de quinhentos anos de invasão por estrangeiros que desembarcaram com suas caravelas no continente americano. Este ponto de vista permite uma reflexão sobre o colonialismo refletido em falas, escritas e percepções sobre a mulher indígena em geral e a respeito da mulher Kaiowá em específico, haja vista nossas próprias formas de organização social, historicidades particulares e formas específicas de cada povo para a produção de conhecimentos.

Aceitar sem questionamentos os conceitos de feminismo a partir de outra cosmologia equivale a continuar o processo de colonização como ser humano feminista. Significa (re) produzir uma violência ao aceitar certa epistemologia ocidental como se o machismo e o patriarcado fossem fenômenos universais à toda a humanidade. Denota até o propósito de apagar a história dos povos indígenas, enquadrando-a numa história linear, evolutiva e eurocêntrica para legitimar a violência decorrente das relações de poder e

exploração impostas a partir dos encontros coloniais iniciais. O protagonismo das mulheres indígenas na luta pelos direitos dos povos originários foi construído no contexto de situações históricas marcadas por guerras genocidas e tentativas de escravização. Não obstante, mulheres indígenas reconhecem que o feminismo é uma virtude, mas isso não significa que aceitem o feminismo ocidental como algo universal a ser adotado nas comunidades e no seu modo de viver, sendo que a pauta feminista, não contemplou as mulheres indígenas, e quando aparecemos, estamos em condições de precarização a respeito.. Não se pode, pois, colocar modelos prontos e acabados de uma sociedade dentro de outras e isso se aplica ao caso da tentativa de impor o feminismo ocidental dentro das aldeias e pensamentos.

CAPITULO II

O SILÊNCIO E AS PALAVRAS

2.1 Mbaraká que fala

A etnografia é um processo de imersão e vivência no espaço a ser observado e seus significados, constituída por procedimentos técnicos e metodológicos na busca pela compreensão a respeito da dinâmica da vida em diferentes contextos socioculturais. Dentro de práticas etnográficas, busco demonstrar os significados e percepções da comunidade de Takuara/Taquara a partir de um modo de ser e existir de mulheres Kaiowá. A aplicação da observação direta, assim compreendida desde longa data, propiciou o sentir-se participante das relações mais perceptíveis ao trabalho de campo. Nele me coloquei diante dos fatos e acontecimentos, sem que existam intermediações entre as coisas de fora e o mundo que está dentro de nós, pois, como afirmou Malinowski (1984, p.21), um dos fundadores da etnografia: “É enorme a diferença entre o relacionar-se esporadicamente com os nativos e estar efetivamente em contato com eles”. Desta forma, fui lá, como indígena, estar com eles, os Kaiowá, meus parentes ou patrícios.

O referido autor aponta para a importância de tomar parte da vida na aldeia, do estar lá para realizar uma observação vis-à-vis, mais qualificada e a mais densa possível. Isso significa entrar nas redes de significados e buscar fazer uma descrição que aspira a ser densa e intensa, como defendido por Geertz:

O que o etnógrafo enfrenta de fato – não ser quando (como deve fazer naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicáveis, e que tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1989, p.7).

As possibilidades do percurso de caminhar como etnógrafa trouxeram a boa palavra que inspiram a escrita do perceber e assemelhar-se ao Outro, parente, e a Nós, indígenas, além observar sinais e movimentos. A compreensão não é processo de adivinhação, mas de conhecimento na medida em que, segundo explica Malinowski (1986), somos vários em um corpo com inúmeras interpretações:

Na etnografia, onde o autor é, ao mesmo tempo, seu cronista e historiador, não há dúvida de que suas fontes sejam facilmente acessíveis, mas também extremamente complexas e enganosas, pois não estão incorporadas em documentos materiais, imutáveis, mas no comportamento e na memória de homens vivos. Na etnografia, a distância entre o material bruto da informação - tal como se apresenta ao estudioso, quer em sua própria observação, quer nas declarações dos nativos, quer nos caleidoscópio da vida tribal - e a apresentação final dos resultados é frequentemente enorme (MALINOWSKI, 1986, p.27).

Dentro do campo em si, em Takuara/Taquara, entre os Kaiowá, notei que havia deixado o território que reconhecia para conhecer outro território, onde há desconforto e violência, lugar em que os significados da luta pela terra assumem outra dimensão. Antes disso, de ir lá e estar em campo, fiz um pontual levantamento e análise de obras e autores que tratam da história e cultura Guarani e Kaiowá. Em Mato Grosso do Sul, observei e vivenciei a alteridade e seu (re) significado, uma vez que enquanto pesquisadora não estava totalmente pronta, e nunca estaria, para tamanho desafio. Importando-me com a observação da vida em comunidade, atenta aos detalhes, àquilo que é sensível, aos afetos e à espiritualidade que cerca os Kaiowá, busquei compreender a situação histórica ali vivida. Assim o fiz como um assovio da mata em uma noite de estrelas, que refresca os corpos com o alísio vindo de longe, no processo de escuta da terra e das rezas das sacerdotisas ou *ñandecy* no *tekoha* Takuara/Taquara.

Sobre o trabalho de campo, assim diz Da Matta:

O trabalho de campo, como os ritos de passagem, implica, pois na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada. Neste sentido, o processo é uma busca do controle de preconceitos, o que é facilitado pela viagem para outro universo social e pela distancia das relações sociais mais reconfortantes (DA MATTA, 1987, p.152).

O processo etnográfico que enfrentei neste percurso etnográfico foi de muita valia, como apontam vários autores conhecidos na antropologia brasileira: Malinowski (1975), Geertz (1989), Da Matta (1987), Cardoso de Oliveira (1996), Diniz (2012) e Kofes (2001). Neste trabalho, porém, tento traduzir esta experiência dentro da percepção do que compreendo a respeito da cultura Kaiowá, assim o fazendo no procedimento de construção da escrita da palavra no papel. Este procedimento foi feito a partir dos ensinamentos da *ñandecy* Kunhã Tapendi Vera, que passo a descrever: *ñañandu* (sentir), *jahecha* (ver), *ñahedu* (ouvir) e *ñañogatu* (memorizar de forma direta). Este modo de proceder consiste em observar o povo, “deixando de fora qualquer ideia ou sentimento que se tenha adquirido do mundo ocidental, ouvindo com a liberdade de fala e guiada pela sabedoria do povo”. Está relacionado a observar no ouvir e seguir em frente, memorizando o *ñe’emongeta*, isto é, a fala das pessoas.

Neste sentido, explico que neste capítulo trato de Takuara e das narrativas da existência e luta pela terra. Isso é feito a partir da ideia do *mbaraká* que fala, pois para os Kaiowá desta comunidade este instrumento é um ser vivo sob forma de chocalho de cabaça e sementes especiais. O *mbaraká* se une sonoramente ao *takuapi*, espécie de bastão feito de taquara com aproximadamente 1 m de comprimento, cuja batida no chão produzir um som abafado.

A estadia em Takuara/Taquara aconteceu em dois momentos, entre janeiro e fevereiro de 2017 e praticamente no mesmo período em 2018. Durante a primeira visita, inicialmente houve uma reunião com a comunidade, quando a proposta da pesquisa foi apresentada. Logo depois, foi feita uma reunião somente com as mulheres Kaiowá com as quais convivi por quatro semanas, na primeira etapa dos trabalhos de campo. No segundo momento, tive muitos problemas, dada à violência e ameaças que Valdelice Veron sofre constantemente e que culminou com fugas de pistoleiros a serviço de pessoas contrárias aos interesses da comunidade. Repetidas vezes teve que dormir no mato, tiros foram disparados em direção aos indígenas e chegou a ser ferida à bala no braço, episódio este que aconteceu antes das homenagens póstumas ao líder Marcos Veron, seu pai. Semanas depois, em outra investida, Ládio

Veron, seu irmão, sofreu um ataque surpresa, sob forma de tocaia ou emboscada, na estrada de Caarapó, ficando ferido à bala na perna. Relatos de violência desse tipo são algo comum nas conversas com parentes de Takuara e a contagem de mortos e feridos não cessa. Constantemente há a lembrança de algum parente que morreu assassinado à bala ou levando surras dos empregados dos fazendeiros. Atropelamentos também são comuns de indígenas, muitos dos quais ficam mortos na beira da estrada, como se não fossem gente. Seus corpos ali permanecem à espera de algum parente que possa prestar os devidos cuidados aos mortos.

Neste ambiente de guerra genocida, observei que existe um caminho que se completa de sonhos, esperança e fé, como forma viva de permanecer resistindo sobre a terra. Isso tem a ver com outra percepção de mundo e olhar sobre o entorno, como uma flor que brota na mata de cerrado enrubescido e planta que alastra sementes para que outras flores possam existir.

A chegada ao destino final, Takuara/Taquara, para os encontros com as mulheres Kaiowá e a participação nas homenagens póstumas ao cacique Marcos Veron, nos dois anos em que por lá passei duas temporadas, 2017 e 2018, fortaleceram o pisar naquela terra sagrada. As crianças inicialmente são observadas ao longe e à estranheza ao lugar tão distante. A vegetação remanescente dos monocultivos dos ruralistas engloba o entorno de uma área coberta com floresta, vegetação de cerrado e áreas úmidas. Vastas extensões destinadas ao plantio de soja, feito por ruralistas, contrastam com pequenas roças tradicionais de milho saboró (*avati morotĩ*), mandioca (*mandi'o*), batata-doce (*jety*), abóbora (*andai*), mamão (*pakova*) e outros cultivos destinados à alimentação das famílias que ali resistem. Uma pequena escola Indígena municipal de ensino fundamental, denominada Mbo Eroga Taperandi, também existe no lugar. O atual fazendeiro local e os herdeiros de Jacinto Honório da Silva, réu no processo sobre o assassinato do cacique Marcos Veron, protocolaram na justiça com ação requerendo a retirada do estabelecimento educacional da Terra Indígena de Takuara/Taquara, não tendo chancela. As casas dos parentes possuem paredes de troncos de árvores e são cobertas com lonas ou palha; algumas casas são de tábuas. Todos mantem uma plantação pequena na volta de suas residências e há ainda alguma criação de

aves para alimentação e plantas medicinais nas minúsculas hortas para remédios.

Caminhavam firmes pela terra, com os rostos pintados do barro preto do rio, e aproximava-se de nós, eu e Valdelice, a ñandesy Kunhã Tapendi Vera, que chamamos respeitosamente de Mama Júlia, sua mãe e a de outros treze filhos consanguíneos e trezes filhos guachos (adotivos), prole constituída do casamento com o cacique Marcos Veron. Ela e outras pessoas da comunidade observavam a mim, a recém-chegada, naquele dia quente de verão. Valdelice, Mama Júlia e outras duas mulheres fizeram um ritual em volta do yvyra'i (altar de reza) para afastar maus espíritos à recém-chegada. Mama Júlia teve um sonho dias antes e sabia que Kuawá chegaria e confirmou a palavra a Valdelice; havia sonhado com uma onça vinda de longe, parecida com alguém que conhecia.

“Sou Kuawá Apurinã, a parente indicada para a pesquisa pelo professor Jorge Eremites, conhecido dos Kaiowá e Guarani e da família Veron de Mato Grosso do Sul”. A fala foi respondida por um abraço longo de Mama Júlia e um sorriso de Valdelice, que disse: “Vou te chamar de Pietra, para lhe proteger dos espíões dos ruralistas e inimigos”. A rede de proteção que se tece, entre as mulheres e demais pessoas da comunidade são fundamentais para a sobrevivência e serve como parte das estratégias de resistência. Ações e fatos que aconteceram ao longo da pesquisa de campo justificaram, pois, a fala de Valdelice, uma clarividência oriunda do conhecimento e experiência de vida em meio àquela situação histórica de guerra genocida.

Os próximos dias produziram ressonâncias e marcas profundas em meu espírito, fazendo florescer os brotos e sementes de aprendizagem e resistência. O falar do mestre Jorge Eremites de Oliveira acordava o pensamento: “Pietra, em Mato Grosso do Sul você irá aprender ser guerreira e os significado no espírito do que é ser uma”. Lembrava da palavra como um som suave de *mbaraká* dos Apurinã na beira do rio Purus. No ano seguinte, ocorreu o meu batismo pelos Kaiowá, através do ritual de nomeação a pessoa, chamado *mitã mbo'éry*; o pássaro veio ao som do *mbaraká* para a ñandesy e ela revelou meu nome, o nome do meu espírito, o qual não posso revelar ao público. Trata-se de um dos segredos que tenho com os Kaiowá. Entretanto, o

nome é a identidade espiritual e faz parte da identidade coletiva dos Kaiowá, um compromisso que tenho com o povo e o parentesco com Valdelice Veron, a partir de então minha irmã, o que foi confirmado pela vestimenta e adornos que recebi de presente. As práticas de oferecimento de presentes não se resumem apenas a materialidade dos objetos, mas nas relações sociais que fortalecem os vínculos de amizade e relações internas de parentesco se configuram dentro do contexto social e coletivo.

Silêncio é o tempo necessário entre a vida e a morte. As áreas de retomadas em Mato Grosso do Sul são perigosas para qualquer pessoa; foi um desafio acompanhar algumas mulheres dentro desses territórios, além de viver em Takuara por algumas semanas. A qualquer momento poderíamos ser atacadas, e as únicas armas que possuímos era o *mbaraká* e as rezas. As casas de pau e cobertas de lonas, algumas próximas à mata, estavam ali estabelecidas para que pudéssemos correr ou rastejar até chegar a mata. É o momento entre a vida e a morte. Sempre agradeço aos deuses Apurinã e Kaiowá por não ter morrido em decorrência de ataques de homens a serviço de fazendeiros. Isso seria vergonhoso para os Apurinã e lamentável para as minhas irmãs Kaiowá. Ainda não é o tempo de morrer, embora todo o sofrimento deste caminho tenha sido muito triste. É uma resistência de corpo e espírito.

Sentir o silêncio na escuridão, a fome e gosto do barro na boca ao pouco consolam o corpo em uma lembrança boa de outro tempo. As pegadas silenciosas que poderão determinar o destino nos próximos segundos e minutos, a eternidade deste tempo parece se multiplicar como as plantações de soja que acobertam os corpos na escuridão da noite e os que rastejam para chegar à mata: “Se chegar lá, estaremos vivas”, dito como uma reza suave no pensamento. A constelação nos protege, embora saiba que um dia a grande ema fará a colheita dos maus. Ainda não é o tempo.

O som do *mbaraká* serve para marcar o ritmo das cerimônias e o instrumento é usado pelos xamãs para estabelecer conexão com o mundo espiritual. É uma das formas de conexão entre os mundos físico e espiritual, usado em todos os rituais dos Kaiowá. Um instrumento de força, que manipulado pelas mãos dos xamãs (*ñadensy*, quando mulher; *ñanderu*, quando

homem) acessam as portas do entendimento entre o visível e o invisível. Auxilia na elevação da voz para o caminho da divindade, como explicado pelo Kaiowá historiador Izaque João (2011). Juntamente com *yvy rojoasa ropyta*, artefato cuja forma lembra uma cruz, mas que para os Kaiowá tem outro sentido, o do equilíbrio do cosmos, o “firmamento que segura o céu”, segundo ensinamentos da ñandesy Tapendi Vera. São doze firmamentos da terra, personificados através das plantas: “toda planta tem uma entidade que cuida”, ainda de acordo com explicação dada pela referida sacerdotisa. Esses artefatos também são chamados de *xiru*.

Yuvyraka-tingy, *tembetary*, *xiru’y*, *ka’a*, *pacuri*, *jata’yva*, *gwapo’y*, *yvyra vevui*, dentre outras plantas consideradas *xiru*, foram deixadas na terra por seres divinos¹⁰. As árvores são especiais e sua presença possui a força para a terra e a sua utilização. Por isso precisam ser respeitadas por meio de boas regras de conduta, alcançadas com rezas e cantos, segundo o desenho de uma criança sobre o assunto, apresentado na sequência.



Figura 1: *Xirus* que seguram a terra.

Fonte: Desenho de criança Kaiowá de Takuara, 2018.

¹⁰ Não me foi permitido a tradução dessas palavras para a língua portuguesa, embora saiba o que significam. São apresentadas neste trabalho apenas para demonstrar sobre os firmamentos que existem no universo cosmológico dos Kaiowá de Takuara/Taquara.

As mulheres Kaiowá rezam e cantam por horas a fio, juntamente com a presença de *ñandesy*, *ñanderu*, caciques, caciques rezadores, outras mulheres e crianças. Isso tudo faz parte de práticas do cotidiano e da espiritualidade que marcam profundamente o modo de ser dos Guarani e Kaiowá. Nas palavras do Kaiowá e Guarani Elemir Martins:

As lideranças tradicionais, chamadas pela maioria dos Guarani e Kaiowá de *ñanderu* e as *ñandesy*, são os pilares da cultura. Essas pessoas conseguem manter, através dos rituais de xamanismo, uma relação suficientemente próxima com as divindades. O *ñembo'e* (rezas) e *jehovasa* (bênçãos) têm poder profilático e fertilizante. Serve de cura para doenças, como por exemplo, dor de cabeça forte, feridas incuráveis, picada de cobra, alma perturbada etc. Ao nascerem as crianças, havia o batismo com *ñanderu*, havia um processo de preparação com os pais da criança, e o rezador dava a sua orientação e várias regras para mulher; destaco que uma das regras era não deixar que qualquer pessoa o visse antes de sete dias. A mulher deve permanecer dentro de casa, pois, assim, nenhum espírito do mal se aproximará dela e do bebê (MARTINS, 2018, p.183).

Há grande protagonismo dos xamãs no contexto das retomadas de parte dos territórios dos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. São rezadoras e rezadores que ocupam posição de prestígio nas comunidades, pois impedem as ações dos espíritos ruins que possam destruir o povo nas demandas coletivas. Inicialmente adentram à terra sagrada, assim o fazendo dias antes da chegada de outros parentes, e rezam e cantam para a retirada dos maus espíritos e para acalmar outros espíritos que habitam o lugar. A ação seguinte, juntamente com o povo, é marcada pelo início da retomada de parte das terras ancestrais e sagradas.

Rezam para acalmar o coração dos pistoleiros que podem matá-los em emboscas e para tirar o mal do coração de seus perseguidores. A relação com as rezas e cantos das *ñandesy* dentro do processo de resistência das mulheres Kaiowá é fundamental nas retomadas das terras tradicionais (*tekoha yma guare*). Segundo explicado por mulheres de Takuara/Taquara, os que caminham sobre a terra sagrada usam o *mbaraká* dependurado no *yvyra'ĩ* porque, dessa maneira, as rezas ficam fortalecidas pelas boas palavras de quem as pronunciam.

As mulheres Kaiowá trazem as lembranças dos que morreram pela violência promovida por ruralistas e seus apoiadores. Neste contexto,

esclarecem que a categoria suicídio “não é” o que seria suicídio no mundo dos brancos. Elas o chamam de “assassinato”, uma categoria do homicídio, pois a causa deste mal está associada às práticas e aos maus espíritos dos *karai* ou não-índios. O *jejuy* (auto enforcamento) assola o povo em situação de violência (CIMI, 2015). A garganta é onde está o *ñe’e*, a alma-palavra e, por isso, se alguém morrer por enforcamento, que dizer que “não conseguiu cumprir com a sua palavra”. Esta explicação é muito significativa, pois o enterro de alguém que morreu desta maneira segue outra forma de ritual. Todos os pertences da pessoa morta são queimados e os pertences pessoais são enterrados juntos a seu corpo.

Segue parte de um relato de Valdelice Veron sobre esta situação de violência:

Cândida cantava feito um pássaro; éramos amigas, brincávamos juntas; é uma das primeiras lembranças que trago da infância, quando participava das retomadas com o meu pai Marcos Veron. A morte sempre esteve perto de mim. Ela tinha seis anos quando a vi morrer, tínhamos a mesma idade. Ela caiu do caminhão enquanto éramos perseguidos pelos pistoleiros na estrada perto do Bororó e machucou a cabeça; quem matou ela, foram os fazendeiros (informação verbal).

Ela deu este depoimento com o olhar distante e triste ao tratar sobre a morte da amiga de infância durante uma retomada. O pai da menina falecida era Ozelino Ortiz, do *tekoha* Pirakuá. Em momentos que este, quando se está em campo, torna-se difícil não pensar e repensar diariamente sobre a morte que assola a vida dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, e os olhos tristes que assemelhavam a outros olhares que conheci nos caminhos por onde andei no Brasil.

Os cantos e rezas afastam os maus espíritos, depois do anoitecer, ao som do *Mbaraká*. Nos primeiros dias, pela falta de costume, doía o meu corpo e aos poucos fortalecia o espírito; com o passar dos dias, aqueles rituais fizeram parte de minha vivência em Takuara. A proximidade com as mulheres nos eventos cotidianos foi de grande importância, desde o preparo da alimentação ao caminhar entre a soja para tomar banho no único córrego possível, além de catar coquinho de bocaiúva na mata para comer. Essas experiências transformaram minhas percepções sobre aquela realidade;

esquecia as dores e mergulhava nas águas do córrego, lembrando das terras do Purus, da aldeia Camicuã e parentes que esperavam por mim.

Na língua Kaiowá, o nome de Valdelice Veron é uma espécie de flor do cerrado, de cor rosa, que cura males da cabeça. Não pode ser revelado publicamente para que eventuais inimigos não possam usá-lo para fazer feitiço contra ela mesma. Sua liderança entre os Guarani e Kaiowá em todo o estado de Mato Grosso do Sul se apresenta, pois, como pétalas de uma flor de resistência e resiliência, cujas marcas da luta pela sobrevivência estão registradas em seu próprio corpo e isso causa indignação. Ela nasceu na beira da estrada de terra vermelha quando sua família seguia para a Terra Indígena Caarapó; não esperou no ventre materno até chegar a *ñandesy* que faria o parto na comunidade de Tei'ykue. Este é um fato marcante em sua história de vida. O parto foi realizado às margens da estrada e uma fazendeira chamada Florência banhou a menina pela primeira vez, na manhã do dia 6 de março de 1978. Veio ao mundo com uma mecha branca no cabelo e os rezadores diziam que era a Vó Tomazia, anciã falecida e pertencente à família Veron.

Aos oito anos, fazia parte das retomadas juntamente com o pai, o cacique Marcos Veron: “Valdelice não queria ajudar na casa, o pai acordava cedo, antes do sol, para sair para retomadas; ela já estava com a sacola pronta, esperando ele na porta. Não tinha jeito, pois ela queria ir!” – explica sua mãe, mama Júlia. Aprendeu todos os ensinamentos juntos com os irmãos para sobreviver dentro do processo de violência que assola os povos Guarani e Kaiowá. Os irmãos mais velhos costumam consultá-la quando irão fazer certas ações, embora se saiba que ela e os caciques Ládio Veron e Eraldo Veron são alvos dos pistoleiros e fazendeiros; chegaram mesmo a ser torturados e foram vítimas de vários atentados na luta pela terra. Estes fatos não são esquecidos, mas são experiências fortalecidas pela espiritualidade das rezas e cantos de proteção dos xamãs de Takuara.

“Fia, vamos lutar pela terra do nosso povo!”, falava Marcos Veron nas madrugadas que partiam para as retomadas em Mato Grosso do Sul. O prestígio e a liderança exercida por Valdelice Veron na Aty Guasu não ocorrem por acaso. Foram construídas ao longo de anos de lutas. A posição política, portanto, não é algo herdado meramente por relações de parentesco, mas faz

parte de um longo aprendizado que começa ao nascer e segue por toda a vivência. Valdelice quase não sorri; é uma mulher silenciosa que observa as palavras pronunciadas; quando fala, seu verbo é de ação. Quando falávamos sobre retomadas, apresento-me um esquema que passo a explicar na sequência.

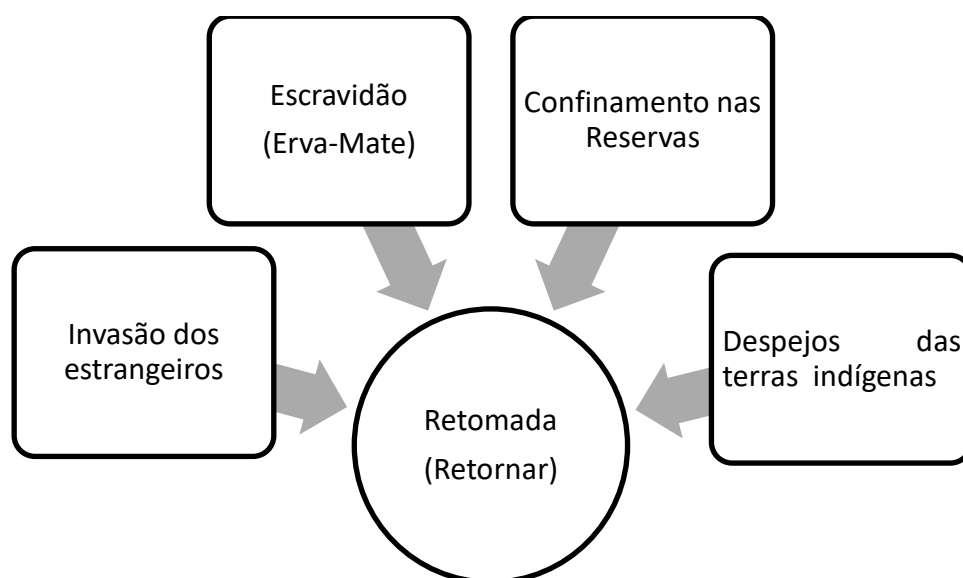


Figura 2: Esquema explicativo de Valdelice Veron sobre o processo histórico ligado às retomadas de terras indígenas pelos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

Consta ainda um quadro de áreas retomadas no âmbito do movimento Guarani e Kaiowá pela reconquista de parte do território de onde foram forçosamente retirados ao longo do século XX.

Quadro 2: Relação de áreas retomadas pelos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, elaborada a partir da memória de Valdelice Veron, a qual ela participou ativamente.

Nº	Nome da Retomada (Terra Sagrada)	Município (Mato Grosso do Sul)
1	Pirakwá	Bela Vista
2	Jarará	Juti
3	Paraguasu	Paranhos
4	Sete Cerros	Paranhos
5	Sucuryi	Rio Brilhante
5	Lima Canupo	Ponta Porã

7	Cerrito	Eldorado
8	Ivy Katu	Eldorado
9	KarusuAmba	Coronel Sapucaia
10	Arroyo Kora	Paranhos
11	Ypoí	Paranhos
12	Gwaîgwiry	Ponta Porã
13	Potero Gwasu	Paranhos
14	Nhanderu Maracatu	Antônio João
15	Apyka'i	Dourados
16	Gwyrá Kamby	Douradina
17	Itay	Douradina
18	Panambizinho	Dourados
19	Takuara	Juti
20	Pindo Rory	Caarapó
21	Itagwa	Caarapó
22	Te'yijusu	Caarapó
24	Jagwapire	Amambi
25	Laranjeira Nhanderu	Rio Brilhante
26	Mbarakay	Iguatemi
27	NhuPoty	Passo Grande

Fonte: Valdelice Veron (2018).

Todas as retomadas de que Valdelice Veron participou como liderança na luta pela terra foram, sem exceção, situações difíceis, marcadas por muita violência contra os Guarani e Kaiowá e por uma determinação inabalável deles recuperarem parte dos territórios tradicionais. Houve enfrentamentos contra milícias armadas contratadas por fazendeiros, forças policiais e outros tantos aliados do movimento ruralista, a morte esteve presente.

Sobre o assunto, vale dizer que a antropologia social existente em Mato Grosso do Sul, juntamente com a história indígena e outros subcampos do conhecimento científico, diferenciam-se em relação à maioria das demais regiões do país. Lá existem umas ciências humanas e sociais da ação não verificadas em outros estados. Soma-se a isso uma profícua relação de alteridade muitas vezes observada entre pesquisadores e movimento indígena. Antropólogos sociais que atuam e residem em Mato Grosso do Sul, por exemplo, não costumam essencializar e exotizar os Guarani, Kaiowá e outros povos indígenas, tampouco realizam estudos que não dizem respeito a interesses dos próprios indígenas. Por isso, temas como terra, saúde e educação são recorrentes em suas publicações.

A perspectiva é necessária, pois quando, um(a) antropólogo(a) ou outro(a) pesquisador(a) adentra as comunidades, não chega com um projeto pronto, mas inicialmente, perguntar-se as lideranças e comunidades, como poderá contribuir e o que precisam que traduzam/escrevam sobre suas histórias.

A reflexão é essencial, pois, como antropóloga indígena, modifiquei o tema e o local de pesquisa, pois percebi que certos assuntos não contribuiriam para as demandas dos povos indígenas e sim para o fortalecimento dos estereótipos que se construíram dentro da academia, que em algumas esferas/locais continua colonizadora e racista. Não queremos ser adornos em núcleos de pesquisas, mas respeitados como pessoas que tem sua cultura e organização social.

Certo dia, estávamos a banhar num córrego em Takuara/Taquara, quando Valdelice brincava com as pedras, tirando da água pequenos seixos e empilhando-os em silêncio. Na ocasião, perguntei-lhe sobre o medo e a morte. Aquela mulher sensível e doce, assim me disse: “Pietra, eu sei o que me espera. Não tenho medo de morrer. Só vou parar quando estiver morta; se eu morrer, venha ficar com a minha mãe um tempo, não quero que ela sofra”. E continuou a empilhar as pedrinhas com o olhar corajoso e determinado de uma guerreira Kaiowá.

“Eu faço Yruku (urucum) uma vez por ano, um dia antes da morte do meu pai”, disse em outra oportunidade, quando estávamos debaixo da tapera de palha e chão batido a manusear o fogo. Ensinava-me sobre as finalidades do fogo dentro da comunidade e sobre como o acender e seu posicionamento no interior da casa. Olhava o fogo e mexia a panela de Yruku, com um engasgo na voz triste e indignada. O fogo servia a mulher como nós servimos à terra, lutando para manter as florestas protegidas, para que as águas e o ar sejam livres dos males da civilização do concreto, na inexorável labuta de não morrer.

Valdelice Veron é membra do Conselho Interinstitucional do Curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu – Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdade de Educação, do Movimento de Professores Indígenas Kaiowá e Guarani e membra do Conselho de retomada e Demarcação das terras tradicionais dos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul – Aty Guasu ,

portanto, uma das mais influentes lideranças indígenas do Brasil, é atuante dentro e fora do movimento das retomadas Guarani e Kaiowá no estado. Juntamente com outras mulheres, segue na luta pelas terras ancestrais e na manutenção do *teko porã* em Takuara/Taquara.

Assim, através do domínio de tecnologias tradicionais, nós, povos indígenas, atuamos em todas as frentes de lutas possíveis. As redes sociais, por exemplo, tornaram-se ferramenta importante para visibilizar a luta indígena, em especial a dos Guarani e Kaiowá e Guarani, povos que se tornaram conhecidos em praticamente todo o planeta. Este conhecimento mundial se deu a partir da divulgação da situação histórica de guerra genocida que enfrentam em Mato Grosso do Sul e das denúncias feitas de etnocídio no estado. As vozes silenciadas pela grande imprensa ecoam para infintos espaços, atingindo outras pessoas e instituições nos quatro cantos do globo. Esta realidade é assim explicada por Talita Veron: “A palavra que voa nos sinais das máquinas dos *carai* e contam a nossa história”.

A violência física e simbólica acontece em todas as esferas, as autoridades mergulham na burocracia e perpetuam a impunidade. Meninas Kaiowá são violentadas e marcadas, como se marca gado, ou quando não são mortas e encontradas aos pedaços nos canaviais e plantações de soja. Em Mato Grosso do Sul é assim mesmo: lideranças são mortas ano após ano; crianças famintas permanecem à beira de estradas, em acampamentos; reservas seguem superlotas, lugar de abate, segundo fala de Valdelice Veron; atrocidades de todo tipo e um racismo estruturante ali predominam. São fatos conhecidos pelo poder público e pela sociedade envolvente em geral, já divulgados na grande imprensa mundo agora. Mas isso não importa para sociedade ocidental e vários órgãos governamentais, pois o agrobandidismo defende o progresso material para grandes fazendeiros e o extermínio dos Guarani e Kaiowá. Ali somos vistos como entrave às políticas de desenvolvimento do país, mas na verdade somos guardiões da terra; sem a presença dos povos tradicionais o planeta não cambalaria porque já teria agonizado até a extinção.

Os papéis ou leis dos *cariús*, como se diz na língua Apurinã, ou *carai* como se diz em guarani, exigem juridicamente a demarcação dos territórios

tradicionais. Entretanto, a professora Valdelice Veron, a mulher com nome de flor, uma das lideranças mais expressivas do movimento indígena, denunciou na condição de representante da Aty Guasu as atrocidades que acontecem em Mato Grosso do Sul na ONU-Organização das Nações Unidas na Cúpula do Clima¹¹. Falou sobre como vivem e a violência que sofrem nas mãos sangrentas e perversas dos ruralistas e seus apoiadores. A denúncia que ela fez em 2015 possibilitou a visita, em 2016, da relatora especial da ONU sobre direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, à Terra Indígena Takuara. Da sua visita ao estado do Mato Grosso do Sul, conhecendo a realidade indígena local e a de outras regiões percorridas no país, teve origem um relatório sobre o assunto. No documento consta que o Brasil, como país signatário dos tratados internacionais, descumpra as recomendações e acordos da pauta dos direitos humanos referente aos povos indígenas.

2.2. Kunhã Koty

Conforme ensinamentos das mulheres Kaiowá a respeito dos rituais importantes na vida do tekoha Takuara/Taquara, pode-se apreender que os mesmos são balizares do modo de ser Kaiowá. O território tem o significado sagrado para os Kaiowá, como verificado em vários rituais descritos por etnólogos e outros pesquisadores: *jerosy puku* (a grande reza), *mitã mbohery* (ritual de nominação), *kunumi pepy* (rito de passagem dos meninos com a furação dos lábios), *avaty kyry* (rito de milho novo) e *kuña koty* (rito de passagem da primeira menstruação).

A importância destes eventos são as relações que se tecem politicamente dentro e para fora da comunidade, apresentando laços entre coletivos que fazem parte deste povo. Neste sentido, reafirmam a visceral relação espiritual com a terra, através de *Xiru Hyapuguasuva* (Grande Pai, Criador de todas as formas de vida), isto é, o respeito e uma relação orgânica entre as pessoas e a natureza/terra, no qual os rituais que configuram a sociabilidade dependem desta relação sanguínea.

¹¹ Os discursos de Valdelice Veron estão em vídeo disponível no link <<https://youtu.be/DbFoSdRAyBo>>. Acesso em 01 out. 2018.

O ritual *Kunhã Koty* é uma passagem da menina para a condição de mulher dentro da organização social. Inicia-se com a mudança do corpo e a primeira menstruação. As donas do fogo explicam como se dá a relação e a percepção dessa mudança em Takuara/Taquara. A expectativa e a preparação do corpo em relação à chegada à primeira menstruação iniciam-se antes da menarca, com a restrição a certos alimentos para a menina. O ritual é momento de aprendizagem na vida da jovem, um processo de educação ancestral dentro da comunidade. O aprendizado dá-se de maneira coletiva, “pois aprende através da oralidade a consciência do seu papel de mãe, educadora, curadora e conselheira”, explica Valdelice Veron. Está marcado por fundamentos de liderança dentro do núcleo familiar, imprescindível para organização deste coletivo. Assim, o ritual depende da terra e toda a biodiversidade existente no tekoha, pois não se pode pensar nas práticas deste ritual fora do local ancestral da menina, bem como da falta de plantas e remédios da mata. A menina fica reclusa, convivendo com as *ñandesy* e mulheres mais velhas por semanas: “[...] antigamente o tempo era diferente, o Kunhã Koty era de muitos meses”, esclarecem.

No fazer etnográfico, escrevo juntamente com Valdelice Veron, quando, na condição de mestra, educadora e interlocutora, possibilitou a descrição do ritual com seus princípios de maneira sucinta, não revelando totalmente a sua complexidade dos fundamentos, pois é um dos segredos que tenho com a/os parentes:

- 1) *Teko* – vida e todo ser que respira na terra; é a vida do Kaiowá.
- 2) *Tekoha* – local onde acontece a vida; trata-se do tempo e do espaço concretizado no território tradicional.
- 3) *Teko Marane’ỹ* – vida sem mal; terra sem mal; viver o bom modo de ser Kaiowá em nossa terra (*oga, jeroky, porahei, kokwe, tape, ka’agwy, ysyry, mymba*).
- 4) *Teko Hañe’e* – vida, terra, língua.
- 5) *Teko Ñe’emba’ekua* – vida de conhecimento da realidade, da palavra sagrada.
- 6) *Teko Ñe’emborayhu* – vida afetiva, amor.
- 7) *Teko Ñe’eete* – vida de palavra.

- 8) *Teko Ñe'eañete* – vida verdadeira.
- 9) *Teko Ñe'eete* – vida com falar verdadeiro; *tekove ete ropytan* ou fundamento da fala verdadeira.
- 10) *Teko Ñe'e Porã* – vida saudável, grata.
- 11) *Teko Ñe'ekatu* – vida de respeito ao outro: justiça e ética.
- 12) *Teko Ñe'e Arandu* – vida de sabedoria.
- 13) *Teko Ñe'e Rendu* – Saber ouvir e obediência.
- 14) *Teko Ñe'ẽ Joja* – vida de coletividade e justiça.
- 15) *Teko Ñe'e Marangatu* – vida sem maldade.
- 16) *Teko Ñe'e Poriahu* – vida de compaixão.
- 17) *Teko Ñe'e Rory* – vida de harmonia.
- 18) *Teko Ñe'ẽ Pu'aka e Mbarete* – vida de força para sobreviver.
- 19) *Teko Mbo'e* – Vida de repasse de conhecimento das mais velhas para as mais novas.

As rezadoras transmitem esses conhecimentos através da oralidade, e as demais mulheres os transmitem a suas filhas por meio de uma forma singular de conhecimento tradicional, como etapas de saberes indígenas que se tecem na vida em sociedade. A transmissão de conhecimentos está em constante ameaça porque depende do acesso a certos recursos naturais (plantas medicinais), cada vez mais escassos, e por conta da própria expulsão dos Guarani e Kaiowá de seus territórios. Soma-se a isso as ações violentas dos *carai* para impedir as retomadas e a atuação de igrejas evangélicas que costumam demonizar as religiões indígenas, dentre outras questões.

Após o período de reclusão consentida, a mulher tem seus cabelos cortados e o corpo pintado de urucum e cinzas de cuia queimada; a partir daí participará pela primeira vez das rezas e cantos com status diferente dentro da organização social no tekoha.

As ñandesy afirmam que os ensinamentos prescritos no ritual do Kunhã Koty fazem com que a menina se transforme em mulher, cuja vida está direcionada ao bem viver ou *teko porã*. Esta é uma das formas de manter a resistência na luta pela perpetuação da cultura, segundo os princípios dos

Kaiowá: “Nasce-se mulher Kaiowá e tornar-se dona fogo da casa”, afirma Valdelice Veron.

2.3. Mulheres Kaiowá

Em Takuara/Taquara, assim como em qualquer comunidade indígena ou coletivo humano, as mudanças fazem parte da dinâmica da vida em sociedade. Muitas vezes acontecem diante da situação histórica vivida pelas famílias Kaiowá que ali residem. Ao que tudo indica, alguns rituais antes praticados apenas pelos *ñanderu*, atualmente também são praticados pelas donas do fogo. Este tipo de mudança pode ser percebido nas palavras de Valdelice Veron: “As mulheres Kaiowá estão vivendo mudanças dentro do coletivo Kaiowá. Antes não faziam o Mitã Mbohery (ritual de nomeação) e hoje, já faz; também não fazia omondepi (armadilha para pegar queixada), hoje faz; não podia pegar no arco e flechas, hoje já faz e usa”.

A explicação apresentada se confirma através da observação das práticas religiosas das mulheres no dia-a-dia. Em relação ao arco e flechas, para outras etnias existem restrições ou proibições. Cabe informar que as mulheres não utilizam essas armas por conta do corpo não se adaptar ao arco: a presença dos seios atrapalharia no desenvolvimento da atividade. No entanto, não é proibido. Esta observação coaduna com as ideias de Chamorro:

A participação feminina e liderança nos rituais religiosos e políticos tem sido cada vez mais importante. Há mulheres aprendendo a longa reza jerosy puku apanágio do saber masculino até pouco tempo. Símbolo desta mudança pode ser o fato de as mulheres portarem o maracá e a cruz em suas mãos nos rituais. Perguntadas a respeito estas mudanças, elas afirmam que a mudança faz parte da sociedade e que elas não podem deixar a tradição se perder por não haver homens interessados nela. Essa reza por exemplo, é a que mantém a terra firme sob os pés dos humanos e isso é, segundo elas, mais importante de tudo (CHAMORRO, 2015, p.178).

Sobre a explicação apresentada pela antropóloga, deve-se pontuar que para uma sociedade perceber o papel da mulher em sua organização, isso primeiramente será feito no âmbito familiar para depois ser estendido ao coletivo maior. Ocorre que, no caso de Takuara, as práticas são feitas pelas

mulheres mais velhas. Nota-se que a preocupação das rezadoras não está no âmbito da disputa, mas do coletivo, uma vez que as rezas asseguram a manutenção da terra. A maioria dos gestos e ações dos Kaiowá é ritualística e xamânico e olhar além do visível. Kaiowá é corpo e espírito, como explica Pereira (2004).

Mama Julia, afirma que os corpos das mulheres Kaiowá são sagrados e que, portanto, não podem sofrer violências e atrocidades. Por isso é preciso que os *mbairy* (não indígena, intruso) saibam desta regra, sobretudo antes de adentrarem/invadirem os tekoha. Esta regra também é uma forma de luta contra o machismo e a misoginia ocidentais, pois homens brancos ou *karai* costuma violam os corpos de mulheres e meninas quando invadem áreas de retomada. Fazem isso como forma de subjugá-las e de humilhar os homens da comunidade. Não podem ser humanos na percepção dos indígenas. Como se pensa sobre as relações assimétricas de poder que marcam a situação histórica de guerra genocida, faz-se necessário rememorar a presença das mulheres indígenas na história dos Guarani e Kaiowá. Em tempos pretéritos foram mortas e violadas, como ainda o são na contemporaneidade; daí a percepção suspeitosa de que os povos indígenas da América do Sul tropical não constituírem sociedades sob a égide do patriarcado, trazido para esta parte do mundo a partir do início da invasão europeia das Américas.

Na cosmologia Kaiowá há histórias antigas sobre a criação, transmitidas de geração a geração por homens e mulheres. Isso demonstra a importância das Kaiowá como atrizes sociais que agem e interagem dentro das comunidades. Segue a transcrição, a partir da escrita de Valdelice Veron, sobre a primeira mulher, a mãe da terra, Ñandesy Jekoakui:

Antes do tempo, as divindades já existiam. Pairavam no universo vários *xirus* (seres das divindades masculinas) e *gwaxas* (seres das divindades masculinas), e o *Xiru Hyapugwasuva* (ser supremo que não tem gênero definido) junto com sua metade *Jekoakui*, dançava e cantava. Em certo momento a *Jekoakui* ganhou uma bolinha do tamanho de um amendoim, foi o presente do *Xiru Hyapu Gwasuva*. A *Jekoakui* era a *ñandesy* muito formosa e ganhava muitos grãos de todos os *Xirus*. Mas essa bolinha que ela ganhou foi o que mais ela gostou e a olhava com toda atenção, e a observava e assim em determinado momento ela a pegou e começou a cantar: *Koyvyppehetava'erã ne remimbogwejy*¹². E foi esticando a bolinha

¹² Não há tradução para o português.

no meio da mão e aquela bolinha foi se desfazendo, foi se esticando e foi ganhando forma. Quanto mais ela mexia o pequeno grão foi aumentando e então quando o *Xiru Hyapu Gwasuva* retornou de seus passeios, viu o trabalho de *Jekoakui* e eis que já era do tamanho da aldeia. E então o *Xiru Hyapu Gwasuva* perguntou a *Jekoakui*: —Por que está perdendo seus momentos de passeios com isso? E então ela disse: —Tenho muitos presentes que ganhei dos *Xiru* e das *Jasytata* vou colocar aqui neste lugar vou chamar esse lugar de *yvy* (Terra). *Jekoakui* colocou os pequenos presentes no *yvy* e continuou a mexer e foi esticando, ela ficou muito cansada e foi se deitar no *yvy* e dormiu. Quando acordou viu que o que ela colocou dentro da terra havia brotado e crescido. Eram árvores, frutas, ervas de remédios, raízes, folhagens. Então, *jekoakui* ficou muito feliz foi chamar o *Xiru HyapuGwasuva* para ver. O *Xiru* veio ver e gostou muito. *Jekokui* então se propôs a fazer *kagwĩ* dos *avati morotĩ* (milho sagrado) que havia nascido, que ela havia plantado. Essa semente ela havia ganhado do *Xiru jakaira*. Assim, então foi feita a primeira festa do *Avatikyry*. Ela chamou todos os seres da divindade para participar. Participaram da festa: *Nhandesy Mbo'y* – guardião das plantas rasteiras; *Nhandesy Jasytatapy* – guardião das fases da lua, *Nhandesy Ixupari* – guardião do amanhecer, *Nhandesy Ixujaty* – guardião da noite; *Nhandesy Jarivete* – guardião dos quatro ventos, *Xiru* convidados: *Xiru Hyapu Gwasuva* - ser do firmamento *Xiru Jakaira* – Guardiã do milho sagrado. *Xiru Karavie* – guardião do tempo. E assim a festa começou com a chegada do *Xiru Hyapu Gwasuva* e seu canto, com ventos e trovoadas: *Arygwasuáryapyrũhatã, hatã ramo reikoonhendu, onhendu*. Canto do *Jakaira*: *Jakairareropuã, rerojepeiy, Jakairarerogwahrenhemoiti, Jakairajoasaha vera rendy*. E assim continuou a festa, que a seguir começou o *Gwahu*. O *Jakaira*, o dono do *gwahu*, iniciou o canto do *gwahu*: *Xuru mburumbukugwahijeje, gwahijeje. Rumasisikorugwajehee, rumasisikorugwajejehee. Hiapyhiapyxejegwakaxevyari*. A festa estava muito boa e então o *Xiru HyapuGwasuva* tomou muito *kagwĩ* (bebida de milho das matriarcas) e cantou e dançou. E a *Jekoakui* dançou e cantou com todos e aí, em certo momento, *Xiru HyapuGwasuva* ficou enciumado, porque viu que todos os *xiru* estavam em redor da *Jekoakui*. E *Xiru HyapuGwasuva* saiu e foi embora sem se despedir e sem avisar a *Jekoakui*. Quando terminou a festa, a *Jekoakui* viu que o *Xiru* já havia partido então a *Jekoakui* pensou:—Vou atrás porque sei o caminho. E quando se preparava para ir sentiu a barriga se mexer então ela perguntou:—Quem está aí? E os filhos responderam:—Somos nós. A *Jekoakui* novamente perguntou: — Como assim “NÓS”? E as crianças riram dentro da barriga. Então falaram: - Sou eu, o *Paikwara* e o outro aqui é o *Jasy*. A *Jekoakui* falou: — Olha, crianças, nós vamos atrás de *Xiru Hyapu Gwasuva*, o pai de vocês. Os meninos logo se animaram e *Paikwara* disse: — Vou te ajudar no caminho. E assim iniciou a grande caminhada.¹³

¹³ VERÓN, Valdelice. Gravação de narrativa pela autora. Taquara. Juti, Mato Grosso do Sul, fevereiro de 2018.

Com as narrativas, podemos apreender sobre a não rivalidade entre os sexos, mas as reciprocidades a partir de uma visão diferente da ocidentalização, no mito do paraíso- Adão e Eva, colocam a parte femêa como traiçoeira e falsa ao homem, que introduziu o mal no mundo.

A Terra é femêa, pela percepção Kaiowá e Apurinã, e sendo mãe deve-se cuidar e pertencer a ela. As mulheres Kaiowá de Takuara/Taquara sente-se parte do cuidado de todos os espaços dentro do tekoha e a intrínseca relação com o espiritual, pois nada dentro deste povo é separado. Podemos pensar no entendimento que outros povos possuem uma semelhança presente quanto a esta questão. A condição de complementariedade das relações entre as mulheres e os homens, percebidos entre si como “opostos, assimétricos e equivalentes”, conforme aponta Pereira (2008). Para isto, justifica-se a prudência do cuidar de si, como cuidado aos modos alimentares e as rezas/cantos serem condição necessário no caminho que se busca os seres celestiais. Isso se dá somente com o cuidado, não apenas dentro da individualidade, mas do coletivo que opera o modo de bem viver e nele estabelecer a identidade que se manifesta no ritual Kunhã Koty.

CAPITULO 3

TERRA, VIDA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO

3.1. Terra, parente ancestral

A terra é parente que reivindicamos para nós e com ela vivemos juntos através da demarcação e efetividade, amparado pela Constituição Federal de 1988, pois a permanência de laços de pertencimento e amor são inexoráveis. Uma grande árvore Terra com centenas de raízes que se conectam como territórios ancestrais de uma parentela que une os povos indígenas, estabelecendo uma harmonia com a nossa essência, pois é sanguínea e espiritual as relações sociais e territoriais com a terra. Por isso, o retorno aos Tekoha para as famílias Kaiowá tratar-se de uma representação essencial da possibilidade de construção de outras formas de viver e procrastinar os sonhos e lutas; é consentir que as raízes não se alimentem de água e tornem-se seca como a terra vermelha contaminada pelo agrotóxico em Mato Grosso do Sul.

A casa grande ou *ogusu* abrigava muitas famílias; para cada família havia o fogo e cada fogo a uma dona; assim se moldavam inicialmente, as histórias narrada pelas mulheres antigas de Takuara/Taquara nas relações sociais. Havia muitas árvores e remédios abundantes, as festas e os rituais eram de dias e as águas sossegadas prosperavam nos rios que cercam o lugar, como fala a ñandecy Mama Julia:

Morava também na casa grande, o povo Kaiowá sempre morou na casa grande. [...] aqui é a casa grande, aqui mais ou menos morava de 7 a 12 famílias. [...] como que é a identificação dentro da casa? Aqui é a entrada da casa grande, aqui outra entrada, aqui outra entrada. O fogo aqui é uma casa, o outro ali dentro da casa grande, aqui é uma outra família, era assim, tudo era assim. E aqui no meio ficava o pátio da reza, da dança, de reunião (Informação verbal)¹⁴.

¹⁴ VERÓN, Ñandesy Kunhã Tapedi Vera (Julia Cavalheiro) Gravação de conversa informal pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

Assim, o aprender transmitidos através das gerações dá-se de modo prático com a vivência, do olhar, do escutar e do compartilhamento das práticas vivenciadas/experimentadas dentro das famílias. A forma de viver Kaiowá, a partir de um profundo conhecimento do território, exige que o habitual seja permeado por um constante ensino-aprendizagem nos corpos que resistem ao lugar.

O progresso do papel que falava outra língua não indígena, chegou com a exploração e forasteiros, pessoas estranhas oriundas de outros lugares. Como podia ser donas daquele lugar? No papel dos cartórios e o sob a chancela do Estado brasileiro, diziam: somos dono de Takuara/Taquara. E para desmanchar as letras deste papel são décadas de luta, pois os que se dizem proprietários disseram serem possuidores da terra há muito tempo; e os kaiowá que viviam por gerações no lugar foram esquecidos, não são percebidos como pessoas, seres humanos. E os ossos enterrados nos cemitérios do lugar são ignorados como vestígios dos ancestrais.

Houve o momento da remoção forçada, confinamento nas reservas, como explica Brand (1997); foram despejados das terras sagradas, jogados na beira da estrada, bem longe de Takuara/Taquara. Aos poucos foram definhando e morrendo de fome sem terra para plantar e acolher os corpos e muitos pereceram, dentre eles as crianças de Isabel Veron, mencionada anteriormente, e outras vidas; de corpos que não sabem onde estão, quando no segundo despejo de Taquara, desenterram os ossos dos dois filhos assassinados do cacique Marcos Veron, os quais encontram-se em local desconhecido.

A interiorização dos indígenas em razão das suas identidades no processo de colonialidade, como observado por Quijano (2005), classificando os povos originários a partir de critérios raciais, como os índios e os negros. A interiorização, que incidiu nos planos econômicos, epistêmicos, territoriais e culturais, atribuiu ilegalidade aos costumes da história e cosmovisões das comunidades reprimidas, atribuindo-lhes um suposto retardamento/adestramento e, em consequência, impondo-lhes o projeto civilizacional do Ocidente.

A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terra tenentes brancos em qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p.120).

A implantação do modelo colonial deu-se pelo SPI – Serviço de Proteção ao Índio, que explorava as madeiras utilizando, logo após as pessoas estarem livres do julgo da Mate Laranjeira, as mãos e o trabalho escravizado dos povos indígenas, como os Guarani e Kaiowá. A desobediência ao sistema implantado sobre as terras indígenas, como observado nas reservas ou onde viviam, desencadeavam punições e perseguições, assim verificado no passado, não diferente de como às vezes ocorre na atualidade. Por isso, lideranças indígenas, antropólogos e outros profissionais e, ainda, órgãos que atuam na defesa dos direitos indígenas são criminalizados por pessoas e coletivos contrários aos interesses dos povos originários. Pode-se pensar que o conceito de colonialidade e outros apresentados por Quijano (2005) não foram superados pela modernidade, mas ganham outras e novas adaptações nas sociedades. Demostram com isso que ainda estamos sob a égide do colonialismo; trago isso a partir da percepção indígena, respeitando outras teorias a respeito sobre o tema. No entanto, no processo que se refere aos povos indígenas no Brasil, estamos sob constantes ameaças e conflitos, além de no momento não possuímos nenhuma representatividade nas esferas legislativas, judiciária e executiva em Mato Grosso do Sul. Somos considerados estrangeiro-invasores dentro de nossos territórios ancestrais e milenar.

A esposa/viúva de Marcos Veron relata sobre a suas inúmeras prisões, e em especial sobre a prisão Krenak, onde eram enviados muitos indígenas hostis e desobedientes ao sistema imposto pelos colonialistas, e muitos não voltaram para suas famílias na época da ditadura militar no Brasil (CNV, 2014) e as lembranças da época do confinamento e os motivos de idosa voltar a viver e lutar por Takuara/Taquara:

Naquela época também dessa retirada de vários indígenas Kaiowá das terras indígenas, de seu local de origem, aconteceram várias situações com a nossa família e os parentes, os índio Guarani e Kaiowá que resistiu, não queria viver na reserva, muitos índios foram presos, os índios rebeldes, hostil, considerado pela SPI, Serviço de Proteção ao Índio, eles foram presos. Tinham duas prisão indígenas, uma Krenak, em Minas e a ilha do bananal, foi criado para levar os índios rebeldes de todo o Brasil, foi levado lá nessas duas prisões, e ele o meu marido foi levado também junto com vários Kaiowá, e a própria SPI chamou ele de índio mau, problema, rebelde, que não queria se integrar. Ele era obrigado a carregar madeira, cortar, retiraram muitas madeiras das reservas. Éramos escravos, fomos perseguidos feito bicho, não entendia muito nada, mas como ia sobreviver com as crianças nas reservas, então eles tiveram que se submeter a isso. Os rituais, as danças, as rezas, tudo era proibido, usar nossas coisas, falar nossa língua (informação verbal)¹⁵.

Os indígenas sofriam dentro do contexto interno e a submissão forçada frente ao abuso da estrutura de poder dos chefes de postos, integrantes do SPI, que não permitam a livre circulação no território (CNV, 2014). As retomadas, oriundas de um processo gestado de sofrimento e privações, e mais ainda, quando se percebe que o modo de viver e a própria organização social dos Kaiowá não mais existiria se continuasse o confinamento, isto é, que havia grande ameaça de etnocídio, a ameaça da não existência da própria vida dos indígenas.

A CNV – Comissão Nacional da Verdade produziu, em 2014, um caderno temático onde apresentar os abusos dos direitos humanos praticados contra os povos indígenas nos anos de 1946 e 1988, informando “uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios”. Neste documento, pode-se ler, através das palavras e memórias, que essas violações estavam ligadas ao cotidiano e ao *habitus* de que fala Bourdieu (2009), ou seja, ao sistema resultante das políticas estruturais do Estado, que age como agressor/opressor direto, seja por ação, seja por omissão. Assim, o caráter permanente das relações, dos papéis e das instituições sociais ceifaram a liberdade de ação, gerando insegurança e o condicionamento: “[...] sei que as

¹⁵ VERÓN, Valdelice. Gravação de narrativa pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

reservas é uma área de abate dos nossos corpos e almas, por isso, preferimos morrer do que sobreviver permanentemente lá”, afirma Valdelice indignada.

A terra é parente ancestral, os outros que desconhecem esta relação podem ser estranhos e se surpreenderem com a situação. As injustiças cometidas contra os povos indígenas são muitas, um acinte que pode ser observado em Takuara, onde lideranças são criminalizadas pelo judiciário e isso expressa a perseguição jurídica que vivem, conforme verificado na fala do cacique Araldo Veron, proferida na reunião de homenagens póstumas de Marcos Veron em 2017:

A perseguição é tão grande que invés de nós ser a vítima, nós passa sempre a ser o bandido, por causa da perseguição que eles fazem com nós Então nós aqui, a nossa terra é 9700 hectare e até no momento como já falamos. não é mais pistoleiro que vai chegar e matar, é a própria polícia pelo papel que é prender. [...] De uma forma amedrontando, intimidando, do jeito que eles tão fazendo comigo. Eu tenho lá um monte de intimação na polícia civil, estadual, até da federal, se quiser eles vem aqui conversar comigo, falei, porque lá eu não vou, porque a briga é aqui é por causa da terra (informação verbal)¹⁶.

Nesse sentido, cabe observar que os agentes do ruralismo ativam com eficácia os organismos jurídicos que afiançam o fortalecimento e segurança, promovendo a criminalização de lideranças e movimentos sociais que estão fora da lógica vantajosa dos empreendimentos, enquanto se mantêm cometendo dolos contra os povos indígenas e extinguindo os territórios. Este quadro se reflete no aumento, nos últimos anos, dos ruralistas que utilizam dos mais variados artifícios para prejudicar os povos indígenas, além de tentarem criminalizar profissionais da área da antropologia e organizações e pessoas da sociedade civil que, de certo modo, estão ligados à causa indígena. Exemplo disso é a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do CIMI – Conselho Indigenista Missionário na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, e a CPI da FUNAI/INCRA na Câmara Federal.

Desta forma, a ideia de que ainda estamos a viver sob a égide do colonialismo prospera e o sentimento de impunidade dos ruralistas e

¹⁶ VERÓN, Araldo, Gravação de discurso pela autora, no contexto dos 14 anos da morte do cacique Marcos Verón, Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017. Informando que a gravação foram registrada por duas outras pesquisadoras.

apoiadores permeia a situação histórica vivida pela comunidade de Takuara/Taquara. Homicidas ficam livres com apoio institucional do Estado. Em setembro de 2018, a Aty Guasu e o Conselho Terena¹⁷ lançam nota em resposta a situação atual no Mato Grosso do Sul, a respeito do assunto e artimanhas jurídicas e institucionais que caminham a passos largos na tentativa de promover o extermínio dos Kaiowá e Guarani. Nesta parte do Centro Oeste, os povos indígenas enfrentam significativos obstáculos no acesso à justiça, dado a pobreza em termos de recursos financeiros, barreiras linguísticas e o racismo institucional que permeia o mundo dos não indígenas.

As dificuldades de acesso à justiça, no sentido *latu* do termo, seja para determinar/exigir os territórios, políticas públicas que garantam e respeitem o modo de ser, ou o mais principal direito de se manterem vivos, se constitui como um dos pilares mais importantes que os condenam a uma série de violações de direitos (FIAN e CIMI, 2016).

O sangue dos Kaiowá é a Terra, falou Valdelice Veron um dia, ao explicar que estamos lutando pela vida de todos. Ela relata a relação com o Outro, que não foi percebido como inimigo, mas aliado, a partir da alteridade e reciprocidade e o verbo retomar no sentido amplo, que foi transmitido pela oralidade de seus pais e parentes e lembranças:

A gente ri de nós mesmo ou a gente lamenta, dessas lembranças, e vida que a gente ainda leva, que não tem sido fácil. Juntava assim nas reservas e começou a luta pela terra, primeira terra indígena foi o Pirakuá, só que a barreira da língua portuguesa dos líderes eram pouco, o pai falava, o Marçal de Souza Tupa'im falava, que o Marçal de Souza foi levado pela Igreja da missão Kaiowá, e estudou teologia, para ser um missionário. Só que nestas andanças dele, ele encontrou com um amigo do meu pai chamado Darcy Ribeiro, e ele conversou também com o Marçal de Souza, e começou a conversar com o professor Antonio Brand, e foram se juntando no movimento Aty Guasu decidiram que a única saída para sair dessa subjugação nas reservas, porque na reserva é área de abate, área de confinamento, subjugado, para sair desse julgo era fazer retomada, não tinha mais outro jeito, a luta pela aprovação da Constituição Federal de 1988, começou tudo nessa época, uma luta que aparece que todo o Brasil começou a mobilização, fui a Brasília, nós mulheres fomos ao lado dos guerreiros. A morte do Marçal, pra nós, foi bastante triste.

¹⁷ Nota na íntegra: <https://cimi.org.br/2018/09/conselho-terena-e-aty-quasu-divulgam-nota-publica-contra-violacao-de-direitos-constitucionais-indigenas/>. Acesso em 12 de set. de 2018.

Disseram ‘mataram o Marçal, com um tiro na boca, para nunca mais falar a favor do povo. Foram vários lugares, a gente retomando. A morte de Marçal de Souza deu origem as retomadas com força (Informação verbal)¹⁸.

Valdelice fala a respeito da relação de Marcos Veron com o cientista social e antropólogo Darcy Ribeiro e amizade com Antônio Brand um dos primeiros antropólogos que teve contato. Darcy possuía longa experiência como etnógrafo e não considerava a modernidade ocidental a única e ou autêntica dialética para esclarecer a história e projetar um amanhã melhor; mas senão como uma entre infinitas formas de conviver/experiências/viver no mundo. Analisa o mundo indígena ajustado com o novos/antigos modos de vida um símbolo de resistência cultural, autonomia política e justiça social em um mundo globalizado e plural. Lembra-se, sobre Levi Marques ter conhecido ela menina e tê-la pegado no colo. E amizade existente entre ambos ate os dias atuais.

Assim, como o/as etnógrafo/as contam as narrativas sobre os indígenas, os indígenas descrevem as suas narrativas sobre eles/elas. Percepção e uma outra etnografia que ouvi e percebi no convívio com as mulheres Kaiowá. Valdelice conta que se escondiam na mata, quando chegavam os antropólogos, isso me trouxe as lembranças dos estranhos que chegavam ao seringal Porongaba, nas florestas amazônicas, onde cresci e tínhamos medo de nós levar para longe ou da vacinação da Funasa. Sempre tive medo do estranho, o jeito ensimesmado perderam-se com os anos e a ida a escola e a “domesticação” forçada ocidental do corpo e as inúmeras violências que sofri ao longo da vida. As ñandecy rezam no amanhecer e alguns dias, e acompanhar fazia parte de uma necessidade espiritual, que de certo modo curavam as dores que envolvia o espírito.

A aproximação das mulheres de Taquara em uma realidade bélica e todo o processo de sofrimento que passei ao longo do caminhar deste trabalho, trouxeram, algo além da palavra, mas o sentimento de pertencimento e resistência solidaria com elas que sofrem, podendo constituir uma ação

¹⁸ VERÓN, Valdelice. Gravação de narrativa pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

criativa. Uma variedade de princípios que se proporciona como uma outra coerência de se lidar com a **terra** e **vida**, não apartando, mas unindo ambas em uma crisalida que renascerá na primavera uma borboleta de esperança, que habita nos corações e espíritos, possibilitando o caminhar-oguata em busca do bem viver ou *teko porã*.

3.2. Violência e morte em Takuara/Taquara

Tekoha Takuara/Taquara foi declarada como terra tradicional indígena por meio da Portaria Declaratória da Terra Indígena Taquara – Portaria nº 954, emitida pelo Ministério da Justiça em junho de 2010 (Anexo A) Após a demarcação e transferência de posse aos Guarani e Kaiowá, em agosto do mesmo ano, seus efeitos foram suspensos por uma liminar (Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Mato Grosso do Sul, 2010).

O acampamento é protegido/blindado por seguranças/homens armados contratados pelo fazendeiro Jacinto Honório da Silva e herdeiros. É comum a circulação noturna de pessoas armadas na região, o que resulta em grande pressão psicológica contra a comunidade indígena. Quando cheguei a Takuara/Taquara, ainda era luto, pela morte de Nestor, filho de Marcos Veron que se suicidou devido a uma surra gravíssima que levou de capatazes dos fazendeiros, deixando-o aleijado; dois outros caciques, também filhos de Marcos Verón, Ládio e Eraldo, foram espancados e Valdelice, irmã deles, foi vítima de emboscada, levando um tiro no braço; Ládio Veron recebeu um tiro na perna durante o trabalho de campo que resulta nesta pesquisa. A violência contra eles é antiga, como relata Ládio a morte de seu pai, registrado por Pereira (2005), juntado no laudo demarcatório de Taquara/Takuara (ver anexo B).

Caminhávamos dentro das escassas matas de Takuara/Taquara, aos pouco Valdelice tornava-se próxima e revela a sensível mulher e doce, começou a falar sobre a morte de seu pai Marcos Veron: “Ele sabia que iria morrer, disse ao delegado que veio com a ordem de despejo. O senhor irá me trazer de voltar para Takuara/Taquara e aqui que ficará os meus ossos”. A sua voz firme e amiúde lamentando a sua ausência de seu pai, a perda de um ente amado, tira-lhe o pedaço do corpo. As mulheres Kaiowá percebem que a única maneira de terem de voltar o modo de vida é lutar pela terra, sendo a terra fêmea dona de toda a vida, os corpos das mulheres indígenas são parte.

Assim, a luta pela terra não é somente pelo território, mas uma luta ancestral por si mesma. Marcos Veron veio da terra indígena de Lexuxa, fugindo quando criança da vingança do capataz da fazenda que matou seu pai indígena; por cobiçar sua mãe indígena, e foi abrigado por uma fazendeira no

caminho e na adolescência; a consciência indígena Kaiowá se desperta e volta a viver com o tio em Takuara/Taquara e outros lugares, segundo falas de Mama Júlia e conforme registros de documentos que guarda consigo, desgastados pelo tempo e as fotografias antigas que guarda como relíquias de um pretérito de sofrimento, mas que fazem parte da história, no qual tive acesso para pesquisa.

“Hoje tenho a palavra/alma que repito sempre **Terra, Vida, Justiça e Demarcação** palavras que ele ensinou-me a pronunciar com a sabedoria de um caminho que temos de fazer para conseguir conquistar a terras sagradas que é parente, um familiar que amamos” Afirmo Valdelice Veron em seus discursos dentro das retomadas em Mato Grosso do Sul. “Para mim, não é fácil viver assim, sempre me escondendo. Muitas vezes, penso em desistir, mas não o faço, porque o meu pai morreu por está terra e ela já é demarcada com o nosso sangue. Todas as terras que tem Kaiowá e Guarani são demarcadas com sangue, é muito triste você ver amigos morrerem na sua frente e nada poder fazer.” Falava Valdelice quando foi me mostrar ervas para fazer remédios, e lembrava da sua família extensa.

A respeito da parentela de Valdelice Veron, seu tronco se constitui com o seu pai Marcos Veron e mãe Julia Cavalheiro no qual passo a descrever, conforme informações e documentos consultados:

Pai e Mãe de Marcos Veron: **Antonio Veron e Silveria Gonçalves**

Irmão de Marcos Veron: **Laurindo Veron, Horácio Veron, Manoel.**

Pai e Mãe de Julia Cavalheiro: **Martins Cavalheiro e Maria Mendes.**

Irmãs de Julia Cavalheiro: **Carmem Cavalheiro, Luna Cavalheiro.**

Filhos e Filhas sanguíneos de Marcos Veron e Julia Cavalheiro: **Atanazia, Nestor, Joana, Ernesto, Valmir, Geisebel, Araldo, Dirce, Silene, Jose, Ládio, Sergio, Valdelice.**

Filhos e Filhas não sanguíneos- gaúcho de Marcos Veron e Julia Cavalheiro:

Robson, Virgilio, Enislaine, Gislane, Milene, Hélio, Antônio, Nivaldo, Rosalaine, Clelson, Josué, Fred e Gabriela.

Dos acampamentos nas beiras das estradas e retomadas a família Veron se multiplicou, hoje se soma mais de 120 netos e netas de Mama Julia e Marcos Veron , além dos filhos e filhas dentro do processos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

Ñandecy Carmem Mendes fala que se espalham, para que não seja extinto o sangue dos Kaiowá de Takuara. Sempre faço reza para acalmar o coração dos mais jovens e que possam compreender que podemos vencer e afastar os maus espíritos.

Passávamos o tempo entre as retomadas da região e Takuara/Taquara, dormíamos em vários lugares e sempre com os olhos atentos em torno, pois o perigo sempre é algo corriqueiro na vida dela. Nunca sabíamos que destino poderíamos ter no dia seguinte. Conheci muitas pessoas que estão dentro do processo de luta pelas terras ancestrais de Mato Grosso do Sul. Em todos os lugares que visitei em companhia de Valdelice Veron, as mulheres, na sua maioria estavam ao lado dos homens, ñandecy e lideranças que organizavam o funcionamento do lugar e cuidado espiritual. Observei uma relação muito respeitosa e serena entre todos.

Valdelice se lembra de Xurite Lopes¹⁹ a amiga ñandecy que foi assassinada pelos fazendeiros e não pode ser enterrada na terra que nasceu. “Marinalva Jorge²⁰ que foi a Brasília juntamente com outras lideranças protestar contra o Marco Temporal que os *karai* inventaram para continuar tirando a terra”, dos seus amigos de UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados que morreram brutalmente assassinados. Os irmãos que não sabe onde estão os ossos, os dois sobrinhos que morreram enforcados depois do último

¹⁹ [...] Terra Indígena Kurussú Ambá, os indígenas decidiram permanecer onde está localizada a fazenda "Madama", cuja posse é de Wilson Vendramini. Após a retomada do pequeno pedaço de terra, no dia 09 de janeiro de 2007, fazendeiros fortemente armados, ocupando vários carros (cerca de 50 pessoas, 12 camionetes, um caminhão e um ônibus) se dirigiram até o local da retomada e, com uso da violência, expulsaram os indígenas do local. Durante a ação, os fazendeiros dispararam vários tiros de arma de fogo contra os indígenas. Diversos indígenas foram espancados, resultando em lesões corporais. Durante as agressões, a indígena Xurite Lopes foi assassinada com um tiro calibre 12 à queima-roupa. Xurite era a rezadora do grupo (Nhandesi) e a mais velha da comunidade, com 70 anos. Ela foi testemunha da expulsão dos Kaiowá-Guarani de Kurussú Ambá, tendo nascido naquela área.” Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/noticia/83315> .Acesso em 19 de setembro de 2018.

²⁰Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1544071-lider-indigena-e-assassinada-apos-participar-de-protesto-no-stf.shtml> Acesso em 01 de outubro de 2018.

despejo, as duas sobrinhas que morreram de inanição, o irmão que apanhou dos pistoleiros e depois se enforcou. “Eu não tenho lágrimas para chorar os mortos da família e do povo”, disse Valdelice quando fazia o filtro do sonho, que lhe ensinei naquela manhã quente janeiro em Takuara, juntamente com outras mulheres que contavam seus mortos e traziam suas recordações para o coletivo.

Naquele dia, a experiência de compartilhar com as mulheres a confeccionar/fazer os filtros dos sonhos, que rapidamente, chamaram teia de aranha, mudaram o sentido e o significado do objeto, e quando percebi, outras formas surgiram, como peixe, borboleta e folha. E de repente estávamos todas encantadas nas nossas tramas de barbante e cipó contando nossas histórias. O povo Kaiowá se difere do povo Guaraní em muitos aspectos, convivi com ambos os povos...

São 6 (seis) cemitérios Kaiowá na terra indígena de Takuara/Taquara.. Gerações ancestrais que viveram naquele lugar, vestígios de seus ossos que demarcam a terra com o tempo anterior aos outros que chegaram. Deste modo, dando a legitimidade sobre a terra ocupada. A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, regulamenta sobre os bens patrimoniais e sítios arqueológicos, *ex vie*:

Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

c) os sítios identificados como **cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado** ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico

Assim sendo, importa para etnografia Kaiowá de Takuara/Taquara o conhecimento a respeito da localização dos cemitérios e o tempo. A respeito do assunto, conversei com a mulher mais velha do Tekoha, ñandecy Carmem, que informou que se lembra da sua avó idosa Marcelina de aproximadamente 90 anos falando sobre os cemitérios de Takuara/Taquara, que as famílias grandes tinha seu local de sepultamento, pois não podia-se misturar tanto, porque se houvesse tanta mistura, uma alma que assombrava, podia trazer maldição a todo o *tekoha*.

Sabemos que o luto em Takuara/Taquara, se dá pela plantação do milho em cima da cova ou na proximidade do local do corpo, algo que demora meses, pois segundo relato de Xandui uma das mulheres Kaiowá que convivi: “[...] plantar-se o milho, somente na colheita que o luto é terminado para a família da pessoa falecida”. Os cemitérios são antigos, poderiam ser somente lembrados quando se faz necessário para os rituais de enterro; é algo que deveria ser esquecido.

No entanto, dado as novas configurações de luta pela terra em Mato Grosso do Sul se faz necessário, apontamentos a respeito do assunto, para melhor demarcar historicamente a materialidade da vida e morte e a história dos indígenas em Takuara/Taquara antes da chegada da colonização e formulando contribuições as narrativas do empoderamento das palavras das mulheres e homens que vivem no território. Conforme descreve Eremites de Oliveira (2016) acerca do assunto, corroborando com as falas das mulheres Kaiowá de Takuara/Taquara a respeito dos cemitérios e morte e as mudanças:

Conforme é conhecido no âmbito da Etnologia e da Etno-história sobre os povos indígenas de língua guarani, sabe-se que os Guarani e Kaiowá acreditam que possuem duas almas, uma carnal, chamada de *angue* ou *anguery*, e outra espiritual, denominada *ñe’e* (MELIÀ *et al.*, 2008 [1976]; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009). A alma carnal, cujo espectro permanece com o defunto, não deve ser lembrada amiúde ou ter seu túmulo profanado por meio de escavações ou buracos feitos por seres humanos e animais. Se isso acontecer, o *angue* virá à tona e trará más influências à saúde e à convivência social dos membros da comunidade. Por isso, os lugares onde os mortos foram sepultados, sobremaneira aqueles em que foram enterradas lideranças religiosas, como os xamãs (*ñanderu* ou *ñandesy*), não são espaços por eles venerados. Pelo contrário, geralmente permanecem no passado e quase que apagados da memória dos vivos. Contudo, por conta dos conflitos pela posse de territórios indígenas no estado, antigos cemitérios passaram a ser visitados com mais frequência pelos Guarani e Kaiowá, haja vista a necessidade de preservá-los como locais sagrados, herança cultural e prova material da ocupação tradicional (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016, p.142).

A herança cultural e material da presença dos Kaiowá e Guarani podem ser percebidos nos locais sagrados (cemitérios, locais de reza na mata) , que deveriam ser esquecidos, mas não poderão mais ser, pois no mundo dos papéis , as palavras precisam falar, como disse Marcos Veron a Valdelice na

beira da estrada , após o despejo, quando mandava estudar mais o irmão Ládio: É preciso fazer o papel falar. Recorro à leitura de Ferreira (2010) que aponta uma reflexão crítica a respeito do assunto, sobre a colonização e os instrumentos que se utilizou a respeito do assunto:

A Arqueologia, como ciência geográfica, deveria ajudar a interiorizar a civilização e a civilizar as populações indígenas. Mas civilizar é, neste contexto, eufemismo para colonizar; pensar os meios para fundar um contrato social com os indígenas significava assegurar a ocupação e expropriação de terras e circunscrever geopoliticamente o território nacional (FERREIRA, 2010, p.18).

Entretanto, os avanços que a arqueologia tem feito ao longo do tempo, nas contribuições para os povos autóctones são importantes, e o papel se faz fundamental para demonstrar o pertencimento e a relação que é sanguínea com a terra. Mesmo com vários problemas burocráticos e de esferas governamentais, a arqueologia tornar-se fundamental, para demonstrar a existência/efetividade/aplicabilidade dos territórios indígenas através da ciência positivada dos caríus.

As aldeias Guarani e Kaiowá formavam rede de alianças para fins sociais e econômicos, e passaram mais de dois mil anos antes dos primeiros contatos com os europeus reproduzindo a sua cultura material, sua técnica de produção e subsistência, como explicam Mélia (1986), Noelli (1993) e Cavalcante (2013). Assim as mudanças de local dos moradias/assentamentos durante este período ocorreram principalmente em decorrência da pressão exercida pelo predomínio colonialista. Daí compreender que seus vestígios materiais estão presentes na região, como os cemitérios, apontados pelas mulheres Kaiowá, que os visitei durante o trabalho de campo; denotam narrativas sobre o pretérito que são novamente lembrados, para reativar a história oral que se funda na difusão aos que não conhece a respeito, isto é, narrativas de si mesmo, sob a perspectiva da resistência e violência que vivem.

A morte em Takuara/Taquara não é assunto proibido. Não há uma naturalidade em tratar os fatos que aconteceram e poderão vim acontecer. No entanto, o silêncio do lugar à noite, muitas vezes é um prenuncio de medo. A comunidade vive um trauma coletivo, não é um vitimíssimo, mas uma realidade

que é obrigada a conviver/sobreviver. Pois, até o presente momento da escrita deste trabalho, ainda não tinha sido homologada as terras de Takuara/Taquara.

Entendo que este povo e as mulheres guerreiras Kaiowá de Takuara são fortes para continuarem lutando pelas suas vidas e comunidade com sabedoria e espiritualidade da nossa mãe Terra. A morte respira e conspira em Mato Grosso do Sul contra os povos Indígenas, e posso afirmar, do lugar de fala, que é muito perigoso ser indígena no Brasil e mais ainda naquelas terras avermelhadas, conforme documentos acostados nesta pesquisa. (Anexo C).

3.3. Em busca do bem viver

Os passos que carregam nomes e cantos e crenças cercados violadas no deserto da soja, boi e cana exilado. Caminhando no ritmo da morte ciente de que, talvez, seus olhos e suas bocas já não possuam capacidade no futuro de retratar e relatar tudo o que houve ou tudo. O que há apontam-se câmeras como lhes apontam armas na esperança de recordar o horror que não finda persecutório. O asco que apenas paira para os ausentes, mas que desfragmenta espinhas dorsais na Takuara. Dentro de si esses seres trazem uma pureza inconcebível que inunda até os pulmões do carrasco assassino que a fome e chacina fazem juras de um dia dissipar.

A busca do bem viver em Mato Grosso do Sul não é uma ideia de um sonho possível que crianças adormecidas que descrevem para o céu da ema a sua esperança de paz. Os espíritos voltam para as terras de retomadas, sabem que podem habitar naquele lugar, pois foram expulsos com os indígenas nos esbulhos.

Os Kaiowá e Guarani se especializam nas diversas áreas do conhecimento não indígena, trançando uma conexão entre os mundos e (re) significando a partir do viver no mundo. Se contrapõe ao que está posto pelo outro, pois não se percebe dentro de um contexto de competição e capital.

Todas as sementes e brotos estão debaixo da terra, prisioneiros dos não índios que desconhecem a sua essência de cura e fortalecimento do corpo. Um movimento, uma geração, muitas luas, para que a terra possa se recuperar. Porque o sofrimento da terra se reflete nos corpos dos indígenas Kaiowá.

Qual é o teu sonho? Perguntei um dia, quando estávamos sozinhas, enquanto ela arrumava o fogo para assarmos peixes pequenos pescados no rio de Takuara/Taquara. Respondeu: “Eu quero ser e viver como uma mulher Kaiowá. Não que não seja, mas quero viver como se vive uma Kaiowá. Cuidar da casa grande, criar as minhas filhas e depois netos, fazer fogo e viver em paz”.

Este é um sonho simples, sem glamour; no entanto, a terra é fundamental para que o sonho se realize.

3.4. Mandu’a jehechavare – A memória do que se ver

A imagem nos proporciona um sentido maior. Porque quando obtemos a imagem aquele tempo está no pretérito da memória ao olharmos novamente. E para vida das mulheres Kaiowá as imagens tem um significado de resistir ao processo de violência. Muitas imagens mostradas através destes artefatos tecnológicos dos acontecimentos em tekoha e assim as imagem tornar-se potente e capazes para demarcar os territórios da memória das pessoas que sabem e percebem os povos indígenas de Mato Grosso do Sul como seres humanos. A fotografia acalma o olhar e transforma as lembranças. Permite-nos refletir sobre a diferença e o como se compõe os rizomas que se atravessam nas nossas memórias ao acessamos no percurso que fazemos. Um sentir, um perceber de um lugar que habita no espírito e se pode visitar e arranjos que se formulam.

Quando retornei da ultimo trabalho de campo, não queria mais escrever, adentrei no desconhecido mundo da tristeza e morte devido ao sofrimento e racismo que sofri dentro do colegiado da Antropologia, por parte de algumas pessoas. No entanto, as palavras das minhas irmãs Valdelice Veron e Kamara Kymio e alguns amigos/as que sabiam o quanto estava doente, ajudara-me nas barreiras e dificuldades e trouxeram-me de volta a vida. Foram as imagens deste tempo, que me trouxe a memória do espírito guerreira. E percebi que a dissertação de mestrado, era escrita com o meu corpo e dor. E por fim, tudo isto me possibilitou forças para seguir na luta pelos povos indígenas. Penso na

akyro - avó Maricota e mãe Mira, mulheres que resistiram e lutaram para que eu pudesse existir, e isso me bastar para não morrer.

As imagens apresentadas a seguir fazem parte de um acervo de pesquisa entre irmãs; eis aqui a *mandu'a ahecha akuere* – memória de que eu vi.



Figura 02: Valdelice e as ñandesy de Takuara.

Fonte: Acervo de pesquisa.



Figura 03: Pequeno pedaço do Céu – Arami.
Fonte: Acervo de pesquisa.



Figura 04: Reza.
Fonte: Acervo de pesquisa.



Figura 05: Ritual de homenagens ao Cacique Marcos Veron.
Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 06: Kuawá e Valdelice

Fonte: Acervo de pesquisa



Figura 07: Mulheres Kaiowá, mãe e filha.

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 08: Marcos Veron
Fonte: Valdelice Veron, 2017.



Figura 09: Visita da Embaixadora da ONU a Takuara.
Fonte: Valdelice Veron, 2017.



Figura 10: Mulheres de Takuara colhendo remédio.

Fonte: Valdelice Veron, 2017.



Figura 11: Mulheres de Takuara em ritual

Fonte: Valdelice Veron, 2017.



Figura 12: Gerações Kaiowá e Guaraní.

Fonte: Acervo de pesquisa.



Figura 13: Mulheres Kaiowá e Guaraní.

Fonte: Valdelice Veron, 2018



Figura 14: Valdelice Veron e a ñandecy na retomada

Fonte: Valdelice Veron, 2018.

CONCLUSÃO

A terra indígena Camicuã, em Boca do Ace, Amazonas, Brasil existe um rio chamamos de Purus com suas águas barrentas que banham a cidade próxima, Boca do Acre. Na Amazônia as estações do ano se dividem entre as chuvosas e as secas, e os rios comandam a vida da região. Na estação seca, quando podemos tomar banho nas praias arenosas do rio Purus e caçar quelônios, pescar, temos de subir uma imensa ladeira altíssima, para alcançar o povoado da Camicuã dos Pupykary. E lá de cima, os parentes observam com expectativa, risos e torcida e quando nos fadigamos (isso quase sempre) no meio do caminho, e geralmente somos acolhidos pela sobra de uma sumaúma. Trago a narrativa, para demonstrar que não subir o paredão da Camicuã, mas a pesquisa trouxe longo sofrimento. Dores que somente o amor que sinto pelas mulheres Kaiowá de Takuara/Taquara e o respeito pelos indígenas Kaiowá e Guarani e demais parentes que vivem em Mato Grosso do Sul foram capazes de me fazer suportar.

Ao longo dos três capítulos que compõem esta dissertação, busquei mostrar um percurso da palavra/alma em Takuara/Taquara, Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil. Tentei demonstrar ao longo da etnografia os encontros e desencontros marcados pelas tensões da realidade. Não tenho a pretensão de simulacros, mas privilegio as interlocutoras cujas trajetórias de vida possui uma íntima relação, fazedoras deste labor por mãos, feito uma teia de aranha, que vai se conectando o mostrando seu propósito de existir e formas nos espectros dos dias. As emoções e as reflexões partilhadas entre nós surgiram fortemente ao longo de todo processo da pesquisa, contribuindo para a vida inteira.

As narrativas das mulheres Kaiowá de Takuara/Taquara estão transpassada de muitos sentidos, que a própria etnografia participante demonstrou nuance deste movimento que se propõe a demarcar os espaços

sociais. As donas do fogo demonstram uma organização e rede de ligações e alianças adentrando no cenário político e trazendo e produzindo a sua percepção organizacional para dirimir os problemas da comunidade internos e externos- Aty Kuña Guasu – A Grande Assembleia das mulheres Guarani e Kaiowá (2006), aliando-se ao Aty Guasu.

A principal pauta entre os povos indígenas na atualidade, embora, tenhamos outros problemas, é a demarcação das terras indígenas conforme preceitua a carta magna de 1988. Soma-se isso, todo o processo de colonização estrutural que estamos vivendo, pois, embora, tenha-se outro tempo para dizer, e a ciência positivada date o tempo, os povos indígenas tornarem-se estrangeiros dentro de seus territórios, que resulta em constante ameaça de seu modo de viver. Todos os processos que se fizeram até hoje, contra nós, simplesmente fracassaram, no entanto, deixam marcas profundas nas gerações.

A luta pela terra indígena Takuara/Taquara no município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil é uma luta pela vida e o modo de viver kaiowá. Não existe temporalidade entre eles e elas, tudo que buscam é uma forma de viver em paz, praticando a religião tradicional, língua e costumes seus rituais e fortalecendo-se, mesmo dentro de uma situação adversa e conflitos para a sobreviver.

As mulheres kaiowá se definem como guerreiras percebe-se que o caráter de luta poderá ser transitório no processo da retomada, mas não existe uma definição de papéis pré-determinados. No entanto, o fogo quem comanda são elas, ou seja, todo o processo de sociabilidade/relacionalidade dentro da comunidade e as organizações do tekoha. Percebi que não existe/não cabe o que podemos pensar, na sociedade binária, ocidental e cristã ou um possível feminismo ocidentalizado/(re)significado. E algo, que não cabe na organização das mulheres de Takuara/Taquara, pois as redes de reciprocidades e solidariedade perpassa toda a estrutura do lugar e do povo.

As famílias se relacionam buscando o bem comum, isto é, a demarcação da terra indígena, embora exista certa rivalidade entre os clãs, ainda predomina

as grandes famílias e a união entre elas. E a identidade se constrói pelo próprio caminhar dos Kaiowá e sua percepção dentro do contexto histórico que se apresenta aos desafios.

A violência que enfrentaram no pretérito poderá novamente acontecer, pois a regulamentação da terra está suspensa, embora no ano de 2018 tenha se feito um estudo a respeito de Takuara, todo o processo continua em inércia no judiciário, soma-se a isso, os homicidas do Cacique Marcos Veron, que ainda se encontram em fase de apelação no TJF- Tribunal de Justiça de São Paulo. Ninguém ainda foi punido pelo crime e outros acontecidos dentro de Takuara/Taquara e as denúncias não apuradas pelas autoridades competentes.

As mulheres praticam o ritual do Kunhã Koty mesmo com a escassez de plantas medicinais e degradação ambiental que circunda o território, entretanto aos pouco, os brotos da terra se realocam com as rezas das ñandecy para tornar a terra parenta ancestral generosa. As mulheres kaiowá de Takuara/Taquara se reorganiza com uma única pauta de luta que é a demarcação das terras indígenas. Neste cenário de bélico surge a liderança interna e externa de Valdelice Veron, que ocupa um lugar de prestígio por ser uma das guerreiras de retomada e as alianças que teceu ao longo do tempo, influenciando os indígenas e não indígenas, que serem solidários com a luta Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul.

A terra pode ser refazer e a concepção de tempo contado não mais existir, pois na cosmologia Kaiowá e Guarani a terra se refez, ou seja, o mundo acabou varias vezes. A paciência é o ritmo das rezas no amanhecer e anoitecer. A busca do bem viver é a expansão da consciência de uma sociedade solidária entre povos e a descolonização que ainda perdura desde 1500. Pois, entendemos que o processo de colonização ainda não acabou, apenas mudou os elementos, corpos e mecanismo, mas a estrutura/esqueleto se perpetua desde a chegada das caravelas com os invasores.

Somos nós, as guardiãs da terra e são os povos indígenas que enfrentam a mãe de todas as guerras, que é preservar a terra para que todos,

indígenas e não indígenas possam viver em um mundo melhor e digno. Não existe outro modo de viver, pois se faz necessário uma aliança com os povos ancestrais e discutir outra forma de desenvolvimento, uma vez, que este modelo posto, demonstra a destruição da vida de todos no planeta.

E por fim, dando sequencia as palavras , indigno-me com as atrocidades e violências que acontecem contra as mulheres, homens , crianças, anciãos/as indígenas de Mato Grosso do Sul. Carrego comigo o nome Kaiowá e a certeza de uma aliança potente e que fizeram de mim uma guerreira.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA Câmara. **Guarani-Kaiowá denuncia a morte de mais de 300 indígenas em conflitos fundiários no MS.** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/08/guarani-kaiowa-denuncia-a-morte-de-mais-de-300-indigenas-em-conf_a_21691363/>. Acesso em: 25 Ago. 2017.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra: Os trabalhadores da Mate Laranjeira.** Londrina: Editora UEL, 1997.

BRAND, Antonio Jacob. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BRAND, Antonio Jacob. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá.** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal/ Centro Gráfico, 2016.

BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos.** Lisboa; Edições 70, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis, Vozes, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Colonialismo, território e territorialidade: A luta pela terra dos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul.** Tese (doutorado em História) UNESP. Assis. 2013.

CIMI, Conselho Indígena Missionário. **Massacre De Caarapó: Dossiê sobre o genocídio Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul,** 2016. Disponível em <http://cimi.org.br/massacredecaarapo/> Acessado em 11 de março de 2017.

CHAMORRO, Cândida G. A. 2008. **Terra Madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani.** Dourados, MS: Ed. UFGD.

_____. **Kurusu Ñe'ëngatu: palavras que la história no podría olvidar.** Assunción: Centro de Estudios Antropológicos/Instituto Ecumênico de Posgrado/ COMIN, 1995.

CNV – **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.** Violações de direitos humanos dos povos indígenas, Relatório, volume II, textos temáticos, Brasília, 2014.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Ed: Letras Livres. Brasília 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. LIMA, Edilene C. de, Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil Republicano. **MEDIAÇÕES - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 22, p. 13, 2017. Acesso em 20 de maio de 2018.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. ESSELIN, Paulo. **Para compreender os conflitos entre fazendeiros e indígenas em MS**. <https://www.campograndenews.com.br/artigos/para-compreender-os-conflitos-entre-fazendeiros-e-indigenas-em-ms> . Acesso em 12 de maio de 2018.

_____. Conflitos pela posse de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.68 n.4, 2016. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400002&lng=pt&nrm=iso Acesso em 01 de mar. 2017.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitério Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul- Brasil- **Revista de Arqueologia**. Volume 29, nº 1. 2016: 136-160.

_____. **Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória**. Prosa. Uniderpjun. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território primitivo : a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**– Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Mercado interno y economía colonial**. México: Grijalbo, 1983; LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

JOÃO, Izaque. **Jakaira reko nheypyru marangatu mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, 2011.

SEBASTIÃO, L. L. **Feminismo indígena existe? Conheça as lutas da mulher indígena**. 29 de Setembro de 2017. <https://cebi.org.br/2017/09/29/feminismo-indigena/#>

MARTINS, Elemir Soares. **Reserva de Caarapó a partir do confinamento e superposição de comunidades e implantação de políticas públicas assimilacionistas e as tentativas passadas e atuais de retekoharizar o espaço**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 18, n. 36, p. 173-192, maio/ago. 2018.

MURA Fabio. **A procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá.** 2006. 504f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

PEREIRA, Levi M. **Parentesco e Organização Social Kaiowá.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, SP:1999, 251p.

_____. **A importância da Mulher Kaiowá.** Entrevista. IHUONLINE, 2011. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3810&secao=359. Acesso 06 de junho de 2017.

_____. Levi M. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara.** Portaria Nº 140/PRES/FUNAI – BRASÍLIA-DF, 2005.

PIMENTEL, S. **Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio** Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul. Dez., p.134-150, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas;** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RAMIRES, Lídio Cavanha. **Processo Próprio de Ensino-Aprendizagem Kaiowá e Guarani na Escola Municipal Indígena Nandajara Pólo da Reserva Indígena Te'yikue: Saberes Kaiowá e Guarani, Territorialidade e Sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2016. 118 p.

Fontes orais

MARTINS, Adelia. Gravação de depoimento pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, Janeiro de 2017.

MARTINS, Elemir Soares. Gravação de depoimento pela autora. Universidade Grande Dourados, MS. 2018.

MENDES, Carmem. Gravação de depoimento pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

NUNES, Flavia Arino. Gravação de depoimento pela autora. T. I Ipegue (Terena). Aquidauana. MS.

VERÓN, Araldo, Gravação de discurso pela autora, no contexto dos 14 anos da morte do cacique Marcos Verón, Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

VERÓN, Arami. Gravação de depoimento pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

VERÓN, Ñandesy Kunhã Tapendi Vera (Julia Cavalheiro) Gravação de conversa informal pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

VERON, Geisabel (Xuindui), Gravação de conversa informal pela autora T. I Panabi Panabizinho, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

VERON, Talita C..Gravação de conversa informal pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro/fevereiro de 2017

VERÓN, Valdelice. Gravação de narrativa pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

VILHARVA, Natanael C..Gravação de depoimento pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017

VERON, Adélia Martins. Gravação de depoimento pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

ANEXO A
Portaria Declaratória



geográficas aproximadas 26°25'29,0" S e 48°43'36,0" WGR; daí segue por linha seca, cortando pasto e depois pela borda da mata até o Ponto P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 26°25'08,0" S e 48°43'26,7" WGR; situado na cerca de divisa do Sr. Lajano, daí segue pela cerca de divisa até o Ponto P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 26°25'31,6" S e 48°43'03,5" WGR; localizado no bordo direito da estrada Araruama - Ilapocu (inferno), daí segue pela referida estrada no sentido BR-101, até o Ponto P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 26°25'48,4" S e 48°43'03,1" WGR; daí segue por linha seca até o Ponto P-18 de coordenadas geográficas aproximadas 26°25'48,6" S e 48°42'22,5" WGR; daí segue por linha seca até o Ponto P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 26°25'25,1" S e 48°42'18,4" WGR; daí segue por linha seca até o Ponto P-20 de coordenadas geográficas aproximadas 26°24'42,1" S e 48°43'03,2" WGR; situado no bordo esquerdo da estrada do Inferno, daí segue pela referida estrada sentido Araruama até o Ponto P-01, início desta descrição perimetral, GLEBA CONQUISTA - Superfície: 1.016 ha (um mil e dezesseis hectares), aproximadamente. Perímetro: 15 km (quinze quilômetros), aproximadamente. NORTE/ESTE: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'15,9" S e 48°39'46,2" WGR, localizado no cruzamento do bordo direito da faixa de domínio da linha de Alta Tensão da CELESC com a margem direita do Canal do Linguado, segue por este sentido Oceano Atlântico, até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'17,7" S e 48°39'42,1" WGR, localizado na foz do Rio Areia Grande ou Conquista (margem esquerda), daí, segue por uma linha reta, até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'19,5" S e 48°39'34,7" WGR, localizado na foz do Rio Areia Grande ou Conquista (margem direita), daí, segue pela margem direita do Canal do Linguado, sentido Oceano Atlântico, até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'24,3" S e 48°37'36,4" WGR, localizado na foz de um igarapé sem denominação (margem esquerda), daí, segue por uma linha reta, até o Ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'26,6" S e 48°37'35,1" WGR, localizado na foz do referido igarapé (margem direita), daí, segue pela margem direita do Canal do Linguado, sentido Oceano Atlântico, até o Ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'26,6" S e 48°37'35,1" WGR, localizado na foz do referido canal com o Canal da Passagem; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o Ponto P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 26°24'09,0" S e 48°37'48,4" WGR, situado na mesma estrada, daí, segue por uma linha seca, até o Ponto P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 26°24'13,4" S e 48°37'43,1" WGR; daí, se-

gue por linha seca até o Ponto P-10 de coordenadas geográficas aproximadas 26°24'28,1" S e 48°38'25,7" WGR, situado em uma cerca de divisa; daí segue pela cerca de divisa até o Ponto P-11 de coordenadas geográficas aproximadas 26°24'30,5" S e 48°38'29,7" WGR; localizado no bordo direito da Av. Jaraguá, sentido Aldeia Conquista (BR 280), OESTE: do ponto antes descrito, segue pela referida estrada até o Ponto P-12, de coordenadas geográficas aprox. 26°23'43,7" S e 48°39'19,7" WGR; daí, segue por linha seca (trecho com cerca), até o Ponto P-13 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'22,9" S e 48°39'27,9" WGR; daí, segue por cerca de divisa até o Ponto P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'19,1" S e 48°39'45,1" WGR; daí, segue por linha seca até o Ponto P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'11,4" S e 48°39'44,8" WGR; daí segue por linha seca até o Ponto P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'09,1" S e 48°39'52,2" WGR; situado na margem direita do Rio Areia Grande, daí segue por linha seca até o Ponto P-17, de coordenadas geográficas aproximadas 26°23'16,1" S e 48°40'10,8" WGR, situado no bordo direito (faixa de domínio) da rodovia estadual SC-495, sentido BR-280; daí, segue pela referida rodovia, até o Ponto P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'51,9" S e 48°40'38,3" WGR, situado no bordo direito (faixa de domínio) da rodovia estadual SC-495; daí, segue por uma linha reta, até o Ponto P-19, de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'27,3" S e 48°40'12,9" WGR, localizado no bordo direito da faixa de domínio da Linha de Alta Tensão da CELESC, sentido Canal do Linguado, daí, segue pela referida faixa de domínio, até o Ponto P-20, de coordenadas geográficas aproximadas 26°22'26,8" S e 48°39'57,3" WGR, localizado na referida faixa de domínio, sentido Canal do Linguado; daí, segue pela referida faixa de domínio, até o Ponto P-01, início desta descrição perimetral. OBS: 1 - Base cartográfica utilizada: SG 22-Z-B-II-4 - Escala 1: 50.000 - IBGE-1981. 2 - As coordenadas geodésicas citadas são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69.

Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73 e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a definição de limites da Terra Indígena TAQUARA, constante do processo FUND/BSB/2053/2005,

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada no município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul, ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Kaiowá;

CONSIDERANDO os termos do Despacho nº 108/PRES, de 2 de dezembro de 2005, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 2005 e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 22 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO os termos dos pareceres da FUNAI, que concluíram pela improcedência das contestações opostas à identificação e delimitação da terra indígena, resolve:

Nº 954 - Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Kaiowá a Terra Indígena TAQUARA com superfície aproximada de 9.700 ha (nove mil e setecentos hectares) e perímetro também aproximado de 50 km (cinquenta quilômetros), assim delimitada: NORTE: partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 22°40'31" S e 54°38'44" WGR, localizado na confluência do Córrego São Domingos com o Córrego Boa Vista, segue pela margem esquerda deste, a montante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 22°40'17" S e 54°37'36" WGR, localizado na sua cabeceira, daí, segue por uma linha seca até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 22°39'52" S e 54°36'04" WGR, localizado na margem direita do Córrego Cerrito, daí, segue por esta margem, a jusante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 22°41'05" S e 54°34'54" WGR, localizado na confluência com o Rio Taquara. LESTE/SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Taquara, a jusante, até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 22°49'39" S e 54°38'12" WGR, localizado na confluência com o Córrego São Domingos. SUL/OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Córrego São Domingos, a montante, até o ponto 01, início da descrição deste memorial descritivo: SF 21-ZB-V - Escala 1: 100.000 - DSG - 1971. 2 - As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao datum horizontal Córrego Alegre.

Art. 2º Declarar que a Terra Indígena de que trata esta Portaria, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73 e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍZ PAULO BARRETO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 13ª SESSÃO PLENÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que vierem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 09 de junho de 2010, à partir das 14 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco 1, Brasília, DF, realizar-se-á a Sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos remanescentes de sessões anteriores:

Nº	Requerimento	Nome	Relator	Observação	Idade
1	2007.03.01051	FERNANDO ANTUNES COIMBRA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	-
2	2007.02.01554	MANOEL FARIAS DE SOUZA	Vista Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	-
3	2002.01.09268	BERNANI PINTO DE SOUZA	Conselheira Virgínia Lúcia Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	68
4	2002.01.11346	CARLOS EDUARDO PELLEGRI NI DI PIETRO	Vista Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	71
5	2003.01.15011	PAULO ROBERTO ALMEIDA ABREU	Conselheira Rosângela Calazans Pinheiro	NUMERAÇÃO	72
6	2003.01.20592	MILTON DE OLIVEIRA VIANA	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	70
7	2003.01.42174	MARCIO MOZART PINHO DE MENDONÇA	Conselheiro Jaime José de Oliveira	NUMERAÇÃO	70
8	2005.01.26544	VALCÍLIO PINO CORREIA	Conselheiro Marco Miranda de Albuquerque	NUMERAÇÃO	74
9	2007.01.57601	JOÃO ARTUR VIEIRA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	80
10	2007.01.38857	LINO FERREIRA NETO	Conselheiro Narciso Fernandes Barbosa	IDADE	71

II - Processos incluídos para sessão do dia 09.06.10:

Nº	Requerimento	Nome	Relator	Observação	Idade
11	2003.01.20592	ALBERTO CARLOS DUARTE	Conselheira Virgínia Lúcia Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	64
12	2006.01.43873	HENRI ACSELRAD	Conselheiro Marco Miranda de Albuquerque	NUMERAÇÃO	62
13	2006.01.34000	HERIBERTO BACK	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	68

Legenda:

A - Anistiando

R - Requerente

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 854, DE 4 DE JUNHO DE 2010

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a AMIRA NAZIH EL HUSSANIE - W116269-R, natural do Líbano, nascida em 17 de março de 1954, filha de Mahmoud Zebian e de Badia Al Bouattine, residente no Estado do Rio Grande do Norte/Processo nº 08420.003686/2006-55;

CARLOS MAURICIO JATIVA ALBAN - V018475-T, natural do Equador, nascido em 19 de agosto de 1965, filho de Carlos

Alberto Jativa Argüello e de Maria Tereza Alban Tovar, residente no Estado de Santa Catarina/Processo nº 08492.006989/2006-86);

CESAR AUGUSTO SORIANO PAZOS - Y042521-0, natural do Peru, nascido em 8 de julho de 1955, filho de Genaro Soriano Méndez e de Andrea Olga Pazos, residente no Estado de São Paulo/Processo nº 08505.006181/2009-55;

CLAUDIO GERMAN NARVAEZ ZAMORA - W217690-8, natural do Equador, nascido em 10 de maio de 1941, filho de Enrique Narvaez e de Matilde Zamora, residente no Estado de São Paulo/Processo nº 08505.006157/2009-16);

HU HUNG CHIA - Y047348-0, natural da China (Taiwan), nascido em 17 de setembro de 1978, filho de Hu Lung Yuan e de Hu Cheng Ke Mei, residente no Estado de São Paulo/Processo nº 08505.035402/2009-11);

JAMILÉ YOUNES YOUSSEF - W527255-0, natural do Líbano, nascida em 5 de setembro de 1952, filha de Ahmad Youssef e

de Tarfa El Haje, residente no Estado de São Paulo/Processo nº 08706.003219/2008-91);

ROSE MARIE WOLFF RODRIGUEZ - W305526-D, natural do Uruguai, nascida em 14 de outubro de 1977, filha de Henrich Alfred Wolff e de Maurício Rapael Rodriguez Recolet de Wolff, residente no Estado do Rio Grande do Sul/Processo nº 08451.005518/2007-18);

STEPHANE GUTTFREUND - V119524-U, natural da França, nascido em 11 de novembro de 1966, filho de Michel Gutfreund e de Nicole Girard, residente no Estado do Rio Grande do Sul/Processo nº 08444.002819/2009-41); e

WŁADYSŁAWA ROMANICHEN - W004715-G, natural da Polónia, nascida em 21 de novembro de 1938, filha de Stanisław Jakóbczynski e de Emilia Jakóbczynski, residente no Estado do Paraná/Processo nº 08390.002238/2009-72).

RAFAEL THOMAS FAVETTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade.html>, pelo código 0001201006070003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo B
Relato de Ládio Veron

**Relato dos fatos envolvendo os conflitos que resultaram na morte do líder
Marco Veron²¹.**

Devido a uma grande necessidade que a gente vinha enfrentando na beira do Rio Dourados, nos reunimos e para nós ir até a nossa aldeia Takuara, já ali é uma área Indígena ali morreu. Tudo o nosso antepassado foi identificado resolvemos de voltar, no dia 11.01.03.

Dia 11/01/03, sábado.

Neste dia retornemos a Aldeia Takuara, chegamos por volta da 7 h no horário de verão. Descemos do caminhão e começamos armar barraca, a noite por volta da 10 horas veio uma chuva e choveu até as 1 hora da madrugada, amanhecemos no domingo continuamos fazendo as barracas. Até as 12 horas passou dois caminhão e dois carro pequeno S10, branca, e um gol vermelho. Já às 2 horas compareceu e parou ali no nosso acampamento a policia DOF, com 4 agente que ia na viatura, e mais um pessoa que se identificou a ser o dono de implementos agrícola, eles, os policial estava pedindo que ia retirar as maquina da lavoura, nós dissemos que não ia fechar a estrada, e nem mexer na lavoura de soja a única coisa que a gente pediu e que nós ia pegar lenha e madeira para fazer barracos e pegar água da mina (fonte).

Neste momento um tal policial chamado Lucio falou em guarani que ia até a fazenda para trazer o administrador para nós negociar com ele. Nós ainda falamos que com a policia DOF nós não ia fazer esse acordo, era só na presença da Policia Federal, que nós íamos fazer o acordo. Mesmo assim ele subiu na viatura e foi até a cede da fazenda. Isso durou uns 20 minutos, ai então retornando eles vinha com administrador da fazenda. Eles desceram a

²¹ O presente relato foi escrito à mão por Ládio Veron em seguida ao acontecimento dos fatos relatados e entregue a mim durante o período da pesquisa de campo. Optei por transcrevê-lo literalmente para facilitar a leitura, respeitando a maneira como está organizado, e colocá-lo como anexo para que o leitor tenha uma idéia exata da percepção desse líder em relação aos acontecimentos e do quais relata ser umas das vítimas. Optei ainda por não tecer comentários ao texto, reproduzindo-o como documento. O documento é seguido por uma lista de assinantes compostas por pessoas da comunidade de Taquara.

viatura DOF, o mesmo quem falou que ia buscar o administrador chamou nós perto dele e falou para nós o acordo. Ai então que nós dissemos que o acordo só seria na presença da Polícia Federal e nós ia pegar água e lenha e madeira para fazer barraca e nisso o administrador sai falando que ele ia levar a nossa pedido até o patrão o Sr. Jacinto Honório da Silva Filho, o fazendeiro. Acabando de ele falar isso a polícia DOF foi embora não sabemos se ele foi para Juti ou Caarapó, e nós ficamos naquela tarde, [um pouco antes da Polícia DOF aparecer da fazenda o chefe do núcleo da Funai Sr. Jona Rosa apareceu ali no acampamento com um repórter, e tirou varias fotos e fazendo um pouco escrito, eles ficaram um dez minutos (10 minutos) e disseram que no outro dia eles viriam com a polícia Federal, para fazer o acordo e trazer alimentação e mais lona para nós ali]. Continuamos fazendo a nossa reza, até as 8 h da noite depois ficamos mais barracas por que estava começando chover, e a chuva durou até as 3 horas da madrugada do dia 13 isso na segunda-feira, nós já estávamos cansado de ficar acordado a noite, alguns já estava dormindo e alguns na beira do fogo sentado.

Quando era 3:30 minuto da madrugada nós ouvimos vários ruídos de carro pra nós era muito longe, mas na verdade ele estava vindo com as luzes apagado, já chegando perto onde nós estava, muitos começaram a descer do carro e vinha pelo meio da soja foi ali que um deles começaram já atirar na nossa direção, nisto os carros começaram acender as luzes. Todos soltavam rojão e atirar de revolve e soltar bomba com umas arma na direção (tiro) das nossa barraca só ouvia criança e mulheres chorando de desespero, onde pegaram o primeiro índio Ládio que é o filho do cacique, começaram arrastar de barriga pra cima já depois de tanta espancado por Estevo os outro com malvadeza arrastaram até a camionete Silverado vermelha, e amarraram os pés e a mão na caminhonete. Enquanto isso pegaram o cacique Marcos Veron na outra barraca e começaram a espancar, e dar chute nele até cair no chão, depois de caído no chão ainda cada um dele dava chute no cacique, depois do cacique estava agonizando no chão pela boca. Eu gritava pra ele deixar de bater nele, ele é velho e aposentado, bate em mim se você quer matar ele mate eu, disse o filho do cacique, e ai pegaram ele e arrastaram até perto da caminhonete. E veio o Estevo deu duas porradas na minha cabeça e falava agora chegou a sua vez e tirou eu da caminhonete onde estava amarrado e me

retirou numa distancia de oito ou 10 metro e acenderam mais 4 tocha de fogo, cada um ficava ao meu lado, um ficava próximo do meu corpo quase que eu não agüento e um ficava com um galão me ameaçavam a jogar em mim e um ficou muito perto de mim quase não estava agüentando ali pensei reagir para que eles joga-se logo ni mim, por que eu já me encontrava perdido sem poder fazer nada; pensei no meu pai, ele estava no chão agonizando, ai um dele me deu uma paulada na minha cabeça quando cai no chão e quase me tirou o sentido deu uma escuridão na minha vista depois me arrastaram até a caminhonete e me jogaram dentro, atrás de mim o meu pai, e meu pai o cacique e as minha mãos numa das lateral e a outra no outro lado, ao sair só ouvi dizer pelo radio amador que era pra levar nós até a um barracão perto da eucaliptal ali eu não podia ver mais nada, outra vez a minha vista escureceu. Quando nós ia sendo levado as mulher que eles pegaram subiram na caminhonete e as criança, eu não podia ver nada pra mim que eu estava muito longe ou sonhando, só depois de 40 minuto que foi passando aquela dor e estava consciente voltada ao normal, e 40 minuto depois foi parado da caminhonete e vi que tinha outra caminhonete Toyota o que nós e ali pararam e abriram a parte de traz da caminhonete e foi cortado a corda que estava amarrando meu pai e foi puxado e derrubado no chão ali na estrada e um dele pegava da camisa é colocava o joelho na cintura do cacique enquanto isso vi o meu pai recebendo a ultima coronhada na cabeça e no rosto até a não se mexer mais, onde gritei deixa ele seu covarde, pra que não me mata eu, do que matar um velho aposentado, você vai ver, isso não vai ficar assim. Onde um dele que estava assegurando o meu pai falou, 'fica ai franguinho vai chegar a sua vez'. Depois de largar meu pai, veio e subiu na caminhonete e falou 'agora chegou a sua vez', e arrancou da cintura uma faca tipo peixeira e cortou a corda que estava amarrando a minha mão, e fez eu descer da caminhonete, assegurando atrás da minha cabeça, deitar no chão ao lado do meu pai e colocaram a arma na direção da minha cabeça e outro falava 'mata logo' e ele ficava tremendo ai eu falei 'atira logo não tem coragem' e me deu um chute no meu ombro direito, e saiu correndo e nisso já vinha amanhecendo o dia e saíram em alta velocidade. Levantei o meu pai já não tinha mais pulso, vi morrer na minha frente sem poder fazer nada ainda com vida só o coração batendo, coloquemos ele num caminhão que neste momento ia saindo, nos

largou bem na frente da fazenda do Zé Teixeira, pedimos carona até ao Rio Dourados onde saímos, pois ali estava o meu tio Carlito de Oliveira, o motorista disse que ele ia dar até na entrada da Cristalina, uma vila, ficamos ali uns 10 minutos, veio uma caminhonete D10 branca, pedi carona até ao Rio Dourados e erguemos o cacique, o meu pai, a cerca de 1000 metro já encontrei a nossa Toyota que ia levando mantimento e coloquemos o cacique e levamos direto ao Hospital Evangélico onde acabou chegando sem vida. E os outro patrício que correu do tiroteio só chegaram no outro dia e alguns só chegaram no outro dia e alguns só depois que a Polícia Federal tiveram no local, fazendo a prisão dos assassinos.

Marcos Veron (matram	sem	01
piedade)		02
Odo Paulo		03
Sauta Rodrigues		04
Epifanio Martins Rios		05
Camem Mendes Rios		06
Adelcia Martins		07
Elias Xisto		08
Valdecir Cabalhero		09
Isaque Paulo		10
Madalena Vilhalva		11
Ladio Veron		12
Sirço Vilhala		13
Ernesto Veron		14
Seproana Martins		15
Mario Turbo		16
Valdir Savala		17
Roberto Vilhalva		18
Fermino Martinses		19
Tolina Mendes		20
Juarez Martins Rios		21
Arlete Martins Rios		22
Carlito Paulo		23
Cezar Martins Veron		24
Valdecir Cogo		25
Paulo Cezar Fernandes		26
Joana Benites		27
Guilhermino Benites		28
Nestor Veron		29
Sizete Cabeiro		30
Bonifacio Fernandes		31
Orestina Fernandes		32
Rosalina Isnardes		35
Luiz Xisto Chamoras		36

Jorgina França	37
Zenilda Isnardes	38
Jorgi Fernandes da silva	39
Ricardo Xisto	40
Sergio Paulo	41
Cida Aurora Paulo	42
Antonio Cavalheiro	43
Requina mendes	45
Luzia Rodrigues	46
Carolina	47
Beta Vilhalva	48
Osmar Cavalheiro	49
Tuta de Campo	50
Edson de Campo	51
Sova Benite Veron	52
Joana Soares	53
Claudistone Paulo	54
Ivo Paulo	55
Adelina	56
Ivaldo mariano de Lima	57
Aparecida de Lima	58
Marculino	59
Iolanda Benites	60
Edson Veron	61
Laercio Soares	62
Fernando Gonçalves	64
Gedio-o Veron	63
Isaias Soares Benites	65
Isabel Veron	66
Ponciano Paulo	67
Marta Benites	68
Marines Xisto	69
Cleuson Veron Vasques	70
Rosilaine Veron Vasques	71
Francisco Gonçalves	

Anexo C**Denúncia do Conselho Aty Gwasu Guarani e Kaiowá**

BRASIL-ESTADO MATO GROSSO DO SUL

Denúncia do Conselho Aty Gwasu Guarani e Kaiowa

Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

I - Lideranças ameaçadas de morte, cadastradas em programas de proteção da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Governo Federal do Brasil):

- I.1 – Valdelice Veron;-Terra Indígena Takwara
- I.2 – Ladio Veron;- Terra Indígena Takwara
- I.3 – Elizeu Lopes;-Terra Indígena Kurusu Amba
- I.4-Ernesto Veron -Terra Indígena Takwara
- I.5-Otoniel Ricardo-Terra Indígena Arroyo Kora
- I.6-Tonico Benites-Rio de Janeiro
- I.7-Carlito Oliveira-Terra Indígena Pindo Roky
- I.8-Farid -Terra Indígena Nhanderu Larangeira
- I.9-Jose Almeida -Terra Indígena Nhanderu Larangeira
- I.10-Rosalino Ortiz-Terra Indígena Yvykatu
- I.11-Leila Rocha-Terra Indígena Yvykatu
- I.12-Bento Hara-Rserva Indígena Porto Lindo
- I.13-Genito Gomes-Terra Indígena Gwãigwiry(Guaiviri)
- I.15-Valmir Savala-Terra Indígena Passo Piraju
- I.16-Valmir Gomes- Terra Indígena Gwãigwiry(Guaiviri)
- I.17-Plascida Brites- Terra Indígena Passo Piraju
- I.18-Ambrosio Vilhalva-Terra Indígena Gwyaroka-(cacique já foi assassinado)
- I.19-Papito Vilhalva- Terra Indígena Gwyaroka
- I.20-ver mãe do Denilson de Pindoroky
- I.21-ver pai do Denilson
- I.22-Damiana Cavanha-Terra Indígena Apyka'i
- I.23-Elpidio Pires-Terra Indígena Potrero Guasu
- I.24-Bernardo Vera-Terra Indígena Ypo'i
- I.25-Catalino Vera- Terra Indígena Ypo'i
- I.26-Rodolfo Vera- Terra Indígena Ypo'i
- I.27-Dionizio da Terra Indígena-ArroyKora
- I.28-Dorival Benites-Terra Indígena Sombreiro

II – Lideranças e membros de comunidades desaparecidos:

II.1 – Nisio Gomes

II.2 – Rolindo Vera

II.3 Genivaldo Vera

III – Lideranças executadas e desaparecidos:

- 1 – Marcos Veron;-Terra indígena Takwara
- 2-Jose Veron-Terra Indígena Takwara
- 3-Sergio Veron-Terra Indígena Takwara
- 4-Adelino Paulo-Terra Indígena Takwara
- 5-Antonio Guavira Veron-Terra Indígena Takwara
- 6-Gislaine Veron-Terra Indígena Takwara(criança)
- 7-Robison Verón-Terra Indígena Takwara
- 8-Valmir Verón-Terra Indígena Takwara
- 9 – Xurite Lopes;-Terra Indígena Kurusu Amba
- 10-Ortiz Lopes-Terra Indígena Kurusu Amba
- 11-Osmari Lescano-Terra Indígena Kurusu Amba
- 12-Osvaldo Lopes –Terra Indígena Kurusu Amba
- 13-Teodoro Vera-Terra Indígena Ypo'i
- 14-Mario Vera-Terra Indígena Ypo'i
- 15-Genivaldo Vera-Terra Indígena Ypo'i
- 16-Rolindo Vera-Terra Indígena-Ypo'i
- 17-Gabriel Cavanha-Terra Indígena Apyka'i (criança 4 anos)
- 18-Denilson –Terra Indígena Pindoroky
- 19-Anizio Gomes-Terra Indígena Gwäigwiry(Guaiviri)
- 20 –Ambrosio Vilhalva-Terra Indígena Gwyararoka

3. DADOS DA PARTE PETICIONÁRIA

Conselho Aty Gwasu Kaiowa e Guarani.

Direção postal da parte peticionária: (com indicação de rua ou avenida, número/nome do edifício ou casa, apartamento, cidade, estado, código postal, país):

Telefone da parte peticionária (se possível indique os códigos de área):
55 67-9858-7815-CELULAR

Fax da parte peticionária (se possível indique os códigos de área):

Correio eletrônico da parte peticionária: valdeliceveron@yahoo.com.br

Informação adicional sobre a parte peticionária:

O Conselho Aty Gwasu Kaiowa e Guarani é organização tradicional indígena sem personalidade jurídica. É composto por membros de diversas comunidades do Povo Originário Kaiowa e Guarani. Conforme ata de reunião realizada no dia 13/07/2015 (documento anexo), será representado perante a Comissão por Valdelice Veron.

SEÇÃO II. FATOS DENUNCIADOS

1. ESTADO MEMBRO DA OEA CONTRA O QUAL SE APRESENTA A DENÚNCIA

BRASIL

2. RELATO DOS FATOS

Nós lideranças do Conselho Aty Gwasu Kaiowa e Guarani reunidos no Tekoha Takwara— estado do Mato Grosso do Sul/Brasil, no dia 13 de julho 2015, resolvemos denunciar internacionalmente o Estado brasileiro, pela violação dos direitos originários e imprescritíveis da Nação Kaiowa e Guarani à demarcação e homologação de nossas terras indígenas e das garantias de proteção e posse permanente de nossas terras tradicionais, estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 231 e parágrafos, resultando em graves violações de direitos humanos relativos ao genocídio de nosso Povo representado por centenas de execuções e desaparecimentos forçados, além das inúmeras ameaças de mortes de nossas lideranças.

As ações e omissões do Estado brasileiro também representam violações aos direitos humanos e liberdades fundamentais, além de afronta aos direitos de autodeterminação e autonomia, todos assegurados aos Povos Originários pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no ordenamento jurídico do país pelo Decreto nº 5.051/1994 da Presidência da República, e ao direito de autodeterminação reconhecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Consciente da grave crise humanitária enfrentada há décadas pelo Povo Kaiowa e Guarani no estado do Mato Grosso do Sul, que é a segunda maior população indígena do país, estimada em mais de 40 mil pessoas segundo dados oficiais do Censo IBGE 2010, o Conselho Aty Gwasu denuncia o Estado do Brasil pelos fundamentos de fato e de Direito apresentados abaixo.

1. O Povo Kaiowa e Guarani e as demais Nações Originárias no estado do Mato Grosso do Sul (MS) foram confinados em reservas indígenas pelo Estado brasileiro, no início do século XX. O Serviço de Proteção aos Índios, órgão

indigenista oficial na época, retirou compulsoriamente os Povos Originários dos seus territórios tradicionais e criou oito reservas para o povo Kaiowa e Guarani no MS, entre 1915 e 1928, perfazendo um total de 18.124 hectares¹. Essa política nos despojou de nossas terras ancestrais, retirou a autonomia de nossas formas específicas de organização social e criou conflitos étnicos entre nossos Povos por questões culturais que resultaram do convívio forçado em territórios estranhos e com espaço insuficiente.

Nosso aprisionamento em reservas foi estratégia do Governo Federal para se apropriar das nossas terras indígenas e destinar nossos territórios para grandes projetos de colonização do estado do Mato Grosso do Sul. Em 1943, o presidente da República Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e assentou milhares de famílias de colonos e imigrantes nas terras que foram arrancadas de nós indígenas. A partir de 1978², nossas lideranças iniciaram o movimento de retomada das terras tradicionais pela reocupação física dos nossos territórios que na língua Kaiowa são os *Tekoha* – Terra e Vida, o lugar onde se vive com dignidade.

Desde a década de 1980, solicitamos ao Estado brasileiro o reconhecimento e a demarcação de nossas terras ancestrais. Ainda não encontramos reparação e justiça para garantir a sobrevivência física e cultural do nosso Povo. O chamado Estado Democrático de Direitos não respeita a autodeterminação e a autonomia que conservamos enquanto Nação Originária com 516 anos de resistência à colonização e ao genocídio.

- dos nossos governantes*
2. Denunciamos a omissão do Governo Federal que há 26 anos não cumpre seu dever constitucional de demarcar e homologar as terras indígenas do Povo Kaiowa e Guarani no estado do Mato Grosso do Sul (MS). O Governo não faz o papel da Constituição Federal de 1988 falar e silencia diante do etnocídio e do genocídio do nosso Povo kaiowa e guarani, resultante dos conflitos fundiários promovidos pelos latifundiários e empresas do agronegócio instalados no território tradicional Kaiowa e Guarani. Embora a lei maior do país tenha definido o prazo máximo de cinco anos para a conclusão das demarcações das terras tradicionalmente ocupadas, que se esgotou em 1993, o Poder Executivo não homologou nenhum dos territórios das nossas retomadas.

A omissão é fato que pode ser comprovado nos autos do processo n.º 0003544.61.2010.4.03.6002, que tramita na Justiça Federal de Dourados, ação judicial do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF/MS) contra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – atual órgão indigenista oficial do Estado

¹ As questões territoriais históricas do Povo Kaiowa e Guarani foram documentadas pelo Prof. Dr. Antonio Brand. Dados retirados do artigo "Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS", disponível em: ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus6/TL6_antonio_brand.pdf.

² Idem.

brasileiro. A FUNAI acumula multa de R\$ 2 milhões de reais pelo descumprimento dos compromissos assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF/MS³, assinado em 2007, referente a diligências nos processos administrativos de demarcação de 39 terras tradicionais Kaiowa e Guaraní reivindicadas por estes Povos Originários no estado do MS.

Essa omissão expõe dezenas de milhares de indígenas à situação de refugiados internos, sem a garantia de acesso às mínimas condições de sobrevivência física e cultural, de soberania alimentar, de acesso à água e saneamento básico, de saúde e educação diferenciadas, ou mesmo morrendo sem a proteção do Estado. São centenas de assentamentos precários em todo o estado do MS, com comunidades instaladas nas ocupações das retomadas de territórios ou em acampamentos nas margens de rodovias onde foram despejadas pelas forças públicas de segurança ou por milícias privadas e pistoleiros.

Bebês, crianças, gestantes e idosos estão bebendo água suja, morrendo de diarreia, de fome e de frio embaixo dos barracos de lona, ou sendo atropelados e abandonados como bichos nas estradas. As mulheres, as avós e até as meninas são constantemente agredidas e estupradas. As lideranças das retomadas, também as rezadoras e os rezadores tradicionais, são executados por pistoleiros que agem impunemente no estado, há anos. O Grande Conselho *Aty Guasu* Kaiowa e Guaraní contabiliza a execução de mais de 290 lideranças do nosso Povo, de 2003 até 2013, todas vitimadas em conflitos fundiários. Alguns desses crimes estão registrados nos dados da publicação anual “Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”⁴, do Conselho Indigenista Missionário.

Contudo, segundo o MPF/MS, o caso do cacique Marcos Veron, do *Tekoha Takwara*, foi o único homicídio de indígena no MS levado a julgamento na Justiça⁵. Também se registra o desaparecimento forçado entre as violações de direitos humanos que sofremos. É o caso do cacique Nízio Gomes, assassinado em 18/11/2011 no acampamento da retomada *Tekoha Guaiviry*, com a ocultação do seu cadáver – até hoje a família não pôde fazer o ritual funerário. As investigações do MPF/MS apontam que a execução foi realizada pela empresa denominada GASPEM, que oferecia serviços de segurança privada em

³ O Termo de Ajustamento de Conduta está disponível na página do MPF/MS na internet, no link:

<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/08/TAC%20terras%20indigenas.pdf>

⁴ Os relatórios com os dados de 2003 a 2011 estão disponíveis para download no link:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>.

⁵ Notícia “MPF/MS: Julgamento histórico de morte de indígena acontece dia 21 em São Paulo”,

publicada em 2011, disponível no link: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2011/02/mpf->

<ms-julgamento-historico-de-morte-de-indigena-acontece-dia-21-em-sao->

<paulo/?searchterm=julgamento%20assassinato%20ind%C3%ADgena%20MS>.

propriedades com conflito fundiário⁶. A justiça reconheceu que a GASPEM era uma milícia privada, em 2014, decretando o fechamento de suas sedes no MS e o imediato encerramento de suas atividades, consideradas ilegais⁷.

Esse é o cotidiano do Povo Kaiowa e Guarani no Brasil: violências físicas e psicológicas, despojo de nossas terras tradicionais há um século e assassinato sistemático de nossas lideranças políticas e espirituais nos últimos doze anos.

3. Denunciamos o Congresso Nacional por propor dezenas de projetos de lei e de propostas de emenda constitucional onde querem reduzir ou abolir os direitos territoriais e culturais que nós Povos Originários conquistamos na Constituição Federal vigente, através de participação social nos debates e apresentação de emenda popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Especialmente, repudiamos a iniciativa de desarquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 pelos deputados federais da nova Legislatura e o ato da Presidência da Câmara dos Deputados que cria a Comissão Especial para proferir parecer sobre a proposta⁸, em fevereiro de 2015.

A PEC 215 propõe a transferência do poder de decisão das demarcações de terras indígenas, quilombolas e reservas ambientais do Poder Executivo para o Poder Legislativo, no qual a Bancada de ruralistas (latifundiários) é maioria. Essa bancada é a maior do Congresso Nacional, representando os grupos de interesse que defendem a expansão ilimitada da fronteira agrícola no país para as grandes extensões de monocultivos (etanol) de commodities destinadas à exportação. Nós sabemos que a maioria daqueles que se dizem representantes do povo brasileiro são eleitos com dinheiro de corrupção do financiamento privado de campanha e que muitos desses políticos da Bancada Ruralista são eles próprios latifundiários e empresários que exploram nossas terras no estado Mato Grosso do Sul.

Muitos parlamentares da Bancada Ruralista (Latifundario) discursam no Congresso Nacional afirmando que nós somos índios paraguaios e que estamos

⁶ Notícia "MPF/MS: 19 respondem pelo homicídio do cacique guarani-Kaiowá Nizio Gomes", publicada em 2011, disponível no link: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/11/mpf-ms-19-respondem-por-homicidio-do-cacique-quarani-kaiowa-nizio-gomes/?searchterm=Nizio%20Gomes>.

⁷ Notícia "Sedes de empresa envolvida em morte de indígenas em MS são fechadas", publicada em 2011, disponível no link: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2014/03/sedes-de-empresa-envolvida-em-morte-de-indigenas-em-ms-sao-fechadas/?searchterm=gaspem>.

⁸ Publicação do ato de criação da Comissão Especial da PEC 215/2000 na Câmara dos Deputados disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=7CC1BA565A2194D20A6DB17855DF40FF.proposicoesWeb2?codteor=1304128&filename=Tramitacao-PEC+215/2000.

invadindo as terras produtivas, inclusive incitando os Latifundiários a intensificarem os ataques contra as comunidades das retomadas (explicar que não é verdade). Muitos desses políticos foram também os organizadores do chamado "Leilão da Resistência", realizado em dezembro de 2013 no Mato Grosso do Sul, que arrecadou mais de R\$ 1 milhão de reais, supostamente, para defender "as propriedades rurais" reocupadas por nossas comunidades Kaiowa e Guarani. Repudiamos a apropriação do termo resistência, que é a palavra de ordem do nosso movimento pacífico de retomadas, para um evento privado que pretende seguir financiando o genocídio do nosso povo Kaiowa e Guarani.

Se o Congresso Nacional realmente aprovar a PEC 215, passando a ter a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, isso representará para todos os povos indígenas no Brasil que nunca mais teremos direito aos nossos territórios tradicionais. Será a devastação completa de nossas últimas áreas de mata e a condenação definitiva de nossos filhos e netos a sobreviver como invasores. Comunicamos para a Bancada Ruralista (Latifundiários) que a Resistência Kaiowa e Guarani vai durar até o último indígena vivo e que vamos denunciar cada morte dos guerreiros e guerreiras de nosso Povo que tombam na luta pela terra, sendo caçados e trucidados pelos pistoleiros e milícias dos latifundiários e empresas do agronegócio que promovem o nosso genocídio.

4. Denunciamos o Poder Judiciário pelas decisões do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal que negam os nossos direitos originários sobre as terras tradicionais, em processos judiciais que não nos permitem direito de ampla defesa e negam acesso à justiça. No mundo do não-indígena o que vale é o papel e, como dizem nossas sábias e nossos sábios, o papel aceita tudo. Na nossa cultura oral a palavra é sagrada, ela é a nossa lei. Solicitamos que o Poder Judiciário Federal cumpra a Declaração de Brasília, assinada na XIV Cimeira Judicial Ibero-Americana em 2008, em relação aos compromissos de acesso à justiça pelos grupos vulneráveis.

Não tem se cumprido a garantia de ingresso em juízo pela defesa de nossos direitos e interesses, conforme previsto no artigo 232 da Constituição Federal, sem a participação formal de nossas comunidades e organizações tradicionais nos processos judiciais. Quando somos representados apenas pelo MPF e pela FUNAI, não temos a possibilidade de apresentar provas testemunhais com depoimentos na nossa língua Kaiowa e Guarani. Contra os documentos de propriedade que o Estado emitiu sobre as terras que arrancou de nossos antepassados, nós temos a memória e o relato de nossas avós e nossos avôs para provar que fomos despojados com violência de nossos *Tekoha* (terra tradicionais kaiowa). Nossos depoimentos já foram registrados pela Comissão Nacional da Verdade, com a solicitação de reconhecimento da memória e justiça com reparação histórica.

Quando suas excelências magistrados determinam a reintegração de posse nossos *Tekoha* sagrados pela aplicação da tese do marco temporal, com

referência a ocupação das terras tradicionais em 1988 – ano de promulgação da Constituição Federal –, legitimam o histórico de remoção violenta que sofremos há muitas gerações, tanto por parte do Governo como pelos usurpadores de nossos territórios tradicionais. Não somos doutores em lei, mas nós não entendemos como o Judiciário aceita os títulos de propriedade emitidos sobre nossas terras como prova, se a Constituição determina que são nulos e extintos todos os atos que tenham por objeto o domínio, a posse ou ocupação das terras indígenas.

Comunicamos ao Poder Judiciário Federal que não obedeceremos essas ordens imorais e ilegais de despejo judicial por meio de opressão dos pistoleiros, polícias militar, civil e federal, que nós iremos resistir. Vocês precisam saber que quando os juizes e ministros assinam a ordem de reintegração de posse estão decretando a sentença de morte coletiva do Povo Kaiowa e Guarani. Antes das forças públicas, chegam as milícias dos latifundiários e das empresas do agronegócio que se dizem donos de nossas terras ancestrais. Esses pistoleiros são os piores assassinos, eles vêm para violentar as mulheres, cometem as piores atrocidades e exterminam as nossas lideranças. E quando nossas comunidades são arrancadas das terras e jogadas como lixo nos acampamentos na beira das estradas, nós encontramos o mesmo destino de morte.

5. Na condição de milhares de seres humanos condenados a sobreviver como refugiados em acampamentos e retomadas de terras, cansados de sermos tratados pelo Estado brasileiro como estrangeiros em nosso próprio país e sofrendo há décadas o genocídio de nosso Povo, ecoamos o nosso último clamor por **Terra, Vida, Justiça e Demarcação** imediata de nossas terras indígenas para todas as sociedades e autoridades nacionais e internacionais

3. AUTORIDADES ALEGADAMENTE RESPONSÁVEIS

Identifique a/s pessoa/s ou autoridades que considera responsáveis pelos fatos denunciados e acrescente qualquer informação adicional de por quê considera que o Estado é responsável das violações alegadas.

Por tudo o exposto e diante da impossibilidade dos Poderes da República do Brasil resolverem, efetivamente, a grave crise humanitária do nosso Povo Kaiowa e Guarani, o Conselho Aty Gwasu denuncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos:

- 1) O Governo Federal do Brasil pelo descumprimento da Constituição Federal e dos Tratados Internacionais que garantem o direito de demarcação das terras indígenas e pela omissão na proteção das vidas do Povo Kaiowá e Guarani que está sendo dizimado por um genocídio continuado, crime de lesa-humanidade;

II) O Congresso Nacional pela tentativa de supressão dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, garantidos na Constituição Federal de 1988 e nos Tratados Internacionais de Direitos dos Povos Originários incorporados ao ordenamento jurídico nacional;

III) O Poder Judiciário Federal pela adoção da tese do marco temporal em decisões que determinam a reintegração de posse de terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul e o despejo de comunidades do Povo Kaiowa e Guarani.

As autoridades responsáveis são:

- i) os presidentes dos Poderes Executivo (Sra. Dilma Rousseff), Legislativo (Sr. Renan Calheiros) e Judiciário (Sr. Ricardo Lewandowski);
- ii) o ministro da Justiça (Sr. José Eduardo Cardozo) e o ministro de Estado chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Sr. Pepe Vargas);
- iii) o presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Sr. João Pedro Gonçalves da Costa), o Diretor de Proteção Territorial da FUNAI (Sr. Aluizio Ladeira Azanha)

4. DIREITOS HUMANOS QUE SE ALEGAM VIOLADOS

Mencione os direitos que considera violados. Se possível, especifique os direitos protegidos pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou os demais tratados interamericanos de direitos humanos.

4.1 - DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM:

- *Artigo 1º* - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de suas pessoa;
O POVO KAIOWA E GUARANI NÃO TEM.

- *Artigo 8º* - Toda pessoa tem direito de fixar sua residência no território do Estado de que é nacional, de transitar por ele livremente e de não abandoná-lo senão por sua própria vontade;
O POVO KAIOWA E GUARANI E DESPEJADO ARRANCADOS DE SEUS TERRITORIOS TRADICIONAIS E JOGADOS NA BEIRA DAS ESTRADAS.

- *Artigo 17* - Toda pessoa tem direito a ser reconhecida, seja onde for, como pessoa com direitos e obrigações, e a gozar dos direitos civis fundamentais;
O POVO KAIOWA E GUARANI NÃO E VISTO COMO SER HUMANO.

- *Artigo 18* - Toda pessoa pode recorrer aos tribunais para fazer respeitar os seus direitos. Deve poder contar, outrossim, com processo simples e breve, mediante o qual a

justiça a proteja contra atos de autoridade que violem, em seu prejuízo, qualquer dos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.

O POVO KAIOWA E GUARANI NÃO E OUVIDO E NEM RESPEITADO.

4.II - CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969):

- Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos;
 - Artigo 2º - Dever de adotar disposições de direito interno;
 - Artigo 4º - Direito à vida;
 - Artigo 5º - Direito à integridade pessoal;
 - Artigo 7º - Direito à liberdade pessoal;
 - Artigo 8º - Garantias judiciais;
 - Artigo 17 - Proteção da família;
 - Artigo 22 - Direito de circulação e de residência;
 - Artigo 24 - Igualdade perante a lei;
 - Artigo 25 - Proteção judicial.
- O POVO KAIOWA E GUARANI NÃO TEM NENHUM DIREITO A VIDA DIGNA NO BRASIL.

4.III - CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS:

- Artigo 1º Os Estados Membros nesta Convenção comprometem-se a:
 - a) Não praticar, nem permitir, nem tolerar o desaparecimento forçado de pessoas. Nem mesmo em estado de emergência, exceção ou suspensão de garantias individuais.
 - b) Punir, no âmbito de sua jurisdição, os autores, cúmplices e encobridores do delito do desaparecimento forçado de pessoas, bem como da tentativa de prática do mesmo.
 - c) Cooperar entre si a fim de contribuir para a prevenção, punição e erradicação do desaparecimento forçado de pessoas.
 - d) Tomar as medidas de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de qualquer outra natureza que sejam necessárias para cumprir os compromissos assumidos nesta Convenção.

SEÇÃO III. RECURSOS JUDICIAIS DESTINADOS A RESOLVER OS FATOS DENUNCIADOS

Detalhe as ações tentadas pela presumida vítima ou a parte peticionária ante aos órgãos judiciais. Explique qualquer outro recurso que haja interposto ante outras autoridades nacionais, tais como recursos ante às autoridades administrativas, em caso de haver tentado.

Em caso que não haja sido possível esgotar os recursos internos escolha das opções dadas a continuação a que melhor explique as razões de por quê isto não foi possível:

() as leis internas não asseguram o devido processo legal para a proteção dos direitos que se alegam violados;

(X) não foi permitido o acesso aos recursos internos o foi impossível esgotar-los;

(X) há atraso injustificado em emitir uma decisão final sobre o caso.

Por favor explique as razões:

No caso de assassinatos e desapareções de lideranças indígenas, as forças policiais e autoridades competentes no estado do Mato Grosso do Sul se negam a registrar os boletins de ocorrência e abrir investigações sobre os casos denunciados. A primeira e única execução levada a julgamento foi o caso do assassinato do cacique Marcos Veron, sendo por essa razão um caso histórico conforme indicado pelo Ministério Público Federal⁹. Vale a transcrição de trecho da matéria que demonstra a alegação:

“Transferência do júri

Entre os motivos levantados pelo MPF para pedir a transferência do Tribunal do Júri de Dourados (MS) para a capital paulista estão o poder econômico e a influência social do proprietário da fazenda, Jacinto Honório da Silva Filho. Ele teria negociado com dois índios a mudança de seus depoimentos. Eles assinaram um documento em 2004 mudando a versão que deram ao crime, no dia seguinte ao assassinato, inocentando os seguranças contratados pelo fazendeiro. O fazendeiro teria tentado, inclusive, comprar o depoimento do filho do cacique assassinado, oferecendo-lhe bens materiais em troca da assinatura de um termo de depoimento já redigido.

O MPF citou as manifestações de juiz estadual contra os indígenas e contra o procurador da República do caso. Manifestações na Assembleia Legislativa sul-mato-grossense, condenando os acampamentos indígenas e relativizando a morte das lideranças, bem como opiniões desfavoráveis aos índios em diversos jornais do estado também foram juntadas ao processo, para mostrar que um júri federal realizado em qualquer subseção judiciária do estado teria viés contrário aos índios.

⁹ Matéria disponível em: <http://www.prms.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2011/02/mpf-ms-julgamento-historico-de-morte-de-indigena-acontece-dia-21-em-sao-paulo>.

Este foi o terceiro caso de desaforamento interestadual do Brasil. Os dois primeiros ocorreram no julgamento do ex-deputado federal Hildebrando Pascoal. Dois de seus júris federais foram transferidos de Rio Branco (AC) para Brasília.”

Quanto às demarcações de terras, os processos administrativos duram décadas sem chegar a conclusão e são inviabilizados por recursos judiciais que suspendem os efeitos de atos demarcatórios do poder executivo. As publicações “Tekoha”¹⁰ do MPF demonstram que existem áreas aguardando a demarcação há mais de 30 (trinta anos).

SEÇÃO IV. PROVAS DISPONÍVEIS

1. PROVAS-

Guarani- Kaiowa e a Mdia Brasileira

Muito embora a mdia brasileira hoje se encontre amordaçada pelo poderio econômico do Agronegócio, braço forte nos anúncios e patrocínios dos principais veículos de massa, a dramática situação dos povos Kaiowa vem sendo noticiada, ainda que numa pequena escala, nas emissoras de rdio, televisão e em impressos. Vale ressaltar que em situações de mortes e graves conflitos.

O apoio à causa vem ganhando considerável repercussão na mdia alternativa - blogs, sites - sendo ecoada para o mundo através das Redes Sociais. Na maioria das vezes, nos grandes veículos, ainda somos apenas 'os que invadem', sobretudo na imprensa local do Mato Grosso do Sul.

No Estado a relação entre usineiros, fazendeiros e criadores de gado  de estreita cumplicidade e, por conseguinte, as notícias são parciais e até intimidadoras. No Canal **Youtube**, o mundo pode assistir a declaração de guerra do fazendeiro **Lenço Preto** com o aval da Famasul, entidade representativa dos fazendeiros.

¹⁰ Publicações disponíveis em: http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/04/publicacao_tekoha_final.pdf; http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/MPFMS_tekoha2.pdf/view; <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/?searchterm=Tekoha>; <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-4/?searchterm=Tekoha>.



"Se o Governo quer guerra, vai ter guerra. Se eles podem invadir, então nós também podemos invadir. Não podemos ter medo de índio não. Nós vamos partir pra guerra, e vai ser na semana que vem. Esses índios aí, alguns perigam sobrar", dispara o fazendeiro Luis Carlos da Silva Vieira.

Imagens: Luis Alberto (**Midiamax**).

Assistir no link: <https://www.youtube.com/watch?v=1tvfASuar4M>

Por ocasião do anúncio de morte coletiva, em 2012, o olhar da imprensa voltou-se para nosso povo, gerando comoção nacional e internacional.

Carta sobre 'morte coletiva' de índios gera comoção e incerteza



Ler matéria da **BBC Brasil** no link abaixo:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/10/121024_indigenas_carta_coletiva_jc.shtml

A grande mídia brasileira naquele momento, mesmo que timidamente, procurou conhecer nossa etnia por dois grandes motivos: O conflito pela terra e o alarmante índice de suicídio entre jovens Kaiowa e Guarani. Em entrevista na **TV Estado de S. Paulo**, o cacique Ládio Veron (Aldeia Takwara) falou sobre o pacto dos Guarani-Kaiowa com a natureza, reflorestamento, o principal motivo dos suicídios e o assistencialismo paliativo do governo brasileiro.

"Temos que manter essa cultura viva", diz cacique (Ver Links abaixo:)

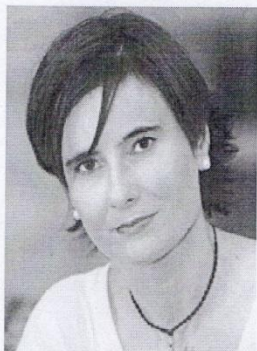
1-<http://tv.estadao.com.br/videos.politica.temos-que-manter-essa-cultura-viva-diz-cacique,210986>



"O que leva ao suicídio é o aperto do lugar", conta cacique

2-<http://tv.estadao.com.br/videos.politica.o-que-leva-ao-suicidio-e-o-aperto-do-lugar-conta-cacique,210594>

A Revista **Época**, em matéria assinada pela renomada e premiada jornalista **Eliane Brum** também vitrinizou a nossa dramática situação.



“Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui”

A declaração de morte coletiva feita por um grupo de Guaranis Caiovás demonstra a incompetência do Estado brasileiro para cumprir a Constituição de 1988 e mostra que somos todos cúmplices de genocídio – uma parte de nós por ação, outra por omissão

Ler no link abaixo:

<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/decretem-nossa-extincao-e-nos-enterrem-aqui.html>

Em esclarecedor Artigo publicado em **O Globo**, o porta voz da Aty Guasu, Dr. Tonico Benites fez uma leitura antropológica da relação dos Kaiowa e Guarani com a terra.

Ler no link abaixo:

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/10/27/antropologo-guarani-kaiowa-analisa-relacao-dos-indios-com-sua-terra-472239.asp>

A **Folha de S. Paulo** publicou uma breve análise da gestão petista no atendimento ao nosso povo com programas sociais paliativos, retratando a reserva de Dourados.

Fabiano Maisonnave: O muro de Dourados

Ler link <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/11/1552177-fabiano-maisonnave-o-muro-de-dourados.shtml>

Na mídia alternativa temos tido um apoio que vem aumentando com a divulgação dos sites nas Redes Sociais, assim como de portais de ONGs e do Cimi.

Lembrando Marcos Veron após 10 anos

Survival Internacional <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/8951>

Começou ontem julgamento dos acusados pelo assassinato de Marcos Veron

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5318>

Lamentavelmente, em nosso Estado, a imprensa é bastante atrelada ao agronegócio com patrocínio da Bolsa de Cotações de produtos agrícolas.

Ver link do Jornal

O Progresso: http://www.ejornais.com.br/jornal_o_progresso.html

Grandes jornais, como **O Globo**, ainda insistem em não esclarecer a diferença entre invasão (ocupação) das retomadas dos territórios tradicionais Guarani-Kaiowa. Na matéria abaixo a atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu, participou do Leilão - nos desrespeitando já ao usar o termo Resistência (nós indígenas que somos a Resistência) -, numa demonstração da estreita relação do staff do governo Dilma Rousseff com o agronegócio.



'Leilão da Resistência' arrecada R\$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul

Ler matéria no link <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>



O líder Guarani-Kaiowa Elizeu Lopes (Aty Guasu) esteve no dia 09 passado, na Bolívia, com o Papa Francisco. O que seria notícia nacional e internacional teve no Brasil cobertura dos sites alternativos. A grande imprensa não noticiou histórico encontro em ocasião quando o Sumo Pontífice pediu perdão aos indígenas da América do Sul.

De Marçal Tupã-Y a Elizeu Guarani e Kaiowá: mais uma

vez, os povos indígenas pedem apoio ao papa

Ler: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8207&action=read



Seis ações de despejo podem ser executadas a qualquer momento e, mais uma vez, nosso povo está na iminência de mais um conflito. O juiz federal substituto Fabio Kaiut Nunes

autorizou o despejo do tekoha da cacique Damiana e mais cinco comunidades no Mato Grosso do Sul. Ler Links abaixo:

1-<http://odescortinardaamazonia.blogspot.com.br/2015/07/assim-caminha-pequena-grande-dama-kaiowa.html>

2-<http://odescortinardaamazonia.blogspot.com.br/2015/07/lideres-guarani-kaiowa-se-solidarizam.html>

Assinatura dos membros do Conselho Aty Gwasu:

Valdelice Veron-Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa Guarani(Aty Guasu)

Nhandesy Julia Cavaleira Veron --Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa Guarani(Aty Guasu)

Ernesto Veron-Cacique e Nhanderu

Sergio Paulo-Nhanderu

Gladstone Paulo- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa Guarani(Aty Guasu)

Natanael Vilhalva Caceres-Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa Guarani(Aty Guasu)

Eliseu Lopes- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Elpidio Pires- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa w Guarani(Aty Guasu)

Rosalino Ortiz- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa w Guarani(Aty Guasu)

Chatali Graiato- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Bernardo Vera- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Catalino Vera- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Rodolfo Vera -Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Leila Rocha- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

Nhandesy Carmen Cavaleira Rios- Conselho da Grande Assembleia dos povos Kaiowa e Guarani(Aty Guasu)

ANEXO D**RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E
DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA- MS**

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TAQUARA-MS

Referência: Processo FUNAI/BSB/2053/05. Terra Indígena Taquara. Localização: Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul. Superfície: 9.700 ha. Perímetro: 50 Km. Sociedade indígena: Kaiowá. Família linguística: Tupi Guarani. População: 162 pessoas (dados FUNASA –DISE/MS – 2005). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 1.176/PRES, de 23 de dezembro de 1999; e estudos complementares de identificação e delimitação determinados pela Portaria nº 140/PRES, de 28 de Janeiro de 2005, a qual designou Levi Marques Pereira como antropólogo coordenador, em substituição a Themis Quezado de Magalhães.

ESCLARECIMENTOS: Os estudos de identificação foram iniciados pela Portaria nº 1.176/PRES, de 23 de dezembro de 1999. O relatório parcial resultante desses estudos foi aprovado e seu conteúdo plenamente acatado pela FUNAI. Contudo, em razão de sua aposentadoria, a antropóloga coordenadora foi destituída pela Portaria nº 1.543/PRES, de 7 de dezembro de 2004. Na sequência, foi designado o antropólogo Levi Marques Pereira como coordenador do GT, conforme Portaria nº 140/PRES/05, o qual apresentou relatório conclusivo incorporando plenamente o relatório parcial já citado.

I - DADOS GERAIS: Os Kaiowá são um povo do tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, os Nandeva e os Mby'a. A literatura costuma designar estes três subgrupos como Guarani. Estudos comparativos revelam que esses subgrupos apresentam significativas similaridades do ponto de vista linguístico, da organização social e do sistema religioso, embora as particularidades nas formas de expressões culturais de cada subgrupo sejam apropriadas como signo de especificidade étnica. Os Kaiowá ocupam, atualmente, pequenas aldeias situadas em uma faixa de terra de cerca de 150 quilômetros de cada lado da linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, onde são denominados Pãi Tavyterã. Para os Kaiowá a faixa de terra acima descrita compõe o território historicamente ocupado pelo grupo e é por eles denominado de tetã. A população guarani (Kaiowá e Nandeva) em MS está distribuída em mais de 20 terras indígenas e alguns locais recentemente reocupados, ainda em fase de reconhecimento por parte do governo sendo estimada em torno de 30 mil pessoas.

Estudos históricos atestam que o mundo colonial toma conhecimento dos atuais Kaiowá por ocasião da execução do tratado de Madri em 1750-60. Naquele momento, os Kaiowá já se encontram no território que hoje ocupam e são identificados como índios "infieis" e culturalmente "bárbaros" pois, refugiados nas matas altas de difícil acesso, haviam em grande medida ficado fora do processo de cristianização desenvolvido pelos jesuítas e do contato direto com os colonizadores. O território tradicional kaiowá estendia-se ao norte até as bacias dos rios Apa e Dourados, sendo que ao sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do Jejui, abrangendo uma extensão aproximada de 40 mil quilômetros quadrados. Antes da ocupação colonial, as aldeias kaiowá estavam radicadas em diversos pontos desse imenso território e eram interligadas entre si, por redes de caminhos, que conectavam um número variável de aldeias por meio de alianças parentais, políticas e religiosas. Assim, a terra pretendida pela comunidade de Taquara está localizada no interior do amplo território tradicional ocupado pelos Kaiowá antes do período colonial.

A compreensão da distribuição espacial dos Kaiowá pelo seu território tradicional exige que se considere a forma de organização das unidades sociológicas características dessa sociedade. Os Kaiowá vivem organizados em parentelas *-te'yi*. Essa unidade pode ser descrita como: a) um grupo de residência, já que ocupa uma parte das terras de uma aldeia *-tekoha* e detém uma noção clara da porção de terra que ocupa; b) um grupo de atuação econômica, pois no seu interior se desenvolve intenso intercâmbio de bens e serviços, dentro dos princípios que regem a economia de reciprocidade kaiowá; c) um grupo de atuação política, pois é a base do sistema de representação

por intermédio do cabeça de parentela *-hi'u/tamõĩ*, que reúne seus descendentes e aliados pelo carisma, representa-os e por eles fala nas reuniões gerais (*aty*), as quais reúnem os representantes de todas as parentelas *-te'yi* que dividem uma mesma aldeia. O estudo de identificação registrou a existência de várias parentelas originárias de Taquara e seus respectivos líderes, tanto no período anterior à remoção da comunidade na década de 1950, como a partir da década de 1990, quando a comunidade se reestrutura como unidade política para reocupar a terra. A maioria das pessoas com mais de cinquenta anos que compõe a comunidade atual de Taquara nasceram no local reivindicado e guardam uma viva memória da ocupação dessa terra e da vida comunitária que aí desenvolviam antes da remoção perpetrada pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

A noção de *tekoha* é adotada na maioria dos trabalhos recentes sobre os Kaiowá para designar a aldeia, composta por um número variável de parentelas relacionadas, sendo comum variar entre 3 e 5. Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko* - sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowá - e *ha*, que, como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha*, deve ser apreendida como uma categoria nativa polissêmica central no sistema cultural kaiowá e que, nas circunstâncias históricas atuais, é expressa fundamentalmente como o lugar (território), no qual uma comunidade kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (cultura). A compreensão do sentido atribuído pelas comunidades kaiowá atuais ao *tekoha* deve levar em consideração as transformações históricas ocorridas a partir da segunda metade do século passado, quando a falta de terras se tornou, para a maioria das comunidades kaiowá, entrave para a reprodução do sistema social kaiowá. Assim, várias comunidades, como é o caso de Taquara, passam a se organizar politicamente para reaver o espaço físico de seu antigo *tekoha*. Nesse contexto de articulação política para reocupar a terra onde viviam, o termo expressa o conteúdo semântico de território. Para além do espaço físico imprescindível à existência de um *tekoha*, sua constituição implica ainda na reunião e cooperação entre várias parentelas *-te'yi*. Nesse sentido, o relatório descreve também a maneira como as parentelas que compõem o *tekoha* de Taquara estão mobilizadas com o intuito de recompor suas formas de sociabilidade, uma vez que foram dispersas por várias localidades. A mobilização política que ocorre em Taquara acontece simultaneamente em comunidades vizinhas igualmente constituídas como *tekoha*, como é o caso de *Jarará* e *Guyraroká*, comunidades com as quais Taquara desenvolve, desde período anterior à remoção, intenso intercâmbio matrimonial, político e religioso. As alianças entre essas três comunidades se projetam para período anterior à colonização, constituindo um conjunto de comunidades irmanadas, denominado de *tekoha guasu* ou *tekoha pavém*.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE: A distribuição das parentelas kaiowá em Taquara antes da remoção da comunidade evidencia que a ocupação territorial seguia a moldura da organização social. A terra delimitada observa essa moldura, incluindo os locais de antigas moradias, os espaços ocupados para o desenvolvimento de práticas produtivas e acidentes geográficos que se constituem em referências míticas importantes para os Kaiowá. Evidentemente, muitos locais que antigamente eram utilizados como locais de caça, pesca, coleta e mesmo moradia ficaram fora do perímetro delimitado. Isto foi feito com base na legislação atual e contou com a anuência dos índios que reconhecem que a ocupação agropecuária da região inviabiliza política e economicamente a demarcação da Terra Indígena com as dimensões ocupadas no passado. A despeito dessas perdas, consideram que a terra é suficiente para a reprodução de seu modo de vida tradicional, manifestando a intenção de que seja implementado pelo governo um plano de recuperação ambiental e de manejo de recursos, já que restam poucas áreas de vegetação nativa. Os dados levantados junto aos índios e nas fontes documentais acostadas ao relatório dão conta da concentração expressiva de população Kaiowá residindo na terra reivindicada em caráter permanente até o início da década de 1950. Nesse período, ocupavam a península formada pelos rios São Domingos e Taquara. A partir de 1951 as pressões do administrador da Companhia Mate

Laranjeiras, que já havia requerido a compra da área junto ao então estado de Mato Grosso, força várias famílias a deixarem o local. É o próprio Serviço de Proteção ao Índio que, em 1953, retira as famílias que ainda resistiam às pressões, transferindo-as à força para a reserva de Caarapó. Inconformadas com essa situação, algumas famílias retornam para o local em 1954, sendo novamente impedidas de permanecerem na terra pelo órgão indigenista oficial e por pressões dos detentores de título da terra. Todos esses fatos registrados em documentos oficiais do SPI foram amplamente discutidos ao longo do relatório. No centro da terra de Taquara existia, no passado, um centro religioso importante para vários outros núcleos kaiowá, que ocupavam terras não muito distantes, sendo que entre esses diversos núcleos de povoamento existia um constante intercâmbio matrimonial e religioso. Entre essas localidades podemos destacar as comunidades de Lechucha, Matula, São Lucas, Yrykuty, Guyraroká, Pa'i Kue, Ñu Guasu ou Yvytu, Te'yi Kue, entre outras.

A população de Taquara tende a ser bem maior do que as 162 pessoas que vivem atualmente no acampamento, tendo em vista que muitos moradores oriundos do local, mas que vivem atualmente nas reservas de Caarapó, Dourados e Amambai, assim como em periferias de cidades da região sul de MS, estão dispostos a se mudarem para Taquara tão logo a terra seja regularizada. A recomposição dessa população terá como base a atualização das formas de sociabilidade que unem as diversas parentelas que ocupavam Taquara até o início da década de 1950.

Chama atenção o fato de que os locais de antiga moradia apresentam características semelhantes: a) estão próximos a minas d'água potável, sempre limpa e fresca. Acreditam que a água extraída de minas d'água (ayvu) é a mais apropriada para consumo humano; b) o local da casa, embora próximo à água, situa-se sempre numa elevação do terreno, alguns metros acima do curso d'água e com topografia com inclinação suficiente para garantir um bom escoamento da água das chuvas; c) ficam a pouca distância de terras férteis, próprias para o cultivo de milho, que juntamente com a mandioca, constituem a base da alimentação de origem vegetal; d) em boa parte dos casos, a casa fica a pouca distância de região de transição entre formações florestais distintas: mata ciliar, mata e cerrado. Isto permite explorar recursos vegetais e animais próprios a cada um desses tipos de vegetação. Todas estas observações estão em consonância com as características observadas quanto à localização de sítios arqueológicos ocupados pela população kaiowá (e guarani em geral), antes do período colonial.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS: tradicionalmente, os Kaiowá são agricultores de floresta tropical, praticando a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta como atividades subsidiárias. O desenvolvimento de atividades produtivas está diretamente conectado com a organização social. O calendário econômico anual também está intrinsecamente relacionado ao calendário das festas e rituais religiosos. Além do milho e da mandioca, cultivam amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, mbakuku (uma espécie de tubérculo), e algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana. Cultivam também algumas espécies não comestíveis como o urucum, o fumo e o algodão.

Os Kaiowá Taquara demonstram grande capacidade inventiva no sentido de seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional a despeito das condições ambientais adversas. No período em que viveu fora da terra, boa parte das famílias sobreviveu trabalhando nas fazendas e sítios da região e, dessa forma, conseguiram manter um constante trânsito pelo território o que lhes facultava acesso continuado aos locais de caça e coleta. No acampamento em que vivem atualmente o espaço é aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada; mesmo assim, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. No acampamento existiam vários restos de carcaças de animais caçados.

Nas condições históricas atuais o trabalho nas fazendas, a venda de produtos agrícolas e o acesso aos programas sociais do governo e aposentadorias rurais proporcionam o suprimento precário dos bens industrializados dos quais se tornaram dependentes. Paralelamente a esta inserção na economia

Laranjeiras, que já havia requerido a compra da área junto ao então estado de Mato Grosso, força várias famílias a deixarem o local. É o próprio Serviço de Proteção ao Índio que, em 1953, retira as famílias que ainda resistiam às pressões, transferindo-as à força para a reserva de Caarapó. Inconformadas com essa situação, algumas famílias retornam para o local em 1954, sendo novamente impedidas de permanecerem na terra pelo órgão indigenista oficial e por pressões dos detentores de título da terra. Todos esses fatos registrados em documentos oficiais do SPI foram amplamente discutidos ao longo do relatório. No centro da terra de Taquara existia, no passado, um centro religioso importante para vários outros núcleos kaiowá, que ocupavam terras não muito distantes, sendo que entre esses diversos núcleos de povoamento existia um constante intercâmbio matrimonial e religioso. Entre essas localidades podemos destacar as comunidades de Lechucha, Matula, São Lucas, Yrykuty, Guyraroká, Pa'i Kue, Ñu Guasu ou Yvytu, Te'yi Kue, entre outras.

A população de Taquara tende a ser bem maior do que as 162 pessoas que vivem atualmente no acampamento, tendo em vista que muitos moradores oriundos do local, mas que vivem atualmente nas reservas de Caarapó, Dourados e Amambai, assim como em periferias de cidades da região sul de MS, estão dispostos a se mudarem para Taquara tão logo a terra seja regularizada. A recomposição dessa população terá como base a atualização das formas de sociabilidade que unem as diversas parentelas que ocupavam Taquara até o início da década de 1950.

Chama atenção o fato de que os locais de antiga moradia apresentam características semelhantes: a) estão próximos a minas d'água potável, sempre limpa e fresca. Acreditam que a água extraída de minas d'água (ayvu) é a mais apropriada para consumo humano; b) o local da casa, embora próximo à água, situa-se sempre numa elevação do terreno, alguns metros acima do curso d'água e com topografia com inclinação suficiente para garantir um bom escoamento da água das chuvas; c) ficam a pouca distância de terras férteis, próprias para o cultivo de milho, que juntamente com a mandioca, constituem a base da alimentação de origem vegetal; d) em boa parte dos casos, a casa fica a pouca distância de região de transição entre formações florestais distintas: mata ciliar, mata e cerrado. Isto permite explorar recursos vegetais e animais próprios a cada um desses tipos de vegetação. Todas estas observações estão em consonância com as características observadas quanto à localização de sítios arqueológicos ocupados pela população kaiowá (e guarani em geral), antes do período colonial.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS: tradicionalmente, os Kaiowá são agricultores de floresta tropical, praticando a caça como principal fonte de proteína, e a pesca e a coleta como atividades subsidiárias. O desenvolvimento de atividades produtivas está diretamente conectado com a organização social. O calendário econômico anual também está intrinsecamente relacionado ao calendário das festas e rituais religiosos. Além do milho e da mandioca, cultivam amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, mbakuku (uma espécie de tubérculo), e algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana. Cultivam também algumas espécies não comestíveis como o urucum, o fumo e o algodão.

Os Kaiowá Taquara demonstram grande capacidade inventiva no sentido de seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional a despeito das condições ambientais adversas. No período em que viveu fora da terra, boa parte das famílias sobreviveu trabalhando nas fazendas e sítios da região e, dessa forma, conseguiram manter um constante trânsito pelo território o que lhes facultava acesso continuado aos locais de caça e coleta. No acampamento em que vivem atualmente o espaço é aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada; mesmo assim, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. No acampamento existiam vários restos de carcaças de animais caçados.

Nas condições históricas atuais o trabalho nas fazendas, a venda de produtos agrícolas e o acesso aos programas sociais do governo e aposentadorias rurais proporcionam o suprimento precário dos bens industrializados dos quais se tornaram dependentes. Paralelamente a esta inserção na economia

regional, sempre que as condições são propícias, os Kaiowá seguem praticando sua agricultura tradicional, a caça, a pesca e a coleta, atividades que colocam em operação as formas próprias de reciprocidade do grupo, baseadas em relações de parentesco e aliança. Independente do baixo rendimento econômico essas atividades cumprem funções rituais fundamentais na vida de qualquer indivíduo, pois estão diretamente relacionadas aos processos de construção social da pessoa.

A maior parte do solo em Taquara é considerado de alta fertilidade agrícola. Originalmente a região era coberta por floresta tropical bastante densa, com madeiras de lei como peroba, cedro, angelim, aroeira e ipê, com características muito semelhantes às da mata atlântica, só que menos úmida, principalmente durante o período de inverno (junho a agosto). Apresenta em menor proporção áreas de cerrado alto (cerradão) e cerrado, com solos mais arenosos e ácidos. Os Kaiowá dão grande importância às matas ciliares, pois as consideram locais de concentração de muitos recursos animais e vegetais. Em conjunto, esses quatro tipos de formação florestal proporcionavam recursos variados em termos de alimentos, remédios e matéria-prima para artefatos rituais.

IV - MEIO AMBIENTE: Os Kaiowá conhecem e fazem uso, de acordo com seus saberes tradicionais, dos recursos de fauna e flora presentes no ambiente. Mencionam e classificam em sua própria língua um grande número de animais e plantas, especificando suas características estéticas, propriedades farmacológicas e formas de usos práticos e rituais. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal, e são imprescindíveis para a subsistência e a reprodução física e cultural do grupo. O levantamento ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas.

O conhecimento da toponímia da terra de Taquara revela a profunda familiaridade dos Kaiowá com o local, identificando e nomeando locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o sistema de conhecimento e nomenclatura do território tem uma relação direta com a histórica dessa comunidade kaiowá e suas formas de representação simbólica.

Os recursos presentes no ambiente, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos e costumes tradicionais. Com a aplicação de um plano de manejo adequado, as poucas áreas remanescentes de vegetação nativa podem servir ainda como banco de sementes para a extensão da cobertura vegetal.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL: Os locais de moradia, distribuídos no interior da península formada pelos rios Taquara e São Domingos, mas especificamente nas proximidades de seus pequenos afluentes e cabeceiras, correspondem também aos locais de cemitérios, já que segundo o costume kaiowá, os mortos são enterrados próximo ao local onde viviam. Não existiam cemitérios com um grande número de sepulturas, pois os Kaiowá tinham o costume de mudar a localização da casa (a nova casa poderia ser construída a apenas algumas dezenas ou centenas de metros da antiga), sempre que morria uma pessoa de maior prestígio. Desmatamento, queimadas e o cultivo mecanizado da terra por cerca de quatro décadas, eliminaram os vestígios que permitiriam a localização das sepulturas e a identificação das antigas casas.

O modelo de ocupação historicamente desenvolvido pelos Kaiowá em Taquara é perfeitamente compatível com as condições ambientais aí presentes antes do desmatamento e com a sua organização social tradicional, constituindo uma evidência concreta de que a comunidade estava fixada nessa região muito antes da ocupação agropecuária. Isto também é referendado pela sedimentação de um *corpus* de crenças, tradições e relatos míticos que remetem a características e recursos presentes no meio natural, com o qual os Kaiowá demonstram ter uma relação íntima e prolongada. Assim, não resta dúvida que o retorno da comunidade de Taquara para sua terra original representa, para as parentelas que compõem esse *tekoha*, a tentativa de reaproximação com as divindades, já que, segundo entendem, as rezas poderão novamente ser praticadas no local. Representa também a tentativa de recompor relações de sociabilidade necessárias à reprodução de

seu sistema social que, segundo apontam, se tornaram inviáveis dentro das reservas demarcadas devido a problemas de superpopulação com a superposição da população de várias comunidades.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: O GT realizou a identificação e censo dos ocupantes não índios, bem como vistoria, análise e descrição das benfeitorias na única ocupação que incide sobre a terra identificada, a Fazenda Brasília do Sul, com 9.752,55 hectares. O levantamento da cadeia dominial da propriedade identifica a origem e a qualificação do título de propriedade do imóvel. A terra foi titulada no final da década de 1920, quando foi requerida por compra junto ao Governo do Estado de Mato Grosso por um administrador da Companhia Mate Laranjeiras. O Estado vendeu a terra para esse particular sem antes se certificar da ocupação indígena; assim, nesse primeiro momento o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas sobre a área e, em 1953, perpetrou a ação ilegal de transferência da comunidade para a reserva de Caarapó. Mesmo a terra estando legalizada em nome de terceiro, já em 1928, a comunidade de Taquara permaneceu no local até 1953, pois o primeiro proprietário não ocupou efetivamente a terra, já que objetivava apenas a exploração imobiliária. A remoção da comunidade de Taquara só aconteceu em 1953, quando o proprietário tinha a intenção de vendê-la e necessitava apresentar a terra livre da presença indígena. Os dados completos do levantamento no Processo nº 1.707/2001

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: Os dados apresentados e analisados no relatório circunstanciado permitem afirmar sem nenhuma dúvida que a região denominada de Taquara pelos Kaiowá é terra indígena tradicionalmente ocupada por um conjunto de parentelas desse grupo étnico. Esta ocupação é anterior à venda e titulação da terra para particular. Portanto, é medida justa, legal e legítima a sua identificação, delimitação e posterior demarcação como Terra Indígena. Muitas gerações de Kaiowá aí viveram antes que as frentes de ocupação para extração de erva mate, criação de gado e prática de agricultura adentrassem na região.

A análise e comparação das histórias de vida e narrativas dos Kaiowá revelaram coesão e uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de pessoas que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de uma série de procedimentos metodológicos de trabalho de campo em antropologia, evidenciando considerável capacidade dos Kaiowá em memorizar a geografia de seu território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito oralmente antes da visita à terra identificada.

Os dados apresentados no relatório autorizam afirmar que Taquara se enquadra no conceito de terra indígena tradicionalmente ocupada, segundo o estabelecido na Constituição Federal no parágrafo 1º do artigo 231, onde se afirma que: "São terras tradicionais ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Poderia se objetar que as famílias de Kaiowá da comunidade de Taquara estão fora da terra há mais de quatro décadas, mas, conforme foi amplamente demonstrado no relatório, a comunidade foi compulsoriamente removida de sua terra por pressões que recebeu do administrador da Companhia Mate Laranjeira e pela ação de transferência perpetrada pelo Chefe de Posto da reserva de Caarapó, Pantaleão Barbosa, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, conforme ele próprio registrou em relatório aos seus superiores. A interrupção da posse da terra desarticulou a efervescência da vida comunitária desse *tekoha* kaiowá, mas mesmo assim muitas famílias permaneceram escondidas na mata ou trabalhando como peões para os fazendeiros no próprio local ou em suas proximidades. Essa estratégia de permanência na terra foi praticada até meados da década de 1960, quando as últimas famílias foram obrigadas a deixar o local devido ao desmatamento e plantio de pastagens. Os Kaiowá mais idosos que sofreram o processo de remoção, afirmam que não havia, no período, instituições às quais pudessem recorrer para assegurar seus direitos, pois existia um consenso na

seu sistema social que, segundo apontam, se tornaram inviáveis dentro das reservas demarcadas devido a problemas de superpopulação com a superposição da população de várias comunidades.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: O GT realizou a identificação e censo dos ocupantes não índios, bem como vistoria, análise e descrição das benfeitorias na única ocupação que incide sobre a terra identificada, a Fazenda Brasília do Sul, com 9.752,55 hectares. O levantamento da cadeia dominial da propriedade identifica a origem e a qualificação do título de propriedade do imóvel. A terra foi titulada no final da década de 1920, quando foi requerida por compra junto ao Governo do Estado de Mato Grosso por um administrador da Companhia Mate Laranjeiras. O Estado vendeu a terra para esse particular sem antes se certificar da ocupação indígena; assim, nesse primeiro momento o SPI se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas sobre a área e, em 1953, perpetrou a ação ilegal de transferência da comunidade para a reserva de Caarapó. Mesmo a terra estando legalizada em nome de terceiro, já em 1928, a comunidade de Taquara permaneceu no local até 1953, pois o primeiro proprietário não ocupou efetivamente a terra, já que objetivava apenas a exploração imobiliária. A remoção da comunidade de Taquara só aconteceu em 1953, quando o proprietário tinha a intenção de vendê-la e necessitava apresentar a terra livre da presença indígena. Os dados completos do levantamento no Processo nº 1.707/2001

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: Os dados apresentados e analisados no relatório circunstanciado permitem afirmar sem nenhuma dúvida que a região denominada de Taquara pelos Kaiowá é terra indígena tradicionalmente ocupada por um conjunto de parentelas desse grupo étnico. Esta ocupação é anterior à venda e titulação da terra para particular. Portanto, é medida justa, legal e legítima a sua identificação, delimitação e posterior demarcação como Terra Indígena. Muitas gerações de Kaiowá aí viveram antes que as frentes de ocupação para extração de erva mate, criação de gado e prática de agricultura adentrassem na região.

A análise e comparação das histórias de vida e narrativas dos Kaiowá revelaram coesão e uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de pessoas que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de uma série de procedimentos metodológicos de trabalho de campo em antropologia, evidenciando considerável capacidade dos Kaiowá em memorizar a geografia de seu território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito oralmente antes da visita à terra identificada.

Os dados apresentados no relatório autorizam afirmar que Taquara se enquadra no conceito de terra indígena tradicionalmente ocupada, segundo o estabelecido na Constituição Federal no parágrafo 1º do artigo 231, onde se afirma que: "São terras tradicionais ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Poderia se objetar que as famílias de Kaiowá da comunidade de Taquara estão fora da terra há mais de quatro décadas, mas, conforme foi amplamente demonstrado no relatório, a comunidade foi compulsoriamente removida de sua terra por pressões que recebeu do administrador da Companhia Mate Laranjeira e pela ação de transferência perpetrada pelo Chefe de Posto da reserva de Caarapó, Pantaleão Barbosa, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, conforme ele próprio registrou em relatório aos seus superiores. A interrupção da posse da terra desarticulou a efervescência da vida comunitária desse *tekoha* kaiowá, mas mesmo assim muitas famílias permaneceram escondidas na mata ou trabalhando como peões para os fazendeiros no próprio local ou em suas proximidades. Essa estratégia de permanência na terra foi praticada até meados da década de 1960, quando as últimas famílias foram obrigadas a deixar o local devido ao desmatamento e plantio de pastagens. Os Kaiowá mais idosos que sofreram o processo de remoção, afirmam que não havia, no período, instituições às quais pudessem recorrer para assegurar seus direitos, pois existia um consenso na

região (inclusive entre os agentes do SPI) que todos os índios deveriam se recolher às reservas demarcadas.

A cobertura vegetal e a fauna sofreram o forte impacto da ocupação agropecuária. Os Kaiowá encaram essas alterações no ambiente como “mais um prejuízo” que terão de enfrentar e acreditam que, se os brancos forem retirados e eles retornarem para seu antigo lugar, “os rezadores [xamãs] vão rezar para o mato crescer e para trazer os bichos de volta”. Por outro lado, nas décadas de perambulação pelas reservas demarcadas ou de trabalho em fazendas da região, aprenderam a lidar com novas técnicas produtivas que poderão ser implementadas por eles próprios na terra que reivindicam, pois muitas dessas técnicas fazem parte de sua cultura atual.

Assim, o relatório evidencia que, antes da remoção, os Kaiowá ocupavam em caráter permanente toda a terra identificada e delimitada no presente relatório, segundo suas formas tradicionais de residência ao longo das nascentes d’água no interior da península dos rios São Domingos e Taquara, onde desenvolviam atividades de subsistência (roça, caça, pesca e coleta) e rituais, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Por fim, o estudo antropológico constatou entre os Kaiowá de Taquara a existência de relações de parentesco e outras práticas de sociabilidade que, de um ponto de vista da lógica da organização do sistema social, explicitam a existência de formas organizacionais típicas dessa configuração cultural. Portanto foi possível atestar: a) a identidade do grupo enquanto comunidade kaiowá estruturada segundo os usos e costumes tradicionais; b) a permanência cultural já que insistem em manter seu modo de ser tradicional e a reivindicação da demarcação da terra cumpre justamente a exigência de reaverem o espaço físico antes ocupado pela comunidade e considerado imprescindível para continuar realizando suas práticas culturais; c) a presença tradicional da comunidade de Taquara na terra em questão, da qual foi removida por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, que paradoxalmente produziram farta documentação sobre a presença indígena no local e sobre as ações ilegais que perpetraram para sua remoção.

Brasília, DF 01 de dezembro de 2005

Levi Marques Pereira
Antropólogo-coordenador
Portaria nº /PRES/05

ANEXO E –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Por meio deste termo, eu, Maria de Fátima Nascimento Urruth, identidade nº 3080575214 SJS/RS, CPF 972.108.380.15. Residente e domiciliada à Rua Gonçalves Chaves, 3063, apt. 403 A- Centro Pelotas, RS, convido a comunidade da Terra Indígena Taquara, dos Povos Kaiowá e Guaraní, município de Juti-MS, a tomar parte como coautor na pesquisa :**“Terra, Vida, Justiça e Demarcação”: Mulheres Kaiowá e a luta pela Terra Indígena Taquara no Mato Grosso do Sul**”, sob a orientação da Profª Dr Jorge Eremites de Oliveira, professor titular junto ao Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGAnt/UFPel). O estudo tem por objetivo: analisar a luta das mulheres Kaiowá pela terra indígena Taquara; de modo a contribuir com a visibilidade de casos de conflitos que acontecem contra os povos indígenas no MS. A participação não é obrigatória. A qualquer momento, a comunidade ou um de seus membros pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A participação do/as interlocutores não é remunerada e nem implicará em gastos para o/as participantes. A participação da comunidade na pesquisa consistirá em compartilhar as narrações testemunhais das violências do povo, que acontecem deste o século XX vem suportando ao longo, percorrendo sobre suas formas de resistência física, psicológica e espiritual que avalizam luta pelos direitos ancestrais a terra indígena Taquara. Tais narrativas serão informadas por lideranças indígenas que falem em nome do seu povo, por gravação dos depoimentos, em seus próprios *Tekoha*. Os dados alcançados por meio desta pesquisa não serão divulgados em nível individual em redes sociais, visando assegurar a segurança e a integridade física e simbólica da comunidade, sempre respeitando seus ritos, sua ética, seus costumes, suas crenças, seus posicionamentos, nunca divulgando imagens, falas da comunidade sem prévio consentimento. A pesquisadora se compromete a tornar públicos apenas nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada, com os devidos créditos dos saberes e modos de fazer informados pela comunidade. Caso a comunidade concorde em participar desta pesquisa, solicitamos a assinatura de pelo menos cinco lideranças. Seguem os telefones e o endereço para correspondência postal do pesquisador responsável: *Kuawá Apurinã*/Maria de Fátima Nascimento Urruth, identidade nº 3080575214 SJS/RS, CPF 972.108.380.15. Residente e domiciliada à Rua Gonçalves Chaves, 3063, apt. 403 A- Centro Pelotas, RS e-mail: kakite.apurina@gmail.com, telefone residencial (53) 33059633, celular (53) 981354625. Nós, membro/as da Terra Indígena Taquara, do Povo *Kaiowá* e *Guaraní*, declaramos que entendemos os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordamos em tomar parte da mesma.

Juti-MS, 18 de Fevereiro de 2017.